



Letícia Varela Capone

**Twitter e esfera pública:
Pluralidade e representação na discussão
sobre o Marco Civil da Internet**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Arthur Ituassu

Rio de Janeiro
Agosto de 2015



Letícia Varela Capone

**Twitter e esfera pública:
Pluralidade e representação na discussão
sobre o Marco Civil da Internet**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Arthur Ituassu

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-
Rio

Prof. Rafael Sampaio

Departamento de Ciências Políticas - UFPR

Profa. Adriana Braga

Departamento de Comunicação Social – PUC-
Rio

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do CCS

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Letícia Varela Capone

Graduou-se em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2007. Possui o grau de especialista em Comunicação e Imagem, obtido em 2013, pela mesma instituição. Exerce o cargo de Produtora Cultural na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Ficha Catalográfica

Capone, Letícia Varela

Twitter e esfera pública : pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da Internet / Letícia Varela Capone ; orientador: Arthur Ituassu. – 2015.

159 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2015.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Marco Civil da Internet. 3. Twitter. 4. Representação. I. Ituassu, Arthur. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Agradecimentos

Ao professor Arthur Ituassu, que mais que orientar, me guiou não só nesse estudo, mas nessa ainda curta trajetória acadêmica. Muito obrigada, sempre!

Aos meus pais, Marcia e Franco, e à minha irmã, Flávia, por significarem e resignificarem todos os dias a palavra amor e família. Meu muito obrigada pelo apoio, confiança e carinho.

À tia Beth e Thaís, minha família querida, pelo estímulo, apoio e afeto.

Ao Jan, minha nova família, pela compreensão, ajuda e por tornar essa trajetória mais leve.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos os professores do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, verdadeiros mestres, que, desde a graduação, têm enorme importância na minha formação.

À PUC-Rio e à equipe do Departamento de Comunicação Social, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos os funcionários do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio pelos ensinamentos e pela ajuda, especialmente à Marise Lira, pelos inúmeros socorros.

À Carol Pecoraro, querida parceira de pesquisa.

Ao Felipe Murta, querido parceiro de todas as aulas.

Ao COMP pela alegria e conhecimento de todas as segundas.

Ao CEADD pela rede de ensinamentos e compartilhamento de conhecimento.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os amigos e familiares que, de uma forma ou de outra, ajudaram e contribuíram para este trabalho.

Resumo

Capone, Letícia Varela; Ituassu, Arthur. **Twitter e esfera pública: Pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da Internet**. Rio de Janeiro, 2015. 159p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta é uma pesquisa no campo da Internet e Democracia que dialoga com os estudos que analisam as contribuições da Web para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). Nesse contexto, tem como tema a discussão no Twitter sobre o Marco Civil da Internet, com o objetivo de perceber quais foram as grandes polêmicas, quão plural foi o debate e que tipo de mídia esteve presente no espaço especificado para análise. As hipóteses eram de que a conversa estabelecida no Twitter traria uma pluralidade relativa de vozes e uma contribuição em termos de pluralidade midiática. Com base em métodos quantitativos e qualitativos, aplicados sobre uma amostra relevante de 636 *tweets*, foi constatado um predomínio de vozes especialistas, bem como um grande compartilhamento de conteúdo produzido por mídias complementares, que dominaram a discussão no recorte estabelecido.

Palavras-chave

Marco Civil da Internet; Twitter; Representação.

Abstract

Capone, Leticia Varela; Ituassu, Arthur (Advisor). **Twitter and public sphere: Plurality and Representation in the discussion of the Brazilian Civil Rights Framework for the Internet.** Rio de Janeiro, 2015. 159p. MSc. Dissertation – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This is a research in the field of Internet and Democracy that dialogues with the studies that analyze Web contributions to the public sphere of contemporary democratic regimes (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). The intention was to analyze the discussion on Twitter about the Brazilian Civil Rights Framework for the Internet, in order to observe which were the major controversies, how plural was the debate and what kind of media (mainstream or complementary media) was present in the specified space. Based on qualitative and quantitative analysis of the object, 636 tweets, we found a prevalence of expert voices, as well as a large share of content produced by complementary media.

Keywords

Brazilian Civil Rights Framework for the Internet; Twitter; Representation.

Sumário

1. Introdução	11
2. Internet e Democracia	16
2.1. Contextualização das teorias democráticas e sua relação com a comunicação	16
2.2. A internet e o aprimoramento dos princípios democráticos: potenciais e fragilidades	21
2.3. Internet, transparência e informação	31
2.4. Internet e participação cidadã	34
2.5. Internet e deliberação cidadã	36
3. Esfera Pública e Internet	40
3.1. Contextualização das noções de esfera pública no ambiente democrático e sua aplicação para as redes	40
4. Metodologia, análise e resultados	75
4.1. Metodologia	75
4.2. Análise e Resultados	80
4.2.1. Primeira Consulta Pública	80
4.2.2. Segunda Consulta Pública	97
4.2.3. Chegada da Minuta do Marco Civil da Internet ao Congresso Nacional	115
4.2.4. Compilação e tendências dos três períodos	129
5. Considerações finais	149
6. Referências Bibliográficas	153

Lista de gráficos e tabelas

5.1. Primeira Consulta Pública	80
Gráfico 1: Número de <i>Tweets</i> x Especialização na área	81
Tabela 1: Mapeamento da qualificação das vozes não especializadas	82
Tabela 2: Representação percentual das principais vozes não Especializadas	83
Tabela 3: Mapeamento da qualificação das vozes especializadas	84
Tabela 4: Representação percentual das principais vozes especializadas	85
Tabela 5: Usuários únicos especializados com maior percentual de postagens	86
Gráfico 2: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes especializadas	87
Tabela 6: Usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens	88
Gráfico 3: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes não especializadas	89
Tabela 7: Usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens	90
Gráfico 4: Compartilhamento de mídias	91
Gráfico 5: Compartilhamento de mídia x grau de especialização	92
Tabela 8: Sobre o que versou o <i>tweet</i> ?	93
Tabela 9: Temas x vozes especializadas	95
Tabela 10: Temas x vozes não especializadas	96

5.2. Segunda Consulta Pública	97
Gráfico 6: Número de <i>Tweets</i> x Especialização na área	97
Tabela 11: Mapeamento da qualificação das vozes não especializadas	99
Tabela 12: Representação percentual das principais vozes não especializadas	100
Tabela 13: Mapeamento da qualificação das vozes especializadas	102
Tabela 14: Representação percentual das principais vozes especializadas	103
Tabela 15: Usuários únicos especializados com maior percentual de postagens	105
Gráfico 7: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes especializadas	106
Tabela 16: Usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens	107
Gráfico 8: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes não especializadas	108
Tabela 17: Usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens	109
Gráfico 9: Compartilhamento de mídias	110
Gráfico 10: Compartilhamento de mídia x grau de especialização	111
Tabela 18: Sobre o que versou o <i>tweet</i> ?	112
Tabela 19: Temas x vozes especializadas	113
Tabela 20: Temas x vozes não especializadas	114
5.3. Chegada da minuta do Marco Civil da Internet ao Congresso Nacional	115
Gráfico 11: Número de <i>Tweets</i> x Especialização na área	116
Tabela 21: Mapeamento da qualificação das vozes não especializadas	117
Tabela 22: Representação percentual das principais vozes não Especializadas	118
Tabela 23: Mapeamento da qualificação das	

vozes especializadas	119
Tabela 24: Representação percentual das principais vozes Especializadas	120
Tabela 25: Usuários únicos especializados com maior percentual de postagens	121
Gráfico 12: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes especializadas	122
Tabela 26: Usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens	123
Gráfico 13: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes não especializadas	123
Tabela 27: Usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens	124
Gráfico 14: Compartilhamento de mídias	125
Gráfico 15: Compartilhamento de mídia x grau de especialização	126
Tabela 28: Sobre o que versou o <i>tweet</i> ?	127
Tabela 29: Temas x vozes especializadas	128
Tabela 30: Temas x vozes não especializadas	128
5.4. Compilação e tendências dos três períodos	129
Gráfico 16: Quantidade total de <i>Tweets</i>	129
Gráfico 17: Número de <i>Tweets</i> x Especialização na área	130
Gráfico 18: Tendência dos tipos de vozes nos três períodos de análise em número absoluto e em termos percentuais	131
Tabela 31: Mapeamento da qualificação das vozes não especializadas	133
Tabela 32: Representação percentual das principais vozes não especializadas	134
Tabela 33: Mapeamento da qualificação das vozes especializadas	136
Tabela 34: Representação percentual das principais vozes especializadas	137

Tabela 35: Usuários únicos especializados com maior percentual de postagens	138
Gráfico 19: Incidência de <i>Superposters</i> nas vozes especializadas	139
Tabela 36: Usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens	140
Tabela 37: Usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens	141
Gráfico 20: Incidência de <i>Superposters</i> nas postagens totais	142
Gráfico 21: Compartilhamento de mídias	143
Gráfico 22: Tendência de compartilhamento de mídias	144
Gráfico 23: Compartilhamento de mídia x grau de especialização	145
Tabela 38: Sobre o que versou o <i>tweet</i> ?	146
Tabela 39: Temas x vozes especializadas	147
Tabela 40: Temas x vozes não especializadas	148

1. Introdução

Esta é uma pesquisa no campo da Internet e Democracia que dialoga com os estudos que analisam as contribuições da Web para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). Nesse contexto, tem como tema a discussão no Twitter sobre o Marco Civil da Internet, com o objetivo de perceber como se deu o debate sobre o assunto nesta rede social, i.e., quais foram as grandes polêmicas, quão plural foi a "conversa" (CAREY, 1989) e que tipo de mídia esteve presente no espaço especificado para observação.

O Marco Civil da Internet foi uma iniciativa do Ministério da Justiça, que, em 2009, motivado pela reação negativa da sociedade civil em relação ao PL 84/1999, chamado, na Web, de "AI5 Digital", iniciou um processo de consulta pública para a construção de uma lei que versasse sobre direitos e responsabilidades na internet (BRAGATTO *et al.*, 2014, p. 2). Foram realizadas duas Consultas Públicas, em 2009 e em 2010, que resultaram em um projeto encaminhado pela presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2011, à Câmara dos Deputados. Após uma longa batalha política, o Projeto de Lei em questão foi aprovado pelos Deputados Federais em março de 2014 e em abril deste mesmo ano pelo Senado Federal. A presidente Dilma sancionou a lei logo em seguida e o Marco Civil da Internet, nesse momento, passa pela fase de construção de sua regulamentação.

Sobre o teor do Marco Civil da Internet, considerada uma lei de vanguarda no mundo, são estabelecidos princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Entre as propostas de regulamentação estão a neutralidade de rede, isto é, o tratamento isonômico que as operadoras devem tratar qualquer pacote de dados, independente do conteúdo, da origem e destino ou da aplicação; a proteção dos registros, ou seja, o armazenamento, pelos provedores, dos registros de conexão e de acesso à aplicativos, sempre preservando a honra, a vida privada e a imagem dos usuários; a responsabilidade dos dados, que somente passa a ser do provedor dos serviços de internet caso estes, após ordem judicial, não retirem o conteúdo do ar, garantindo a liberdade de expressão dos usuários e impedindo a censura; a guarda de dados, que responsabiliza o provedor da

conexão pela guarda sigilosa dos registros de conexão por um ano e, no caso de acesso à aplicações, por seis meses, só devendo disponibilizá-los sob ordem judicial. Outro aspecto abordado pela lei diz respeito às diretrizes de atuação do poder público, que deve, em todas as instâncias, priorizar a tecnologia, os padrões e formatos abertos e livres; divulgar publicamente dados; desenvolver ações de capacitação para o uso da internet; estabelecer mecanismos de governança transparente; e usar a internet para promover a educação e o fomento cultural, democratizando o acesso às redes (BRASIL, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014). Vale ressaltar, ainda, a importância do processo de construção da lei, via participação colaborativa, que permitiu, por consultas abertas, ouvir e considerar as expectativas dos cidadãos em torno do teor que um Marco Civil da Internet deveria conter.

A proposta de pesquisa surge com o intuito de perceber como o assunto foi discutido na rede social Twitter, tendo como parâmetro os resultados obtidos por Bragatto *et al.* (2014) e Sampaio *et al.* (2013a) em suas análises sobre a deliberação ocorrida especificamente no fórum oficial de discussão que hospedou as duas consultas públicas do Marco Civil da Internet, localizado na plataforma Cultura Digital¹, do Ministério da Cultura. De acordo com os autores, as duas fases de consulta, juntas, somaram 1.827 contribuições, que, embora tenham mantido princípios deliberativos de reciprocidade e respeito, não atingiram o aspecto da pluralidade de vozes: o debate contou com a participação de poucos indivíduos e grande parte das contribuições foram concentradas em poucas vozes. Nesta pesquisa, procurou-se analisar como ocorreu a discussão no Twitter, a fim de perceber se essa plataforma comportou uma maior pluralidade de vozes, opiniões e temas.

Em relação à base teórica que a contextualiza, a partir da sugestão de Dahlgren (2005) sobre as três dimensões constitutivas da esfera pública – estrutural, representacional e interacional –, a intenção é inseri-la no plano da segunda dimensão, que, segundo o próprio autor, abrange: 1) a produção dos meios de comunicação, inclusive a internet; 2) o espaço de visibilidade midiática; e 3) a acuidade, a precisão, a completude e a pluralidade de vozes e agendas presentes

¹ <<http://culturadigital.br/>>

nas informações veiculadas e nos debates estabelecidos (DAHLGREN, 2005, p. 148-149).

Para testar, empiricamente, os aspectos representacionais que envolveram a discussão em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, no que diz respeito a uma possível pluralidade de vozes presentes no debate, foram selecionados como recorte três períodos distintos: 1) o da primeira fase de consulta pública; 2) o da segunda fase de consulta pública; e 3) o da chegada da minuta desenvolvida pelas duas consultas ao Congresso Nacional. Foram considerados o primeiro dia de início de cada evento e o posterior, no intuito de desvendar os desdobramentos da “conversa”. Sendo assim, o primeiro período – que envolveu a primeira consulta pública – englobou os dias 29/10 e 30/10/2009; o segundo, os dias 08/04 e 09/04/2010; e, por fim, o terceiro período, da chegada da minuta ao Congresso Nacional, comportou a análise dos dias 24/08 e 25/08/2011.

Compuseram o *corpus* desta pesquisa 636 *tweets* postados nos seis dias mencionados acima que continham a *hashtag* #marcocivil. A escolha pelo mapeamento de *hashtag*, nesta pesquisa, se justifica pela tentativa de encontrar diferentes mensagens de diferentes usuários que versassem sobre um assunto específico (MARQUES *et al.*, 2013), delimitando um espaço de conversação (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015). Além disso, o próprio blog oficial de discussão do Marco Civil da Internet², localizado na plataforma Cultura Digital, vinculada ao Ministério da Cultura, indicava no canto superior direito o ícone “#marcocivil no Twitter”. Os dados obtidos, isto é, os 636 *tweets*, foram analisados de acordo com as vozes representadas, as mídias compartilhadas e os temas abordados.

As hipóteses foram a de que H1) a Web apresentaria uma diversidade relativa de fontes durante o debate e de que H2) a discussão no Twitter traria uma contribuição em termos de pluralidade midiática em relação às vozes presentes na “conversa”. Realizada a pesquisa, constatou-se que a discussão ocorrida no Twitter nos períodos estipulados não trouxe uma contribuição expressiva no que diz respeito à variedade das fontes participantes da “conversa”: o debate foi predominado pelas postagens de pessoas relacionadas ao tema, não se configurando uma amostra abrangente da sociedade civil. Ainda assim, a discussão no Twitter pode ser considerada positiva, no que diz respeito à

² <<http://culturadigital.br/marcocivil/>>

pluralidade midiática, que dominou o espaço de discussão analisado, e ao tomar a concepção de deliberação continuada (MAIA, 2008a; DAHLGREN, 2005), importante para a construção de uma cultura cívica.

Sendo assim, este trabalho está dividido em mais quatro seções além desta introdutória. Na segunda, está uma discussão teórica que serve de referência para a análise sobre os potenciais que a internet traz para a constituição da esfera pública³, levando em consideração os aspectos representacionais que a envolve (DAHLGREN, 2005) e aproximando-se da noção de interação continuada, que insere as discussões num contexto cultural mais abrangente (MAIA, 2008a). Na terceira e quarta seções estão, respectivamente, a metodologia utilizada e a apresentação dos resultados da pesquisa empírica. Na discussão final, enfatiza-se que no debate em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, dentro do período estipulado, predominaram as vozes especializadas no tema, muitas vezes de um mesmo usuário com alto índice de postagens, e as referências utilizadas na construção dos argumentos foram, em sua maioria, de um tipo de mídia específico que será visto mais à frente na seção de metodologia, onde será apresentada uma tipologia.

³ Ainda que o trabalho utilize a terminologia esfera pública no singular, parte-se, sempre, da noção da coexistência e da multiplicidade de diversas esferas públicas (HABERMAS, 1992).

2. Internet e Democracia

A pesquisa desenvolvida se insere no campo da Internet e Democracia e dialoga com os estudos que analisam as contribuições da Web para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). Sendo assim, será traçado, neste e no próximo capítulo, um panorama das principais perspectivas que abordam as potencialidades e as fragilidades existentes na relação internet-democracia para, posteriormente, discutir as questões concernentes à relação entre esfera pública e internet. A noção de esfera pública adotada por este trabalho abarca a perspectiva de que existem múltiplas esferas onde questões comuns são discutidas, distanciando-se dos conceitos mais normativos e formais e aproximando-se da ideia de interação continuada, inserindo as discussões num contexto cultural mais abrangente, visando à formação de preferências e de convicções (MAIA, 2008a).

2.1. Contextualização das teorias democráticas e sua relação com a comunicação

Nesta seção, serão introduzidos alguns conceitos da teoria da democracia que ajudarão a entender, mais à frente, as propostas para o uso da internet, visando uma melhor qualidade das práticas que envolvem os regimes democráticos. Há inúmeros meios de se caracterizar uma democracia e a maioria delas se cerca de "dimensões substantivas da vida social como o domínio, o governo ou o poder" (GOMES, 2008a, p. 57). Cada conceituação carrega em si uma diferente forma de tipo de governo a ser exercido: pelo povo, ao tomar a concepção que remonta aos primórdios atenienses, ou por intermédio de representantes, como sugerem as correntes republicanas e liberais.

Apesar de a democracia parecer legitimar a vida política moderna, Held (2003, p. 1) ressalta que nem sempre foi assim: da antiga Grécia até hoje houve severas críticas tanto da teoria, quanto da prática democrática. Etimologicamente, democracia (no léxico grego, *demokratia*) significa governo (*kratos*) do povo (*demos*). Para analisar caso a caso, é preciso, porém, saber de que povo se trata, já que, historicamente, parte dele se manteve excluído das decisões, e que tipo de participação lhe é permitida.

Ainda que teoria e prática apresentem distintos modelos de Estado e de democracia, isso não significa que os países adotem um tipo único e puro. Tratando das teorias contemporâneas, Przeworsky (1995, p. 8), que percebe uma constante tensão entre o mercado e o Estado, aborda três perspectivas básicas que findam por definir a forma e o grau de participação dos cidadãos nas decisões políticas: o Governo do Povo, em que os Estados buscam atender aos interesses dos cidadãos e as decisões são tomadas em parceria; o Governo dos Estados, que visa obter seus próprios interesses; e, por fim, o Governo do Capital, em que os Estados implementam ações favoráveis ao capital.

Gomes (2008a, p. 58) percebe que, em contraponto ao modelo predominante na Antiguidade de democracia direta, em que as decisões políticas eram tomadas pelos próprios cidadãos, prescindindo da figura do representante, nas democracias contemporâneas predominam, como princípios democráticos fundamentais, o voto - que elege os representantes - e a regra da maioria. Há, porém, um problema nesse modelo: a discussão aberta e argumentada dos negócios públicos, como método deliberativo, finda por ser transferida para a esfera especializada nas decisões políticas (p. 64-65). Sendo assim, se por um lado, através da representação, a sociedade civil é aliviada do compromisso de participar de discussões e decisões permanentes sobre a coisa pública, por outro, o exercício (e poder) da cidadania fica restrito à escolha de governantes, não se configurando um governo do povo propriamente dito.

O'Donnell (2011, p. 41) indica que o regime democrático tem dois agentes indispensáveis: no nível macro os Estados e suas várias faces e dimensões, vistos brevemente acima, e, no nível micro, os cidadãos e sob eles o agente, que dá sentido e fundamento à cidadania. O agente, segundo o autor, é "alguém dotado de razão prática e discernimento moral, que usa sua capacidade intelectual e motivação para tomar decisões que, em princípio, são razoáveis" (p. 43). Essa noção será importante nos processos deliberativos e na constituição da esfera pública, como será visto mais profundamente no capítulo a seguir.

A contextualização dos principais modelos de democracia e dos tipos de governo é importante para entender as propostas e aplicações de cada corrente para as novas tecnologias e para o envolvimento do cidadão na vida pública. Vale ressaltar que o contexto atual das democracias vigentes é visto com certo pessimismo por grande parte da academia que as colocam em xeque, apontando

para uma profunda crise na democracia representativa⁴, num cenário de desconfiança em relação aos atores e às instituições políticas, de apatia dos cidadãos e de contínua diminuição da esfera pública no que se refere às decisões políticas (ITUASSU; AZEVEDO, 2013; ALMADA, 2014). Nesse sentido, torna-se lugar comum a enorme expectativa em torno do surgimento de novos meios de comunicação, como é o caso da internet (ALMADA, 2014, p. 13), especialmente no que tange à relação entre comunicação e política, na perspectiva de se obter mais informações políticas atualizadas, além de uma maior participação cidadã em torno das decisões públicas. De acordo com Bennet e Entman (2001) é no ambiente midiático que cidadãos se informam sobre os temas da agenda pública, isto é, a experiência política é mediada pelos meios de comunicação de massa e, desde o fim do século passado, também pela internet. Os autores diferenciam a esfera pública da esfera política, sendo a primeira a discussão mais ampla e pública sobre variados temas e a segunda a parte conectada ao governo, partidos, candidatos e suas decisões públicas (p. 4).

Sobre a comunicação política mediada, Bennet e Entman (2001, p. 5) percebem importantes funções na relação dos meios de comunicação com a esfera pública contemporânea: a mídia provê informações boas e ruins; oferece engajamento ou saturação sobre as questões sociais; estimula o diálogo entre cidadãos, entre outras questões. Os autores apontam, ainda, para mudanças nesse novo século nos aspectos econômicos, tecnológicos e políticos que impactam a democracia vigente e a relação entre comunicação e política, como por exemplo: a) o declínio das audiências massivas, abrindo espaço para um público cada vez mais segmentado, o que faz com que ideias e interesses políticos específicos não sejam mais amplamente compartilhados, resultando em um esforço maior dos meios de comunicação de massa de desenvolverem e implementarem estratégias de comunicação que atinjam um público fragmentado; b) a ascensão da internet, mudando a forma de produção e recepção de notícias e conteúdos; c) a convergência de mídias e a integração de sistemas; d) a segmentação, isto é, usuários passam a ter a possibilidade, com o advento da internet, de navegar de acordo com seus próprios interesses, reconfigurando grandes audiências em

⁴ A crise na representação democrática é relativizada por alguns autores (ALMADA, 2014; GOMES, 2010) que apontam para problemas nas práticas, instituições e valores da política contemporânea, mas não no tipo de regime em si.

nichos; d) e a crescente profissionalização da comunicação política, que passa a contar com métodos de marketing direto, canais eletrônicos e desenvolvimento de pesquisas facilitadas pelas novas tecnologias (p. 13-17). Gomes (2004, p. 26) também sinaliza que, em função das transformações na comunicação política midiaticizada⁵, a linguagem veloz da comunicação industrial retira o espaço do debate ideológico, em que figurava a exposição das contrapostas visões de mundo, esvaziando o componente especificamente político e resultando em espetacularização e personalização dos temas e dos políticos.

Contribuem, ainda, para a desestabilização da comunicação política nas sociedades contemporâneas fatores como o crescimento da heterogeneidade social e cultural; a diluição das fronteiras que separam jornalismo de não jornalismo; a cacofonia decorrente da abundância midiática e de atores políticos; a crescente profissionalização da comunicação política, com a ascensão de consultores e spin doctors; e o crescente cinismo e apatia dos cidadãos (DAHLGREN, 2005, p. 150). Essa desestabilização resulta, pelo lado negativo, em caos, ineficiência, imprevisibilidade e na união das forças do capital privado, facilitada pela prevalente ordem neoliberal, que tenta interferir nas arenas políticas formais, enfraquecendo a democracia. Já como pontos positivos, Dahlgren (2005, p. 151) elenca o aumento da pluralidade de vozes políticas, os novos modos de engajamento cívico, as mudanças na definição do que constitui a política e a extensão da comunicação política pela comunicação horizontal e vertical entre os cidadãos.

Há diversos estudos que apontam, ainda, para uma relação direta entre a comunicação e a constituição de uma cultura política. Guazina (2014, p. 2), por exemplo, percebe um movimento circular e recíproco entre o jornalismo, que teria suma importância “na formação e reafirmação de valores e ideias que fazem parte da cultura política brasileira”, e os valores presentes na cultura política, que “são compartilhados dinamicamente e também fazem parte da subcultura jornalística”, sendo capazes, até mesmo, de constituir o próprio *ethos* jornalístico. Nesse sentido, de acordo com Gomes (2004, p. 53), o jornalismo como campo

⁵ De acordo com Gomes (2004) há diferentes termos para se referir ao assunto: “política midiática”, que tem correspondente nas principais línguas ocidentais, como *mediapolitik*, *media politics*, política mediática etc, “videopolítica”, “comunicação política” e “política-espetáculo”. Neste trabalho serão adotados os termos política midiática e comunicação política, entendendo o espectro mais amplo ao qual este último se refere.

"representa uma forma imanente de controle e distribuição de poder material e simbólico e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição do capital simbólico do campo". Aplicando a mesma perspectiva às redes, Coleman e Blumler (2009, p. 10) compartilham a noção de construção social, indicando que as novas tecnologias são explicáveis nos termos de sua origem social. Isso significa que há distintas ontologias e epistemologias e diferentes atores e interesses envolvidos em seu desenvolvimento, logo, a informação e a comunicação tecnológica adquirem um caráter de formação construída, de acordo com as complexas forças sociais que transitam em torno da internet e de seus usos.

Dessa forma, Ituassu (2014, p. 5) diferencia, sob a ótica de James Carey (1989), as visões transmissiva e ritualística da comunicação. A primeira tem como foco a transmissão de símbolos, signos ou mensagens e seu impacto na recepção coletiva ou individual. Por uma lógica processual e permeada por aparelhos tecnológicos, a perspectiva transmissiva permite perceber os efeitos da mídia sobre a sociedade e a política. A visão ritualística não exclui a transmissiva, mas acrescenta, ainda, as noções de compartilhamento, comunhão, pertencimento, comunidade, isto é, a comunicação enquanto rito, não direcionada somente à transmissão de mensagens, mas vinculada às culturas e linguagens que perpetuam a sociedade na história, reproduzindo crenças comuns e compartilhando ideias (p. 9). Esta discussão suscita (e ressalta) a importância da relação entre comunicação e política, especialmente ao tomar a noção de que a cultura política é uma construção em constante devir.

Sendo, portanto, a mídia o *locus* de difusão de representações do mundo social, se as diversas vozes sociais não estão representadas nas democracias, também estarão ausentes nos discursos e nas representações midiáticas e jornalísticas (ITUASSU; AZEVEDO, 2013, p 82-83), reproduzindo os déficits de democracia na comunicação pública e afastando ainda mais o cidadão da política, traduzindo a cultura política de não participação. Haveria, então, segundo Ituassu e Azevedo (2013), uma deficiente contribuição dos meios de comunicação de massa para a deliberação pública e democrática. Gomes e Maia (2008, p. 19-20) ressaltam duas questões que têm merecido relevo no que tange à relação entre mídia e esfera pública: a da qualidade da argumentação da esfera pública mediada pelos meios de comunicação de massa e a da representatividade das posições presentes no

debate público midiático, isto é, em que grau "os debates mediados pelos tradicionais meios de massa poderiam ou podem, de fato, dar voz à pluralidade e à autenticidade dos interesses, vontades e posições sociais representados no corpo da sociedade civil". É na problematização desse aspecto que a pesquisa em questão se localiza, na tentativa de mapear e entender que vozes estão representadas no debate sobre o Marco Civil da Internet no Twitter, visando avaliar se esta rede social, como espaço plural, comporta uma ampliação na quantidade (e qualidade) de posições representadas na discussão sobre o mencionado tema.

2.2. A internet e o aprimoramento dos princípios democráticos: potenciais e fragilidades

É nítido, portanto, o controle da mídia sobre a esfera da visibilidade e, mais ainda, sobre a construção e o compartilhamento de valores que constituem a cultura política. Considerando, ainda, que a visibilidade ancora a discussão pública na democracia (GOMES, 2008d), parte da academia passa a perceber prejuízos da crescente midiatização política para os processos de deliberação pública. Coleman e Blumler (2009, p. 19) notam um esvaziamento dos espaços democráticos e, por consequência, da participação (e do envolvimento) do cidadão nas decisões e discussões políticas, ou seja, um atrofiamento do engajamento cívico. Os autores apontam a emergência da internet como uma possibilidade de reversão deste quadro, fazendo a ressalva de que as redes digitais são um espaço vazio de poder, vulneráveis às estratégias corporativas, mas, ao mesmo tempo, abertas à ocupação de cidadãos, que, com poucos espaços disponíveis para se expressar, podem fazer uso da Web em sua busca pela construção de caminhos democráticos (p. 9). Sendo assim, Bohman (2004, p. 139) ressalta, ao examinar o potencial que a internet possui de expandir a comunicação interativa, que sua posição como esfera pública dependerá não somente das instituições que terão espaço na Web, mas da abertura que os participantes terão de contestá-las e modificá-las e da forma como eles mesmos interpretarão a própria internet. O resultado seria, então, mais dependente da mediação dos agentes do que dos aparatos tecnológicos.

O surgimento da internet trouxe, portanto, uma enorme expectativa de grandes mudanças no cenário político e social. Chadwick e Howard (2009) apontam, inclusive, para um diferente direcionamento no campo de pesquisa que estabelece relações entre os meios de comunicação e a política nas últimas décadas: de 1995 a 2006 houve um crescimento vertiginoso de artigos publicados que relacionavam os temas internet (ou Web) à política (ou ao governo) ultrapassando a quantidade de trabalhos que relacionavam mídias tradicionais (rádio, televisão, jornal) à política⁶. Os autores ressaltam, no entanto, que o interesse por essa nova mídia não foi imediato e, na ocasião de seu surgimento, a internet foi vista com cautela pelos pesquisadores, que preferiram aguardar tendências e movimentos em torno das novas tecnologias para desenvolver estudos no campo. Com a proliferação de serviços públicos, com a ascensão de blogs e sites de redes sociais e com o uso político da Web, os olhares se centraram na internet, tanto em suas potencialidades quanto nas fragilidades. O desenvolvimento da *Web 2.0* trouxe, ainda, novos campos de estudo que abordam a internet como possível plataforma de discurso político; como potencializadora e propulsora de uma inteligência coletiva, capaz de criar conteúdos e disseminar informações; e, ainda, como espaço livre para armazenamento de dados (CHADWICK; HOWARD, 2009).

De fato, não se pode desprezar o grande potencial que as novas tecnologias trouxeram para o maior engajamento do cidadão nas decisões públicas, através de uma comunicação mais direta entre cidadãos e políticos, sem qualquer mediador ou obstáculo (SAMPAIO *et al.*, 2013b), em um espaço ilimitado em relação ao tipo de conteúdo ou informação disponível (GOMES, 2008b, p. 307). Essa relação mais estreita entre esfera política e esfera civil, sem o intermédio de outras instituições, como a mídia, por exemplo, pode permitir que a informação política veiculada chegue diretamente ao receptor, sem que seu conteúdo seja alterado ou desvirtuado (p. 304), construindo uma oportunidade inalcançável por outros meios de comunicação de disponibilidade, de abertura e de transparência (p. 309), num livre fluxo de informações. Sobre a relação das novas tecnologias com tempo e espaço, pode-se dizer que os obstáculos antes enfrentados teriam o potencial de ser praticamente eliminados, uma vez que as redes digitais podem conectar, a

⁶ Houve um crescimento no número de trabalhos que envolviam os meios tradicionais e a política, mas a quantidade não foi tão substancial se comparada aos artigos envolvendo a internet (CHADWICK; HOWARD, 2009).

qualquer momento, um número ilimitado de indivíduos, eliminando a necessidade da presença de seus usuários em tempo real para obter um debate online genuíno (p. 307).

São atributos positivos das novas tecnologias, ainda, a possibilidade do acesso universal; a comunicação não coercitiva ou hierarquizada; e a liberdade de expressão (p. 305). Essa troca de informações sem restrição, permeada por conteúdos produzidos e circulados livremente, é fundamental para a formação de um cidadão bem informado, que, munido desta instrução, torna-se capacitado a se inserir no processo político (ALMADA, 2014 p. 17). Sendo assim, as novas redes digitais poderiam atender aos requisitos levantados por Habermas em sua busca por uma esfera pública democrática ideal, por se apresentarem como um modo universal, anti-hierárquico e complexo, trazendo atributos como comunicação não coercitiva, liberdade de expressão, agenda irrestrita, possibilidade de acesso universal e geração de opinião mediante processos de discussão (GOMES, 2008b, p. 304-305).

Não à toa, parte da academia ressalta o potencial das redes digitais como novo espaço de deliberação e de constituição da esfera pública, onde podem ocorrer debates em bases igualitárias, inclusive, aproximando sujeitos “fisicamente remotos, mas virtualmente conectados” (GOMES, 2008b, p. 306). Além disso, seu caráter interativo permite o estabelecimento de uma comunicação de mão dupla e contínua entre emissores e receptores, o que facilita a produção, a disseminação e a troca de conteúdos, sem que estas ações sejam verticalizadas ou hierarquizadas (p. 310). Sendo assim, os fluxos de informação passam a ser gerados não só no centro da esfera de decisão política, mas também de forma multidirecional, na própria esfera civil, deslocando o eixo vertical e hierárquico da comunicação para uma maior abertura e horizontalização das relações, possibilitando, até mesmo, processos de *feedback* e retroalimentação entre cidadãos e políticos (p. 310-311). O público se desloca, então, da posição de receptor passivo, à margem do processo político, para se posicionar como emissor ativo, “sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos” (p. 311). Essa possibilidade de interação entre político e cidadão é importante não só para que a esfera pública se fortaleça e tenha ciência de sua força política, mas também para pressionar os representantes políticos a serem mais responsivos, exercendo suas obrigações democráticas de prestação de contas (p. 311). Além disso, a interação

também pode se estabelecer entre os próprios cidadãos, seja pela troca de e-mails, pela participação em chats, em fóruns, em amplas conferências (MAIA, 2008a, p. 277) ou, até mesmo, em redes sociais, sendo uma delas, o Twitter, objeto de estudo desta pesquisa.

Gomes (2008b) assinala, ainda, que o amplo leque de informação política disponível na Web, seja proveniente do campo político, da esfera civil ou dos veículos de comunicação industriais, oferece ao cidadão a oportunidade de obter uma visão mais acurada das esferas política e pública. Ainda, por seu espaço ilimitado de armazenamento, a internet comporta não somente informações políticas atuais, mas registro de fatos e acontecimentos passados, o que a configura como “uma gigantesca e completa enciclopédia política e cultural, na qual se tem desde a atualidade jornalística até o resultado da investigação científica” (p. 307). Vale salientar, também, que, além de manter cidadãos bem informados sobre os acontecimentos políticos e culturais, tanto a grande extensão quanto a qualidade do estoque de informações online podem oferecer informações instrumentais necessárias para que o cidadão conheça e usufrua dos serviços do Estado e exerça cobrança e pressão sobre governos e parlamentos (p. 308).

Por outro lado, esse aumento exponencial na quantidade de informações disponíveis para os usuários pode ser problemático: questiona-se, a partir desse aspecto, se esses dados, variados em origem e natureza, seriam qualificados o suficiente e, ainda, se o usuário, diante de um extenso leque de informações políticas, saberia distinguir quais fontes e postagens seriam confiáveis e relevantes ou distorcidas e falsas (GOMES, 2008b, p. 314-315). Além disso, diante da insegurança em relação às fontes disponíveis na Web, o usuário, ao buscar informações políticas atualizadas, ainda recorreria aos meios de comunicação de massa tradicionais transpostos para Web, como, por exemplo, os grandes portais de notícias⁷. Dessa forma, ainda que a ascensão da internet tenha permitido a descentralização do polo de produção de conteúdos, é preciso estar atento para o interesse e foco das instituições que publicam as informações, sejam elas organismos da sociedade civil, agentes do campo político, estado ou até mesmo grande mídia (p. 315).

⁷ Sobre a questão, Tewksbury e Rittenberg (2009, p. 188) apresentam pesquisas realizadas na internet que indicam que a maior parte dos editores de Web simplesmente reproduzem as histórias e conteúdos da versão impressa de seus jornais.

Nesse sentido, a expectativa de muitos autores de que o panorama da comunicação política seria modificado pelas redes digitais não se concretizou: os meios de comunicação de massa ainda se estabelecem como fornecedores prioritários de informação política relevante, dentro e fora da internet, e não há previsão de que percam tão cedo este controle que exercem sobre a esfera da visibilidade pública (p. 319). Além disso, a transposição dos produtos midiáticos para a Web, embora atenda a certas características das redes, como a inclusão da hipertextualidade e da interatividade em seus produtos, mantém a antiga lógica comunicacional unidirecional, em que a informação é produzida industrialmente e atinge um público passivo, que não retorna com suas impressões e ideias sobre os temas propostos (p. 319). Há que se questionar, também, se há um real interesse do cidadão – e do usuário da internet – em obter informações políticas e em participar dessa esfera, uma vez que o que se observa são níveis crescentes de desinteresse e apatia da população em relação ao processo político. Não basta, então, disponibilizar informações abundantes, sem que antes se reveja a cultura política que está em jogo: da apatia ou da participação (p. 318).

Ainda que os usos democráticos da internet estejam engatinhando, é importante considerar seu enorme potencial, talvez não totalmente usufruído, para o engajamento do cidadão em causas públicas. A internet proporciona comodidade, conforto, conveniência e baixo custo aos usuários para que os mesmos participem de discussões e mobilizações online, ditando o seu próprio ritmo e sua disponibilidade, evitando, assim, o deslocamento espacial, a submissão às condições hostis, desconfortáveis e cansativas de assembleias presenciais, fatores que podem afastá-los da luta por causas comuns (GOMES, 2008b, p. 309).

A internet responde positivamente, ainda, ao desafio da visibilidade pública, apresentando-se como uma alternativa aos meios tradicionais de comunicação, que detém a esfera da visibilidade. Dessa forma, vozes plurais e dissonantes, colocadas à margem dos fluxos predominantes de comunicação, utilizam as novas redes digitais para trazer à tona suas posições não representadas por outras instâncias, na tentativa de gerar mobilização em prol de suas causas, tornando a internet um instrumento não só de comunicação entre grupos e seguidores, mas de visibilidade para o público em geral e até mesmo para a grande mídia (312-313).

Há que se considerar, porém, as barreiras digitais, ou seja, o enorme número de cidadãos sem acesso às novas tecnologias, o que cria novas assimetrias entre os

que estão conectados e os que não estão e fere a condição de universalidade dos processos de deliberação, de acordo com a qual nenhum grupo ou pessoa deve ser excluído do debate (MAIA, 2008a, p. 284). Desencadeiam esse cenário o alto custo da tecnologia e os elevados índices de analfabetismo, fatores que se refletem na aquisição e uso da internet. Anthony Wilhem (apud MAIA, 2008a, p. 284) divide a sociedade da informação entre os usuários que estão em seu centro, isto é, os que têm pleno acesso aos seus recursos como instrumento de comunicação e informação; os usuários periféricos, parte deles com acesso às tecnologias, usando-as de maneira episódica, e a outra parte sem conexão à rede, dependendo do acesso público; e, por fim, os usuários imunes ao progresso, cidadãos que nunca usaram um computador por não terem educação necessária para fazê-lo, permanecendo excluídos do mundo digital. Nesse sentido, iniciativas governamentais de oferecer serviços ou consultas aos cidadãos via internet podem significar uma amplificação da exclusão socioeconômica e cultural e um reforço das assimetrias já estabelecidas. Críticos questionarão, então, se as redes digitais teriam a capacidade de aumentar o quociente de isonomia política dentre os cidadãos, uma vez que, como visto acima, há vozes não participantes (GOMES, 2008b, p. 316). Marques (2014b, p. 105-106) atenta para o fato de que, ainda que a questão do *digital divide* fosse resolvida ou, ao menos, o acesso à comunicação digital mais democrático, as formas de uso continuariam atendendo a diferentes padrões, ou seja, ainda poderiam existir usuários conectados às redes e aos aparatos tecnológicos, mas com ínfimo interesse em sua utilização. Sendo assim, “a oferta adequada de acesso não garante que os cidadãos tomarão parte no jogo democrático”, permanecendo o déficit de participação um problema, talvez, mais de ordem política do que técnica.

Há o risco, ainda, de que a liberdade de expressão e a possibilidade do anonimato, características intrínsecas ao meio, se convertam em discursos de ódio e na propagação de ideias preconceituosas (ALMADA, 2014, p. 19). Maia (2008c, p. 328) atenta para a complexidade e pluralidade do associativismo em redes e alerta para os riscos da chamada *bad civil society*. De acordo com a autora, há associações corporativistas que podem até mesmo “minar o potencial de discussões democráticas e de votações – dois recursos-chave da prática democrática” (p. 328). Nesse sentido, Maia (2008a, p. 288) ressalta que a internet pode ser usada de forma altamente hierárquica, reproduzindo padrões autoritários

de comunicação de grupos xenófobos, racistas e fundamentalistas, que podem, inclusive, na combinação de ódio e ação secreta, abrir mão do diálogo e incentivar atitudes violentas, como é o caso de organizações criminosas e terroristas que mobilizam e incentivam usuários a se associar, propagando suas ideias e valores. Há, portanto, a disseminação, via internet, de informações perigosas, criminosas, ofensivas e antidemocráticas, propiciada pela liberdade de expressão e de anonimato, que é garantida pela comunicação online e exaltada pelos otimistas (GOMES, 2008b, p. 322). Paradoxalmente, a internet, ao mesmo tempo em que permite uma enorme sensação de liberdade no que diz respeito à expressão de ideias, cria uma retórica paranoica ao possibilitar um sistema de espionagem *high-tech*, controlado por um centro qualquer de poder (p. 322). Isso significa que a liberdade oferecida pode ser, na verdade, controlada e monitorada pelos estados, pelos próprios usuários, por *hackers* e, por que não, por um *big brother* eletrônico (p. 323). Além disso, alguns alegam que a sonhada pluralidade nas redes não existe, uma vez que a tendência é o controle comercial da internet, tal qual ocorre com os meios tradicionais (ALMADA, 2014, p. 19).

Outro ponto controverso apontado por parte da academia é a fragmentação das ideias e das discussões, uma vez que há a tendência de cidadãos se unirem a outros indivíduos com os quais compartilham valores e se afastarem dos que têm opiniões contrárias às suas, evitando o confronto de ideias, tão necessário para a qualidade da deliberação (ALMADA, 2014, p. 20). Em pesquisas realizadas na Web, Wilhelm (apud SAMPAIO *et al.*, 2010, p. 450) percebe uma certa homogeneidade em determinados fóruns online, que reúnem pessoas com opiniões similares (*like-minded people*), o que geraria uma fragmentação dos discursos, uma vez que determinados tipos de fóruns seriam inadequados para promover a exposição de perspectivas políticas distintas. Stromer-Galley (apud ALBRECHT, 2006, p. 68) parece discordar dessa ideia, indicando que participantes de discussão política, em pesquisa realizada, não só frequentavam locais heterogêneos de debate, como apreciavam a experiência das conversas compostas por diferentes visões. Assim como Gentzkow e Shapiro (2011, p. 3) que percebem que, em uma extensa variação de blogs políticos liberais ou conservadores e sites de ativistas, há circulação de usuários com diferentes pontos de vista e posições, concluindo que a segregação ideológica no consumo de notícias online é baixa em termos absolutos e, embora ocorra em maior escala do

que no consumo de notícias *offline*, ainda é inferior à segregação ocorrida em interações face a face.

Tewksbury e Rittenberg (2009, p. 196) ressaltam, por outro lado, que a internet propicia e aprofunda a especialização, o que quer dizer que os usuários tendem a focar sua busca na Web em pontos específicos de interesse, selecionando fontes, tópicos ou blogs especializados. Há ainda a questão da segmentação, isso é, a tendência de sites e blogs de se dirigirem a grupos específicos, muitas vezes pequenos e homogêneos, diferentemente das mídias tradicionais, que anseiam por atingir uma audiência ampla e heterogênea. Como resultado disso, haveria, segundo os autores, uma crescente fragmentação, ou seja, a informação pode até ser distribuída pela população, mas não é igualmente compartilhada por seus membros, havendo lacunas na exposição pública de alguns conteúdos. Uma das consequências da fragmentação é a polarização: os usuários podem acessar notícias na internet, mas há o risco de focarem somente em um ou em alguns temas, desenvolvendo bom conhecimento sobre alguma área, mas se informando pouco sobre outro domínio. A pesquisa desenvolvida para esta dissertação sobre a representação de vozes e temas na discussão do Twitter em torno do Marco Civil da Internet parece comprovar este aspecto da fragmentação, uma vez que se constatou a aproximação de vozes especializadas a determinados temas, além de sua predominância no espaço do debate.

Vale ressaltar que, apesar da enorme expectativa de que a internet se configuraria como um novo ambiente de participação política cidadã e uma nova ágora pública, um meio de comunicação por si só não é (ou até agora não foi) o suficiente para modificar todo um *modus operandis* da estrutura política vigente: o sistema político continua fechado, isto é, a mudança do ambiente da comunicação não reconfigurou automaticamente o ambiente político nem as convicções que o acompanham (GOMES, 2008b, p. 320). No entanto, a internet pode se colocar como importante instrumento de aproximação entre as esferas pública e política, sendo relevantes os estudos que a envolvem. Além disso, há iniciativas governamentais, como o Marco Civil da Internet, por exemplo, que começam a conferir um certo espaço ao cidadão nas decisões de questões públicas.

Ciente de que, com suas potencialidades e limitações, a internet pode tanto servir à democracia, quanto o contrário, Gomes (2008b, p. 323) aponta para uma

tensão entre dois âmbitos que dizem respeito à democracia digital⁸: enquanto uma corrente a adota (ou a quer adotar) como uma extensão (ou digitalização) das democracias vigentes ou a “conformação digital de determinadas dimensões dos Estados democráticos” (GOMES, 2010), a outra sugere que a democracia digital não seria simplesmente a reprodução do modelo democrático local em rede, mas uma possibilidade – e oportunidade – de aumentar instrumentos de participação cidadã, capazes de suplementar, corrigir ou reforçar o modelo de democracia vigente. São distintas, portanto, as abordagens de democracia digital, seja por uma vertente social, que aponta para problemas relacionados ao engajamento cívico e percebe a internet como o potencial reversor deste quadro de falta de mobilização e apatia do cidadão; seja por outra corrente que tem uma visão institucional, no que diz respeito à criação de interfaces entre Estado e cidadãos, englobando tanto a conformação digital de instituições já existentes, como parlamentos online, sites e ferramentas de partidos, quanto as iniciativas institucionais, que podem traçar o caminho do Estado em direção ao cidadão, através, por exemplo, da prestação de serviços públicos online, ou do cidadão em direção ao Estado, na forma de votações, sondagens e discussões em fóruns. Nesse sentido, Coleman e Blumler (2009, p. 9) reforçam a posição da corrente mais crítica sobre o potencial da internet como propulsor de novos instrumentos de participação cidadã, indicando que seu uso poderá ser moldado para se encaixar à política tradicional, reforçando o *status quo* ao invés de alterá-lo, e, ainda mais grave, individualizando e polarizando a comunicação política, acarretando na diminuição do grau de racionalidade da esfera pública. Os autores relativizam, posteriormente, a posição crítica em relação às redes digitais, argumentando que ainda que a internet seja um espaço vulnerável, o ciberespaço pode revitalizar a decadente comunicação política injetando novos e diferentes elementos para melhorar a relação entre representantes e representados (p. 10)

Há, portanto, uma ampla pesquisa em torno do assunto, que finda por colocar cada perspectiva em uma ponta diferente, sendo o termo democracia digital utilizado por todas elas, indistintamente. É preciso, então, ainda de acordo com

⁸ Para se referir ao assunto também são empregados os termos “democracia eletrônica”, “ciberdemocracia”, “democracia virtual”. Será adotada neste trabalho a terminologia “democracia digital”, que, segundo Gomes (2010), é a expressão mais empregada atualmente na língua portuguesa.

Gomes (2010), verificar, a cada teoria ou estudo, a compreensão de modelo de democracia que orienta cada autor.

Adentrando as perspectivas normativas, há clivagens teóricas e diferentes propostas de uso das redes, no que diz respeito aos defensores das correntes liberal, participacionista e deliberacionista. De acordo com as correntes em prol da extensão da democracia liberal – e, muitas vezes, representativa – para as redes, há a expectativa de que as novas tecnologias sejam um elemento fortalecedor dos regimes já consolidados, por meio tanto da abertura de canais de comunicação entre políticos e cidadãos, quanto da ampla divulgação de dados e informações referentes ao governo, cumprindo um dos pilares da democracia – a *accountability*. Se para os liberais radicais a democracia deveria ser um regime de proteção das liberdades individuais (inclusive contra o Estado em determinados momentos), as redes exerceriam esse papel, reforçando as liberdades – de expressão e de anonimato, por exemplo, – e a autonomia dos indivíduos (GOMES, 2010).

A perspectiva participacionista, por outro lado, defende o empoderamento dos cidadãos na tomada das decisões. As redes tornariam os plebiscitos e as consultas públicas possíveis, oferecendo a possibilidade ao cidadão de se relacionar, sem a mediação dos meios de massa ou instituições intermediárias, com o Estado e com a vida política, possibilitando, numa visão mais radical, a formação de um autogoverno civil (GOMES, 2010).

Já no campo da deliberação, a internet é vista como uma "nova ágora pública capaz de gerar debates e fomentar a edificação de razões publicamente acessíveis e defensáveis" (MENDONÇA; PEREIRA, 2011, p. 5). Acredita-se que os debates políticos produzidos nas instâncias informais de deliberação, que, segundo Habermas, seriam as arenas comunicativas de vida social (MAIA, 2008a, p. 282), podem gerar consequências na ação das instituições políticas (CORREIA, 2010, p. 74), permitindo a circulação de poder (MAIA, 2008a, p. 279). Nesse sentido, a internet se apresenta como uma nova oportunidade de exposição de ideias, diante de um público ampliado (ALVES, 2010, p. 8).

Tendo em vista as três perspectivas e ciente de que há um predomínio da democracia liberal no espaço político global, Gomes enxerga a possibilidade de incluir aspectos da democracia participativa e deliberativa nas discussões, especialmente naquelas que envolvem o ambiente digital (GOMES, 2010). De

acordo com o autor, as iniciativas digitais para gerar algum ganho democrático devem atender ao menos a um dos seguintes propósitos: fortalecer a esfera da cidadania, por meio da transparência, participação ou influência sobre a decisão pública; incrementar os direitos e liberdades; e gerar o pluralismo e a diversidade de vozes, assegurando o espaço das minorias (ALMADA, 2014, p. 27). A pesquisa desenvolvida se propõe justamente a testar o grau de pluralidade em um dos espaços de debate do ambiente digital.

A seguir será apresentado um pouco mais sobre cada perspectiva - liberal, participacionista e deliberacionista - e seus caminhos para atender aos propósitos supracitados.

2.3. Internet, transparência e informação

A abordagem liberal da democracia preocupa-se em assegurar as liberdades dos cidadãos, protegendo seus direitos e garantindo a todos igualdade, municiando-os de leis capazes de inibir a tirania e o autoritarismo do Estado (GOMES; MAIA, 2008). No que diz respeito à sua aplicação para as redes, defende-se o esforço tanto de garantir o direito de expressão aos cidadãos, abrindo espaço para uma pluralidade de vozes, quanto de possibilitar que os indivíduos, mediante publicação de informações e prestação de contas de partidos e governos, atentos ao princípio de *accountability*, exerçam o papel de fiscalizadores e vigilantes das ações políticas. Os princípios da publicidade⁹, aplicados às redes digitais, possibilitam ao cidadão, amplamente munido de informações, conhecer os assuntos públicos e avaliar a esfera política, podendo corrigir possíveis problemas do modelo de democracia vigente (AMORIM, 2012, p. 18). Esta seria ainda, segundo Marques (2014a, p. 6), uma forma de conferir a legitimidade do exercício do poder democrático, já que ao manter cidadãos bem informados,

⁹ Há divergências na academia em torno dos temas transparência e publicidade: Filgueiras (2011, p. 90-91) indica que enquanto a transparência requer a disponibilização indiscriminada de informações, a publicidade reivindica (e facilita) um processo de crítica social da política nas democracias contemporâneas, uma vez que se concentraria na exposição do que é efetivamente essencial para que o cidadão exerça o controle e a fiscalização da esfera política. Já Margets (apud MARQUES, 2014a, p. 5) percebe, no conceito de transparência, uma amplitude de categorias afins, tais quais, abertura, vigilância e *accountability*. Sobre a publicidade, Gomes (2008) envolve a este conceito tanto a esfera da visibilidade, quanto a da discutibilidade, como será visto mais profundamente no próximo capítulo. Bohman (2004, p. 134), em uma visão mais relacional da comunicação, enfatiza que o ato comunicativo será público se for dirigido a uma audiência indefinida, com a expectativa de resposta.

atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas, reforça-se a confiança no governo.

Nesse sentido, Pippa Norris (apud MARQUES, 2014a, p. 2) ressalta a importância de se ter diferentes fontes de informação disponíveis para a sociedade civil, de modo que cidadãos possam entender suas alternativas no jogo eleitoral, bem como avaliar a performance dos governantes que estão no poder. Em consonância com a autora, Marques (2014a, p. 8) indica que uma das formas de se incrementar a transparência, numa tentativa de reverter a descrença e a desconfiança dos cidadãos em torno da política, seria a circulação da informação por meio de diferentes canais. Sendo assim, as redes digitais apresentariam-se como ambiente propício para essa função, já que podem tornar o acesso à informação mais fácil, sem limitação de espaço e de forças coercitivas, oferecendo "uma gama de possibilidades em razão de suas múltiplas funções" (AMORIM, 2012, p. 21). Marques (2014a, p. 9) ressalta, no entanto, que não é suficiente oferecer um repositório de informações, isto é, não basta simplesmente disponibilizar os dados sem publicizá-los. É preciso, para além, não só oferecer explicações sobre os assuntos abordados, como também destacá-los em sites governamentais diversos. As mídias sociais, então, teriam o potencial de renovar, por seu caráter mais informal e interacional, as expectativas em torno dos projetos de democracia digital (p. 9). Entre as ferramentas mais utilizadas para fomentar a transparência estariam os blogs, "voltados para a divulgação de informações de ordens diversas e ao endereçamento de comentários para agentes do governo"; as *wikis*, permitindo ao usuário a criação colaborativa de projetos de lei, por exemplo, além de possibilitar a discussão de cidadãos em torno de temas apresentados; e, por fim, sites de redes sociais, em que usuários mantêm seus perfis atualizados e podem, por ele, trocar informações e estabelecer diálogos e debates com os outros (p. 9-10).

Há que se ressaltar, porém, as ressalvas feitas por parte da academia em torno do tema da transparência: as informações, mesmo que amplamente disponibilizadas, podem não só não ser relevantes para o empoderamento do cidadão, como há, também, o risco de não serem verdadeiras (p. 11). Nesse sentido, de acordo com Filgueiras (2011, p. 83), "mais informação não significa necessariamente a produção de cidadãos melhores, nem governos mais transparentes propiciam governantes melhores e menos corrompidos". Além

disso, um possível artifício usado pelos governos pode ser a utilização dos mecanismos digitais para promover a própria imagem, medindo a dosagem de transparência oferecida aos cidadãos ao selecionar os dados disponibilizados (MARQUES, 2014, p. 11).

Outra crítica ao uso das novas tecnologias para a disponibilização de informações é a tendência apontada por parte da academia de que usuários se conectariam somente a grupos com os quais compartilhariam afinidades políticas (MARQUES; SAMPAIO, 2013). Pode não haver, dessa forma, um acesso disseminado e distribuído a informações relevantes, que seria um dos argumentos favoráveis às novas tecnologias. Marques e Sampaio (2013) indicam, porém, que no caso do Twitter, que é objeto de estudo desta pesquisa, mais especificamente através das *hashtags*¹⁰, os usuários podem acessar conteúdos que contêm diversas visões e caminhos de informação e interpretação sobre o mesmo assunto, possibilitando um intercâmbio de ideias. Já Barberá (2014) ressalta que as plataformas de mídia social facilitam a exposição, mesmo que acidental, a mensagens de indivíduos com os quais os usuários compartilham preferências ou não, provendo mais informações do que as interações *offline*. Em pesquisa realizada na Espanha, Alemanha e nos Estados Unidos, o autor percebe que na dinâmica da rede social Twitter, a maior parte de seus usuários consome informações de diferentes pontos de vista, sendo essa exposição a distintas posições positiva para a moderação política e para a redução da polarização.

A disseminação de dados e o acesso à informação são requisitos para atender não só aos pilares da transparência, mas para oferecer oportunidade de participação, pautada, ainda, na existência de mecanismos equitativos e oportunos de manifestação de razões e vontades dos cidadãos (AMORIM, 2012, p. 19). De acordo com Gomes (2008b, p. 298), é condição para a participação política a formação de uma opinião qualificada, sendo necessário, para tal, o acesso a informações suficientes sobre as circunstâncias do jogo político. A disponibilização de informações políticas também pode ser positiva para os processos deliberativos, contribuindo tanto para o exercício da cidadania ao permitir a partilha, colaboração e ação coletiva, quanto para a formação de uma

¹⁰ As *hashtags* compõem uma funcionalidade do Twitter, que permite que termos antecidos pelo símbolo “#”, ao serem clicados, encaminhem o usuário a uma página com conteúdos postados por outros sobre a temática em questão.

sociedade civil mais consciente sobre o que ocorre no mundo e com maior capacidade de trabalhar com outros cidadãos (NEVES, 2010, p. 149).

No que diz respeito ao tema comunicação e democracia, mais especificamente, à aproximação da comunicação – e meios de comunicação de massa – à corrente liberal, espera-se que a mídia colabore com a garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos, consolidando, pelo direito de expressão, a liberdade e a pluralidade de opiniões, além de permitir que eles exerçam a função de vigilância dos poderes públicos, forçando o governo e as instituições que estão no poder a atender aos preceitos da transparência, prestação de contas e visibilidade pública (GOMES; MAIA, 2008, p. 13). Tais fatores favoreceriam e defenderiam as liberdades e a “igualdade de todos no interior da comunidade política” (p. 14).

2.4. Internet e participação cidadã

Um dos aspectos mais importantes da teoria da democracia diz respeito à questão da participação do cidadão na vida social e política. Sua base inspiradora, inclusive para as teorias desenvolvidas por Marx e Engels, é Atenas e a participação de seus cidadãos nas discussões e decisões públicas envolvendo a *polis*, através de Assembléias (HELD, 2003, p. 17). Held atribui aos gregos o uso formal do processo de votação para legitimar as decisões frente às posições conflitantes, embora o ideal permanecesse sendo o consenso (p. 17). É preciso ressaltar, no entanto, que, ainda que o processo de tomada de decisões sobre a esfera política ateniense fosse louvável, ao menos no que diz respeito a sua forma democrática de (auto)governo, os participantes das Assembléias gregas se restringiam a homens, atenienses, com idade superior a vinte anos, permanecendo excluídos os imigrantes, os escravos e as mulheres (p. 19).

Há, portanto, críticas (como já havia entre os próprios gregos)¹¹ e ressalvas a se fazer a um sistema político em que cidadãos participariam, diretamente, das decisões em torno das funções legislativas e judiciárias (HELD, 2003, p. 27). A democracia direta como forma única de governo só poderia ser exercida, de

¹¹ Held (2003, p. 23) aponta críticos do sistema democrático de participação e soberania popular ateniense entre os próprios gregos. Platão, por exemplo, questionava o fato dessa forma social e política tratar todos os homens como iguais, sendo eles iguais ou não. Além disso, processos de discussões e decisões, compostos por cidadãos com diferentes sentimentos e vontades, poderia, de acordo com o pensador, levar à instabilidade política (p. 25).

acordo com Held, em pequenas cidades, com número restrito de cidadãos, e com sua atividade econômica baseada na agricultura e no sistema escravocrata, para que os cidadãos - considerando que escravos estariam excluídos do processo decisório - estivessem livres para exercer suas obrigações públicas (p. 27). Tendo em vista o desenvolvimento dos Estados Nacionais, como visto acima, e a complexificação de suas estruturas e instituições, a participação direta dos cidadãos na tomada de todas as decisões de todas as esferas torna-se uma utopia, sendo imprescindível a eleição de representantes políticos.

O desenvolvimento das novas tecnologias e a ascensão da internet, no entanto, trazem um novo gás e esperança para a corrente participacionista em sua defesa de um governo que conte com uma maior participação direta do cidadão. O tema da participação política passa a ser, então, um dos mais tradicionais da agenda de pesquisa sobre democracia (GOMES; MARQUES, 2011, p. 19). Nesses estudos, as democracias contemporâneas são apresentadas como incapazes de satisfazer os requisitos do que seria um governo democrático em seu sentido mais próprio, trazendo, como pano de fundo, um cenário de descrença na política, de apatia do eleitor, de desinteresse e de uma visão negativa da política e, especialmente, de ausência de soberania popular (ITUASSU; AZEVEDO, 2013, p. 80).

Os novos meios de comunicação aumentariam as possibilidades e ofereceriam instrumentos para a participação do cidadão nas decisões públicas, podendo melhorar a qualidade democrática das sociedades contemporâneas (GOMES, 2008b, p. 302). Haveria, assim, a transformação do padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil, através de um caminho sustentado por um conceito específico de democracia digital, que ocorreria com o emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas digitais, as quais suplementariam, reforçariam ou corrigiriam determinados aspectos da democracia (ITUASSU, 2011, p. 5).

De acordo com Gomes (2010), os participacionistas percebem a internet como promessa e tarefa, isto é, ambiente propício para engajar os cidadãos em torno da política, permitindo que estes se relacionem diretamente com o Estado ou sistema político, sem a mediação dos meios de massa ou instituições intermediárias, num ideal de autogovernância civil. Já Coleman e Blumler (2009, p. 68) propõem um modelo que admite a representação, mas inclui mais mecanismos de participação cidadã: a representação direta. Os autores percebem uma desconexão entre

representantes e representados. Os primeiros deveriam falar pelos segundos, isto é, uma vez que houve o deslocamento dos cidadãos da esfera das decisões públicas, seus interesses, preferências e valores deveriam ser expressos por um intermediário. No entanto, o que ocorre nas democracias contemporâneas é uma crescente descrença na política e nos representantes e um distanciamento cada vez maior entre governantes, que deveriam ser responsivos e abertos às opiniões, demandas e vozes dos cidadãos, e governados. Coleman e Blumler (2009, p. 79) destacam que há uma preocupação grande do cidadão no que tange às relações políticas e às interações com os políticos e, nesse aspecto, a internet se apresenta como o espaço potencial para o desenvolvimento de novas formas de interação e participação cidadã, permitindo uma conversação constante entre representados e representantes, que devem oferecer consultas formais e pré-estabelecer agendas políticas mobilizando, escutando, mapeando e respondendo às diversas articulações do público (COLEMAN; BLUMLER, 2009, p. 80).

Apesar da era da internet não ter sido capaz de tornar a representação prescindível e a maior parte dos instrumentos disponíveis para engajamento ou participação cidadã se resumirem a experimentos controlados de voto online ou plebiscitos (GOMES, 2010), é preciso salientar que a mobilização e a participação popular podem ter efeitos positivos na representação política, por se constituírem como fortes mecanismos de pressão. Além disso, já existem iniciativas relevantes, mesmo que não sejam tão expressivas, de participação direta no Brasil, como é o caso do Gabinete Digital, no Rio Grande do Sul, que é um canal de diálogo entre o governo do Estado e a sociedade, através do qual são propostas consultas aos cidadãos para que as políticas públicas sejam construídas e monitoradas em conjunto; do Orçamento Participativo votado no mesmo Estado, que decidiu o destino de R\$200 milhões do orçamento local e teve recorde de participantes via web, somando 255.751 cidadãos e se configurando como o maior processo de orçamento participativo do mundo; e do próprio Marco Civil da Internet, objeto desta pesquisa.

2.5. Internet e deliberação cidadã

No campo da deliberação, outra forma de pensar as contribuições do cidadão para a democracia, a legitimidade de um estado democrático está diretamente

ligada ao modo como o pólo das decisões políticas se relaciona com a sociedade civil, levando em consideração seus fluxos de comunicação, que circulam (ou deveriam circular) em arenas discursivas públicas e contribuem para a formação de "uma opinião pública política formulada coletivamente e testada por meio de procedimentos argumentativos abertos" (GOMES; MAIA, 2008, p. 17). Essa opinião pública – transformada em poder comunicativo –, ainda que não possa reger o sistema administrativo, pode direcioná-lo (HABERMAS, 1997, p. 23). Nesse sentido, meios de comunicação e cidadãos, compartilhando os mesmos valores e valorizando os espaços deliberativos, construiriam e constituiriam um forte movimento capaz de direcionar e influenciar as decisões políticas dos governantes.

Segundo Habermas, a democracia, em um contexto pluralista, se mostra dependente tanto da institucionalização de condições que estabeleçam a comunicação e o debate entre os cidadãos, como também de uma articulação entre a instância tomadora de decisões e a opinião pública racionalizada - constituída racional e formalmente¹² (MAIA, 2008a, p. 279). A comunicação entre cidadãos com o intuito de formar uma opinião pública, que ao menos pressione as decisões políticas, faz parte dos processos deliberativos. Por um processo aberto, dinâmico, inclusivo, público e livre de qualquer coerção externa e de controles particulares, espera-se obter a melhor decisão para o processo democrático, permitindo que pontos de vista individuais levem em conta diferentes argumentos e visões (HELD, 2003, p. 233), municiando os cidadãos de informações que o permitam compreender as questões públicas. Acredita-se que, dessa forma, a política possa ser enxergada como um processo de aprendizado contínuo, em função dos grandes debates, e que a democracia possa melhorar a qualidade da cidadania, através do confronto de diferentes pontos de vista (p. 233). São essas reflexões em conjunto que podem levar o cidadão para além do processo monológico do voto, oferecendo uma forma de participação mais dialógica (p. 234).

Sobre a estrutura do debate, Held (2003, p. 231-232) aponta para uma vontade política racional que deve obedecer a três critérios durante os processos deliberativos: *fact-regarding*, ou seja, perceber o fato, sem adotar doutrinas pré-estabelecidas; *future-regarding*, isto é, não ter uma visão míope, voltada somente

¹² As arenas informais de deliberação são admitidas por Habermas posteriormente, em *Further reflections of the public sphere* (1992), como será visto a seguir.

para o presente; e, por fim, *other-regarding*, que significa perceber as motivações e os argumentos de outros, em vez de atender somente aos próprios interesses. Para o autor, deficiências em julgamentos políticos normalmente ocorrem quando um dos critérios expostos acima não é obedecido.

Em relação às novas tecnologias e sua relação com a deliberação pública, a internet vem se mostrando um eficaz instrumento tanto de informação e construção de uma esfera civil mais consciente e capaz de justificar suas decisões em debates públicos, quanto de colaboração para uma maior mobilização em torno das questões sociais relevantes. Isso contribui para que cidadãos adotem posições que, imbricadas no movimento de formação de opinião pública, sejam capazes de atingir as decisões dos governantes (GOMES; MAIA, 2008, p. 18), podendo melhorar a qualidade democrática das sociedades contemporâneas (GOMES, 2008b, p. 302).

É preciso pensar, portanto, em formas de desenvolver os instrumentos oferecidos por elas, mesmo que ainda estejam engatinhando em seus usos potenciais para o aumento da participação cidadã. Em relação à deliberação, o ambiente digital permite que o debate sobre as questões políticas possa ocorrer prescindindo de encontros presenciais, através de fóruns virtuais de livre associação, o que facilita a obtenção de um número maior de participantes, até mesmo em escala global: “a Internet se mostra como importante “lugar”, “arena conversacional”, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso” (MAIA, 2008a, p. 283). É preciso estar atento, porém, ao fato de que o debate racional transcende a pura pluralidade de vozes. Os participantes precisam construir um entendimento partilhado sobre os temas discutidos, além de respeitarem, mutuamente, posicionamentos divergentes dos seus (p. 287), prerrogativa essencial para a constituição de um processo deliberativo de qualidade.

No que tange à relação entre comunicação e deliberação, o papel da comunicação de massa gira em torno da constituição de uma esfera pública política “forte, extensa, efetiva, definitivamente arraigada na esfera civil” (GOMES; MAIA, 2008, p. 18), tornando-se um agente formador e qualificador de uma esfera pública, alargando-a e intensificando sua visibilidade. Os meios de comunicação devem atuar, ainda, na disponibilização de informações políticas qualificadas, que ajudem e facilitem a manutenção do debate público e colaborem

para a mobilização e formatação de questões sociais relevantes, que venham a se tornar temas dos próprios debates. Cabe aos meios de comunicação, também, oferecer instrumentos para que a esfera pública se faça valer nas esferas da decisão política, facilitando a formação de um governo da opinião pública, capaz de agendar o sistema político e, em consequência, fazê-lo gerar “normas em conformidade com a agenda da discussão pública” (p. 18).

3. Esfera Pública e Internet

Nesta seção pretende-se discutir sobre a conceituação em torno do tema esfera pública, visando ressaltar as múltiplas esferas, onde questões comuns estão sendo discutidas. O posicionamento deste estudo sobre o assunto considera as noções de Dahlgren (2005) e de Maia (2008a) de deliberação continuada, que foge um pouco à normatização e formalidade proposta por parte da academia, percebendo, nas discussões do dia a dia, a formação de uma cultura cívica.

3.1. Contextualização das noções de esfera pública no ambiente democrático e sua aplicação para as redes digitais

Segundo Fuchs (2014, p. 60), as sociedades modernas são constituídas por diversas e conectadas esferas: a econômica, que envolve a produção de valores; a política, onde as decisões coletivas são tomadas; e a cultural, na qual são criados os valores sociais e morais. Para o autor, porém, as três esferas baseiam-se na acumulação de dinheiro, poder e status. Conectadas à sociedade civil, as três dimensões se imbricam, numa relação dialética, à esfera pública, criando seções sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais. Fuchs ressalta que na noção de bem comum, que envolve a esfera pública, os cidadãos não agem isoladamente, mas em comum (p. 61), como será visto ao longo deste capítulo.

De acordo com Dahlgren (2001, p. 33), a ideia de esfera pública habermasiana¹³ consiste no espaço institucional onde a vontade política se forma, calcada em um fluxo irrestrito de informação e ideias relevantes, podendo ocorrer por interações mediadas ou face a face, que constituirão um princípio organizacional de nosso ordenamento político (HABERMAS, 1991, p. 4). Para Habermas, a emergência da esfera pública moderna¹⁴ ocorre no fim do século XVIII e início do XIX, entre a classe burguesa da Europa Ocidental. Cafés, salões, clubes, redações de jornais, por exemplo, eram espaços que abarcavam discussões abertas, compostas por um público formado por pessoas privadas que, com base

¹³ Como aponta Silva (2006, p. 198-198), a noção de “esfera pública” já foi discutida por antecessores a Habermas, como Kant e Hanna Arendt. No entanto, a abordagem habermasiana teve uma maior adesão, especialmente no campo da comunicação, por problematizar a questão da mídia e sua relação com a política e a democracia.

¹⁴ Habermas (1991, p. 2-3) percebe que na transição da esfera pública helênica, calcada na participação cidadã e nas discussões públicas ocorridas na ágora, para a esfera pública burguesa, há mudanças na formação social que a constitui.

em pensamentos racionais e argumentos razoáveis, construíam uma opinião pública livre da coerção dos poderes político e econômico (p. 36-37). Estes espaços eram, portanto, "o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes à comunidade política se apresentam na forma de argumentação e discussão" (GOMES, 2008a, p. 35).

A esfera pública burguesa se constitui, então, como um mecanismo de defesa em relação ao governo aristocrático e como um espaço de voz a cidadãos até então desprovidos de influência ou função política, mas detentores da força econômica, sendo um ambiente, para os burgueses, sem coerções ou interferências das instâncias estabelecidas no poder e neutro, no que diz respeito à livre exposição de argumentos (HABERMAS, 1991, p. 54). Para os participantes, o melhor argumento teria o potencial de converter a autoridade política em autoridade racional (GOMES, 2008a, p. 37), isto é, até mesmo uma autoridade deveria, em processo de deliberação¹⁵, se submeter tanto à esfera de argumentação das pessoas privadas reunidas em público, quanto ao melhor argumento. De acordo com Gomes (2008a, p. 38), em consonância com os preceitos habermasianos,:

[...] a esfera pública é a esfera do raciocínio público ou do uso público da razão. O que significa que a esfera pública é justamente o âmbito em que as pessoas privadas, reunidas num público, engajam-se num esforço argumentativo voltado para o recíproco esclarecimento (Aufklärung) acerca dos objetos comuns de discussão (GOMES, 2008a, p. 38).

Dean (2003, p. 95) apresenta versões da noção de esfera pública para diferentes autores. De acordo com Hannah Arendt (apud DEAN, 2003, p. 95), o conceito remonta aos valores políticos praticados na antiga Grécia, sendo a esfera pública um ambiente de liberdade e contestação separado das demandas de trabalho e das necessidades da vida comum. Já Richard Sennet (apud DEAN, 2003, p. 95) faz uma leitura da esfera pública em termos estéticos de auto-representação e exibição. Dean (2003, p. 96), em seu estudo, faz uso da noção habermasiana de que haveria uma esfera de pessoas privadas que se reúnem para discutir em público e desencadear uma série de práticas políticas, fundamentais para a

¹⁵ De acordo com Assis (2006, p. 2), a esfera pública desempenha um importante papel no modelo de democracia deliberativo, uma vez que é o *locus* onde ocorrem os processos argumentativos, idealmente públicos, abertos e racionais, entre os cidadãos. Segundo Sampaio *et al.* (2012), a democracia de cunho deliberativo salienta princípios fundamentais da esfera pública, que enfatiza a necessária participação dos cidadãos nas decisões políticas.

democracia. O ambiente deve ser, então, normativamente composto por: paridade e igualdade entre os participantes, ou seja, como mencionado acima, a autoridade do melhor argumento deve prevalecer frente à hierarquia social; por uma considerável abertura à participação de todos; pela transparência na apresentação das ideias; e, por fim, pela racionalidade na escolha dos argumentos.

Para além do esclarecimento e entendimento mútuo, a esfera pública também comporta a crítica, a réplica, a luta de argumentos, a aprovação ou rejeição de teses, isto é, a concorrência pública das posições privadas, o que transforma a deliberação em discussão e debate (GOMES, 2008a, p. 39). Bohman (2004, p. 133) ressalta a importância do diálogo, sinalizando que uma esfera pública democrática deve ser um fórum em que cidadãos possam, ao expressar seus pontos de vista para outros, receber respostas, contra-argumentos e outras percepções. Dean (2003, p. 96) esclarece, porém, que a noção habermasiana de esfera pública é a de agentes racionais e livres, que, diante das alternativas que lhes são apresentadas, fazem escolhas racionais. É nítido, então, que o debate é estabelecido em um clima cordial e, ainda que alguns discordem de determinadas opiniões ou tenham pontos de vista diferentes, deve prevalecer uma concepção comum que tenha o bem da nação como uma diretriz. Dessa forma, quem fala apresenta seus argumentos aos outros, já esperando que os ouvintes considerem suas razões, tendo a consciência de que seu ato comunicativo contribui para o contínuo processo de interação.

Segundo Gomes (2008a, p. 35), o primeiro requisito da esfera pública é a palavra, uma vez que a troca pública de razões ocorre por meio de enunciados, cujo código é compartilhado pelo emissor e receptor, atendendo às leis da discursividade. Sendo assim, a ação comunicativa se configura como negociação discursiva de normas e valores, baseando-se na intersubjetividade e nas competências linguísticas e culturais compartilhadas (DAHLGREN, 2001, p. 40). O segundo requisito é o uso da razão e da racionalidade na construção dos argumentos, resultando no emprego de posições e contraposições, a fim de se obter uma opinião prevalente ou um consenso possível (GOMES, 2008a, p. 36). Haveria, dessa forma, a busca, pela prática discursiva, dos argumentos e das soluções mais válidas, que passariam por um filtro de negociações e ganhariam importância para a tomada de decisões (SAMPAIO *et al.*, 2010, p. 448). De

acordo com Habermas (1991), a legitimidade das decisões coletivas sobre questões comuns seria obtida pela discussão racional e justificação mútua.

É ainda condição para a formação da esfera pública a abertura, isto é, a não exclusão de cidadãos como público e participantes do debate, oferecendo a todos os interessados a chance de utilizar o ambiente para expor suas ideias e argumentos (GOMES, 2008a, p. 40), permitindo que qualquer argumento possa entrar em pauta. Nesse sentido, Dahlgren (2001, p. 35) enxerga a universalidade, ou seja, o acesso de todos os cidadãos às discussões públicas, uma das dimensões estruturais que estabelece parâmetro para a formação da esfera pública. Esses aspectos abordados acima formariam, portanto, a ética do discurso habermasiana, que pressupõe que os participantes sejam capazes de formular suas próprias razões, sendo estas passíveis de serem compreendidas e aceitas, e de identificar e expor seus interesses e necessidades de maneira reflexiva, tendo sempre em vista uma perspectiva não pessoal, mas generalizante. Além disso, a desigualdade de acesso ou poder deve ser minimizada, a fim de que o processo deliberativo gere não só integração social, mas, ainda, poder, gerado comunicativamente, que se traduza na execução de decisões administrativas (HABERMAS, 1997; SAMPAIO *et al.*, 2012).

Sintetizando, Dahlberg (apud EL-NAWAWI; KHAMIS, 2011, p. 236) elenca requisitos e critérios para que os discursos ocorram na esfera pública, tais quais, troca e crítica das reivindicações e dos argumentos, ou seja, uma avaliação recíproca das posições normativas, que devem ser compostas por argumentos razoáveis; reflexividade, isto é, a reavaliação das próprias normas culturais, bem como dos valores compartilhados pela sociedade; sinceridade ou o esforço do participante em fornecer informações relevantes para as questões discutidas; inclusão e igualdade, o que pressupõe que todos os participantes tenham o igual direito de introduzir ou questionar qualquer afirmação.

Se nos aprofundarmos nos processos deliberativos e na esfera da discutibilidade, percebe-se que há divergências teóricas entre seus modelos e seu funcionamento. Gutmann e Thompson discorrem sobre as perspectivas em torno da democracia deliberativa, seus limites e ideias conflitantes. Para os autores, o processo é dinâmico: mantém aberta a possibilidade de um diálogo continuado (GUTMANN; THOMPSON, 2004, p. 22). No entanto, há momentos em que o debate não se esgota e a decisão deve ser tomada, mesmo que o consenso ainda

não tenha sido obtido. De acordo com os pesquisadores norte-americanos, no caso da guerra do Iraque e das consultas em fóruns sobre o posicionamento da população em relação à possível ocupação armada, por exemplo, muitos ainda duvidavam que Saddam Hussein representasse uma ameaça iminente, mesmo acreditando que o mundo sem ele seria um local melhor. A invasão do Iraque teve início sem esgotar todos os argumentos contra ou a favor da ofensiva. Mas a discussão se perpetuou, inclusive com as críticas racionais sobre a guerra preventiva desencadeada por decisão do governo. Ou seja, ainda que não tenha existido um consenso – que possivelmente nem viria a existir - entre críticos da guerra e partidários, a deliberação ocorrida preparou, segundo Thompson e Gutmann (2004, p. 18), uma base mais fundamentada e informativa para o debate posterior à vitória militar dos EUA.

Nesse sentido, Gomes aponta para a "regra da maioria", vista com ressalvas por alguns, como um artifício utilizado para terminar discussões prolongadas: se os debates que produzem decisão política não são um fim em si, mas um método de produção de consenso ou, ao menos, de convencimento e entendimento entre os participantes e se os pontos de vista estiverem esgotados, ou se o consenso não for obtido, aplica-se a regra da maioria (GOMES, 2008a, p. 59), afinal,

[a] deliberação não pode fazer com que os valores incompatíveis sejam compatíveis, mas pode ajudar seus participantes a reconhecer o mérito moral presente nas exigências dos seus oponentes, quando estas possuírem mérito. (GUTMANN; THOMPSON, 2004, p. 27).

Gomes (2008a, p. 59) ressalta, porém, que este artifício não prescinde ou substitui a discussão como fonte de legitimidade.

Gutmann e Thompson (2004, p. 64-65) também apontam como um fator de dificuldade para a democracia deliberativa as desigualdades de poder político e riquezas, que produzem enormes discrepâncias no acesso à mídia, a qual, segundo os autores, seria instrumento de informação e ensinamento aos cidadãos, e reduzem algumas vozes no fórum deliberativo. Seria preciso, portanto, aumentar o número de vozes, mesmo que dissonantes, nos processos decisórios, como será visto mais à frente. É necessário pensar, ainda, nos mecanismos de deliberação que estão em operação, que permitem reforçar pontos de vista já existentes e ajudar a criar novos (HELD, 2003, p. 234). Habermas (1991), por exemplo, preocupa-se em obter um modelo de democracia com ênfase na esfera civil, incrementando meios e modos de discussão coletiva. Já de acordo com Bobbio

(apud GOMES, 2008a, p. 62), para avaliar o desenvolvimento de uma democracia é preciso, para além de perceber um aumento ou uma diminuição no número de cidadãos com direito a participar das decisões públicas, averiguar os espaços nos quais eles podem exercer tal direito, isto é, "a pergunta central não é simplesmente "quem vota", mas "onde se vota"". Tendo como pano de fundo esse cenário de democracia eleitoral e sendo distintas as esferas de decisão política institucional e formação da opinião pública, há que se ter a preocupação em reivindicar um maior número de canais e fluxos de comunicação mais intensos entre ambos, pois, ainda que a força da opinião não signifique, em última instância, a tomada da decisão final, pode servir como mecanismo de pressão e direcionamento da administração política (GOMES, 2008c, p. 81), além de influenciar no comportamento eleitoral dos cidadãos (p. 96). Dessa forma, parte da academia percebe a internet como um antídoto tanto para uma esfera pública enferma, com seus espaços discursivos encolhidos, quanto para uma mídia massiva cada vez mais comercial (MENDONÇA; PEREIRA, 2011, p. 5), como será visto a seguir.

Nesse sentido, Dahlgren (2001, p. 37) levanta a questão da espacialidade, relacionada às dimensões sociais e culturais e seus processos, atentando para o fato de que os espaços, nas sociedades modernas, transcendem a questão geográfica, uma vez que a comunicação ocorre e se forma independentemente de uma localidade física, ainda mais ao considerar a ascensão da internet. Nesse aspecto, tanto a mídia complementar quanto a principal desempenham um importante papel na constituição desse ambiente de discussão, como será visto, na teoria, mais à frente e testado, empiricamente, nesta pesquisa. Para Fuchs (2014, p. 65), a esfera pública é tanto espaço quanto processo. Já de acordo com Kovisto e Valiveronen (apud FUCHS, 2014, p. 66), seria não um espaço de domínio, mas um processo de batalhas contra-hegemônicas, que emerge quando o cidadão luta por uma sociedade melhor, se constituindo em espaços de resistência¹⁶.

Há que se ressaltar, então, os efeitos das discussões que ocorrem na esfera pública para a formação de uma opinião coletiva e compartilhada. Para Gomes, a

¹⁶ Sobre a questão, Silva (2006) destaca a análise etimológica do termo "esfera pública" realizada por Gomes no livro *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (MAIA; CASTRO, 2006). De acordo com o autor, o termo *öffentlichkeit*, original, em alemão, referia-se à propriedade comum, o que é disponível, aberto, acessível, visível, exposto etc, sem, no entanto, caracterizar a questão espacial. Já sua tradução para o inglês, *public sphere*, traz a noção do espaço, da praça, ou arena onde as discussões são tratadas publicamente.

opinião pública é “a vontade que se legitima como razão” (GOMES, 2008a, p. 41), e, embora vista por parte da academia como construção/ficção (ENTMAN; HERBST, 2001) sobre a qual seria difícil obter uma avaliação de seus parâmetros da realidade, há a defesa de que o uso público da razão – descomprimissado de ideais enviesados - e a formação de uma opinião compartilhada, pela conversação, poderiam significar o alicerce de valores morais e éticos, o que seria um ganho para a sociedade e para a qualidade da democracia, além de constituir e construir a realidade política (CAREY, 1989). A esfera pública, cujo modo fundamental seria a comunicação pública, funcionaria, então, como uma “caixa de ressonância” - metáfora apresentada por Habermas (1997, p. 91) - dos problemas que devem ser trabalhados pelo sistema político (FARIA, 2000, p. 53) e como meio de opinião pública que gere influência sobre a decisão política.

Em relação ao contexto histórico e social do desenvolvimento da esfera pública, a democracia moderna teve como bases o governo parlamentar, a imprensa livre e a liberdade de opinião, o voto universal, o Estado de Direito, todos esses aspectos relacionados à constituição de uma (ou várias) esfera(s) pública(s)¹⁷ (GOMES, 2008a, p. 45). No entanto, Habermas (1991, p. 169) aponta para mudanças políticas e sociais que transformaram a esfera pública, idealmente espaço de discussão e de uso da razão, em ficção e encenação, dominada pela cultura de massas. Nesse novo cenário, o Estado passou a intervir em prol do capital, o que desencadeou, como consequência, a politização das relações econômicas, de modo que toda crise econômica passou a se transformar, também, em crise política (PRZEWORSKY, 1995, p. 100). Com a decadência da esfera pública burguesa, em função das mudanças estruturais pelas quais passam os estados, o contraste entre Estado e sociedade se dilui. Além das mudanças no cenário, percebe-se que o próprio mecanismo e o funcionamento das deliberações deveriam ser alterados: para atender ao princípio da acessibilidade, que permeia a esfera pública, o critério da propriedade como requisito para a participação nas discussões e decisões não poderia perdurar (HABERMAS, 1991, p. 110). Ora, quando a consciência social retira a necessidade de posse de bens como condicionante para a participação do cidadão comum na esfera pública, os

¹⁷ Será visto, mais à frente, que, com a complexidade das sociedades contemporâneas, a academia passa a admitir a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, se afastando da visão idealizada habermasiana de que haveria uma única. O próprio autor atualiza a questão em *Further reflections on the Public Sphere* (1992).

interesses dos desfavorecidos passam a ser pauta de discussão, tornando-a um espaço em que interesses políticos de classe se apresentam na luta para sobreviver nesses ambientes de debate (p. 144-145). Dessa forma, antagonismos econômicos são transformados em antagonismos políticos e a esfera pública perde o caráter desinteressado que a constituía. Deixa-se de lado, então, tanto a dimensão polêmica da esfera pública burguesa, isto é, a apresentação e contestação de argumentos, quanto a dimensão mediadora, ou seja, a legitimação, por meio da discussão e do debate, das decisões do poder político (GOMES, 2008a, p. 46). Nesse sentido, Fuchs (2014, p. 63) ressalta que, embora a ideologia liberal postule liberdades individuais, tais quais de expressão, de opinião, de associação, como direitos universais, a estratificação e as desigualdades sociais resultam em um acesso desigual à esfera pública, limitando a liberdade de expressão e de opinião, uma vez que os cidadãos têm diferentes níveis de educação formal e de recursos materiais, e a liberdade de associação, prejudicada pelas grandes organizações políticas e econômicas.

Habermas (1991, p. 169-170) coloca a cultura de massa como o centro das mudanças na estrutura da esfera pública, numa relação de submissão desta em relação à *mass media*. Se antes a imprensa poderia estender as reflexões ocorridas nas discussões públicas para além dos encontros dos cidadãos, para que os que estivessem separados dos ambientes de discussão pelo tempo e espaço pudessem, também, participar dos debates, com a ascensão do caráter comercial dos meios de comunicação de massa essa relação se altera. De acordo com Gomes (2008a, p. 49), tendo em vista este argumento habermasiano, nesse novo cenário espera-se obter, do público, consentimento e assentimento, não mais racionalidade argumentativa: a discutibilidade dá lugar à discursividade, na tentativa de se obter boa aceitação dos atores e espectadores em torno das decisões políticas. A nova esfera pública, ainda na perspectiva do autor alemão, passa a ser movida, então, pela sedução e, mais do que isso, pela manipulação (HABERMAS, 1991, p. 171). Maia (2012, p. 61) também problematiza os conceitos habermasianos, apontando que, de acordo com o filósofo, à imprensa comercial não interessa mais oferecer oportunidades aos cidadãos de participar do debate público e seus princípios de publicidade se movimentam de acordo com os interesses de exibição ou representação de um consenso, que seria resultado dos interesses comerciais e políticos privados, travestidos de interesse público. Logo, tendo em vista esses

aspectos, teria ocorrido uma transformação na função dos *media*, que, em vez de facilitarem o discurso racional, passaram a construir, moldar e limitar os debates aos temas validados e aprovados pelas corporações midiáticas (HABERMAS, 1991). Há, nesse sentido, de acordo com a ideia habermasiana, uma opinião pública fabricada, que, ao contrário de se pautar no debate racional, se constitui pela projeção de interesses privados amplamente disseminados como se atendessem ou respondessem aos interesses de todos os cidadãos (MAIA, 2012, p. 61). Habermas (1991, p. 192-193) destaca, inclusive, que teria ocorrido uma invasão da esfera pública pela publicidade, em detrimento da formação de uma outra esfera pública jornalístico-publicitária originária e específica, o que acarretou em uma mistura dos interesses privados aos interesses políticos, representados na mídia, tornando-a uma esfera de representação de posições geradas de forma não pública, onde são apresentados os posicionamentos que visam obter o consentimento e a aceitação de todos, funcionando como "vitrine de opiniões em disputa pela atenção e adesão" (GOMES, 2008d, p. 124).

Essas noções habermasianas de esfera pública e de seu declínio são muito contestadas pela academia. Alguns apontam, por exemplo, para uma visão elitista nas ideias do autor, que traria a perspectiva somente da esfera pública burguesa, excluindo o proletariado e as mulheres (MAIA, 2012, p. 61). Outros criticam o fato de Habermas ter subestimado a função democratizante na expansão da educação e do sufrágio, bem como dos movimentos sociais. Há também os que apontam para sua visão pessimista e reducionista sobre os meios de comunicação, negligenciando seu potencial, especialmente no que diz respeito às mídias alternativas, de gerar reflexão crítica e estimular a participação dos cidadãos nas decisões públicas (p. 67). Lipovetsky (1989) critica duramente a visão habermasiana de que os meios de comunicação de massa, ao oferecerem o "pronto-para-consumir" midiático, reduzem a capacidade analítica e crítica do público e abolem a formação de uma opinião racional. Para o autor francês, não há nada de anti-natural na relação entre mídia e esfera pública e os *media* estão dentro da lógica ideológica moderna, que, embora se aproxime do individualismo e da mercantilização, se afasta das ideologias ortodoxas, maniqueístas, revolucionárias, que estariam, para ele, fora do consenso universal. Já na perspectiva de Gomes (2008c), a visão habermasiana dos meios de comunicação de massa exclui a noção de que a mídia pode ser não somente representante da

opinião pública, mas também, imbuída de seu potencial argumentativo, sua constituidora e produtora, tornando-se não só o espaço de visibilidade dos temas públicos, mas, atendendo ao amplo conceito de publicidade social, propulsora, também, da esfera de discussão pública.

Habermas, atento ao cenário e às críticas à época, reformulou e atualizou alguns conceitos em obras futuras, trazendo, por exemplo, a noção de esfera pública como espaço, ambiente, não necessariamente institucionalizado, que comporta a livre flutuação de questões, pontos de vista e argumentos que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos, configurando uma circulação informal de comunicação política, que também é capaz de gerar opinião e vontades públicas (GOMES, 2008c, p. 74). Sendo assim, as decisões deveriam ocorrer, segundo o autor alemão, baseadas nas seguintes vias: por um lado, em espaços institucionais, ou seja, no núcleo do sistema político, que engloba parlamentos, eleições, partidos, onde, por deliberações institucionalizadas, seriam tomadas as decisões políticas; por outro, em espaços extra-institucionais, através das associações formadoras de opiniões especializadas em exercer influência pública (quais sejam públicos de interesse, sindicatos, associações culturais, igrejas), que, em canais informais de comunicação política, pela circulação informal e livre de questões, geraria a formação democrática da opinião pública. Pela relação e cruzamento dos dois espaços - o que significa que as decisões tomadas no nível do sistema político deveriam ser fundamentadas e justificadas no âmbito da sociedade – o filósofo alemão percebe a possibilidade de um governo legítimo (HABERMAS, 1997, p. 20-23).

A esfera pública formaria, então, uma estrutura intermediária entre o sistema político de um lado e setores privados e sistemas funcionais de outro. Nesse sentido, diferentes atores deveriam preencher diferentes funções em relação à deliberação pública, livrando os cidadãos da expectativa de que todos devem deliberar sobre todos os temas ou apresentar interpretações e soluções para problemas de alta complexidade. Habermas ressalta, ainda, que o debate público pode ter diferentes eixos de argumentação, quais sejam, voltados para a forma pragmática, ética ou política, ou relacionados à justiça (MAIA, 2012, p. 63), o que significa que o uso público da razão não se limita a um único conceito de racionalidade, uma vez que, em um debate, a argumentação varia de acordo com a questão proposta e com as respostas dadas (p. 64). Essas esferas públicas, mais ou

menos especializadas e acessíveis a um público amplo e de leigos, se articulariam de acordo com pontos de vista funcionais, com os temas e com os círculos políticos e cada uma apresentaria diferentes densidades da comunicação, complexidades organizacionais e alcances (HABERMAS, 1997, p. 107). As esferas públicas parciais seriam, então, porosas, ou seja, poderia haver ligação entre elas, e admitiriam novos temas e novos participantes no debate público, já que a introdução das questões debatidas obedeceria à própria ação discursiva dos atores da sociedade civil, que vão constituir a cultura política predominante (MAIA, 2008a, p. 282-283). Sendo assim, a visão inicial habermasiana de que haveria uma esfera pública única e singular é revista, tendo em vista a complexidade das sociedades contemporâneas e a importância que setores privados passam a ter na vida pública e política, admitindo, o autor, a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, ou seja, “um sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras” (HABERMAS, 1997, p. 107).

Além disso, Habermas (1997) traz o conceito do agir comunicativo, ou "a ação em que os sujeitos orientam o seu comportamento pela vontade de se entender reciprocamente" (GOMES, 2008c, p. 88). Sintetizando sua atualização sobre a noção de esfera pública, esta seria o espaço social formado pela ação comunicativa, isto é, a noção de *lócus* que a esfera pública carregava é transposta para a de estrutura comunicacional, ou seja, a prática comunicacional do dia-a-dia (MAIA, 2012, p. 62). Ainda sobre a ação comunicativa, haveria, nos processos de deliberação, duas formas de ação distintas possíveis, que dizem respeito à esfera pública: a ação estratégica e a comunicativa. No primeiro caso, o participante procura influenciar o comportamento dos outros, seja por ameaças de sanções ou pela perspectiva de gratificações, para que a interação continue ocorrendo como o primeiro agente em questão deseja. Já na ação comunicativa, o participante procura motivar os demais não pelo uso da coerção, mas construindo argumentos racionais, representando o que Habermas (1989, p. 79) chama de situação ideal de comunicação. Sobre as duas formas de ação, Dahlgren (2001, p. 40) sugere que a estratégica seria orientada para um objetivo e manipuladora, enquanto a comunicativa aponta para o entendimento mútuo, a confiança e o conhecimento compartilhado, devendo predominar em um ambiente de debates.

Nesse processo, a comunicação se coloca como um elemento essencial para a manutenção de uma cultura política, na qual os debates políticos produzidos nas instâncias informais de deliberação, teriam o poder de gerar consequências na ação das instituições políticas (CORREIA, 2010, p. 74), permitindo a circulação de poder (MAIA, 2008a, p. 279). Acredita-se que, pelos discursos, seria possível a obtenção de uma interpretação coletiva dos fatos, capaz de desvendar como se deve entendê-los e encará-los. Dessa forma, as pessoas e os grupos perceberiam que seria preciso articular “boas razões para defender suas causas e autocorrigir argumentos, de maneira tal que possam ser aceitos pelos demais participantes” (p. 291).

Outro conceito cunhado por Habermas (1997, p. 107) é a proposta de três tipos de esfera pública, espaços que seriam propícios para os debates deliberativos: a episódica, que inclui bares, cafés, encontros de rua; a de presença organizada, que envolve, por exemplo, encontros de pais, público que frequenta teatros, reuniões de partidos, congressos de igreja; e, por fim, a abstrata, que seria a produzida pela mídia, abarcando os leitores, ouvintes e espectadores espalhados pelo mundo. Gerhards e Schäfer (2010, p. 2) atualizam estes conceitos e ressaltam que os três tipos de fóruns apresentados, que compõem a esfera pública, tais quais do encontro, dos eventos públicos e da mídia de massa, podem ser classificados hierarquicamente, de acordo com: a elaboração de sua estrutura organizacional; a sua abertura, isto é, quão participativo é o fórum para o cidadão; e o seu impacto social. O primeiro fórum, que se constitui pelos encontros casuais do dia-a-dia, pode ocorrer em praças, nas ruas, em bares, ou seja, não há uma organização estrutural fixa, o que dá a oportunidade de cidadãos discutirem mais livremente sobre os mais variados assuntos. Porém, seu impacto social e o alcance de diferentes pessoas são considerados fracos. O segundo fórum, do qual fazem parte os eventos públicos, isto é, reuniões de câmara, leituras públicas, campanhas de protestos, mantém uma mínima organização estrutural e, por contar com especialistas e líderes de opinião, a comunicação pode ser dominada por eles. Esses eventos públicos têm um impacto e alcance sociais maiores do que os encontros casuais face a face. O terceiro e último fórum é constituído pela mídia massiva, que tem plena organização técnica e de infraestrutura. Seu espaço, no entanto, é dominado pelo discurso de especialistas, jornalistas e atores coletivos, ficando o cidadão comum relegado ao papel de receptor, e seu impacto social é

significativo, uma vez que os meios de comunicação de massa têm uma larga audiência e grande influência na formação da opinião pública (p. 2)¹⁸. Sobre a mídia e, mais especificamente, a imprensa, Gomes (2008a, p. 45) ressalta que esta seria tanto uma esfera pública instituída, ou seja, espaço que abarca os temas e as discussões públicas, quanto instrumento de construção e reunião de públicos, complementar aos dois primeiros tipos de esfera pública citados acima – a episódica e a de presença organizada.

Por fim, outra questão atualizada por Habermas, como aponta Maia (2012, p. 64), diz respeito à relação entre mídia e esfera pública. O autor admite que sua perspectiva adorniana inicial sobre a cultura de massa, em *Mudança estrutural da esfera pública*, não leva em conta importantes diferenças na organização da comunicação de massa em distintos contextos nacionais. Para ele, é preciso considerar, ainda, diferentes categorias de participantes que têm espaço para discursar na mídia, além das diferentes posições comunicativas que os meios de comunicação adotam (p. 65), não necessariamente dominadas por relações de poder ou patologias (p. 64). Gomes (2008d, p. 129) ressalta que há uma corrente que admite a existência de uma esfera pública midiática, embora não seja, prioritariamente, argumentativa. Já de acordo com Maia (2012, p. 78), embora muitos defendam que a mídia não seria apenas um intermediário neutro entre atores políticos e o público, uma vez que há a ação e interferência dos *gatekeepers* nos temas cobertos, há que se levar em conta que a mídia massiva funciona como um fórum cívico, sendo os jornalistas e profissionais que nela trabalham atores dando forma e constituindo os debates públicos.

Nesse contexto, Gomes (2008d, p. 143) indica a aplicação da expressão esfera pública a dois fenômenos da vida social: esfera da discussão pública, calcada na argumentação e nos espaços de deliberação públicos; e esfera da visibilidade, que se baseia na exposição, e no exercício de controle de poder, e tem como um dos expoentes a mídia, responsável por disponibilizar para o público um quadro do mundo. Ora, se a visibilidade ancora a discussão pública na democracia e se os meios de comunicação se destacam como o lugar da visibilidade, sua função de constituidora da esfera pública (ou, por que não, de esfera pública) não é desprezível. O que permanece sendo uma questão apontada pela academia sobre a

¹⁸ Os autores (GERARDS; SCHAFER, 2010, p. 4) transpõem esta classificação para a internet, como será visto a seguir.

relação entre mídia e esfera pública é o seu papel de legitimar as decisões do Estado, das quais os cidadãos estão excluídos. Além disso, ao controlar a esfera da visibilidade, há que se questionar que posições estão representadas nos debates midiáticos, uma vez que, como aponta Gomes (2008d, p. 136), esta esfera é imprescindível para a esfera da discussão pública, até porque “o campo da comunicação tem o poder de sequestrar os temas políticos”, que pertenceriam, aliados à esfera civil, à esfera da discutibilidade, para a esfera da visibilidade (p. 160), iniciando as discussões destes temas, que deveriam ser públicas, com o controle de quem fala (e algumas vezes até mesmo do que fala) (p. 161).

Maia (2008b, p. 167), em contraponto à parte da academia (HABERMAS; 1991; PUTNAM, 1995; 1996), que credita aos meios de comunicação de massa o afastamento dos cidadãos da esfera política, constata que o espaço de visibilidade que a mídia cria e detém, embora composto por assimetrias no espaço oferecido aos atores sociais, pode contribuir para a "promoção de um diálogo público generalizado e para a criação de uma base reflexiva para a deliberação pública nas sociedades complexas". Nesse sentido, o conceito de publicidade é ampliado: além de requisito para a deliberação, publicizar um fato envolve não somente a sua exposição, opondo-se à noção de segredo, mas as normas que regulam o diálogo e a negociação dos entendimentos em público.

De acordo com Bohman (1996, p. 37), a publicidade opera em diversos níveis. Ao mesmo tempo em que ela cria um espaço social para a deliberação, também governa os processos deliberativos e as razões por ele produzidas. Maia (2008b, p. 168) aprofunda os conceitos trazidos pelo autor, ressaltando que é preciso ter em vista que nem todos os interesses podem ser representados publicamente, visto que intenções de corrupção ou malversão precisam ser mantidas em segredo para que sejam realizadas, logo, o uso dialógico da troca de razões objetivando solucionar problemas somente tem espaço quando os atos, as intenções e os planos podem ser conhecidos. Além disso, para manter o caráter público da comunicação, os interlocutores devem assumir responsabilidade sobre seus proferimentos e sustentar as condições da comunicação de acordo com as normas sociais de interação, pelo uso de argumentos que possam ser compreendidos por todos e potencialmente aceitáveis (p. 169).

Sobre o espaço midiático de visibilidade, Maia (2008b, p. 172) indica que há uma produção diversificada e descentralizada que apresenta “diferentes tipos de

mídia, com formatos distintos de organização, funcionamento e regulamentação”. Além disso, há uma complexidade de conteúdos que envolvem entretenimento, jornalismo, documentários, materiais artísticos e culturais, entre outros. Nesse aspecto, uma dificuldade apontada pela autora é a definição do que seria informação política ideal, uma vez que os diferentes conteúdos disponibilizados podem ter relevância não só para a participação do indivíduo no processo eleitoral, mas para seus múltiplos papéis como cidadão (p. 172). Há, ainda, na programação midiática, espaço para controvérsias e polêmicas, com chamadas recorrentes ao discurso de especialistas, representantes da sociedade, leigos e, até, grupos sociais organizados, num fluxo comunicativo de diferentes origens, o que aproxima a mídia de um fórum para o debate cívico (p. 173). Nesse cenário, a mídia está ligada à cena pública, disponível ao conhecimento e ao domínio público (p. 172). Botelho *et al.* (2011, p. 2) ressaltam que, embora os *media* recorram e produzam o discurso das elites, entendidas aqui como atores que, munidos de sofisticação intelectual, dedicam a maior parte de seu tempo a atividades políticas e de interesse coletivo, a decisão sobre que pontos e vozes destacar na cobertura jornalística é resultado de influências recíprocas de tensões que surgem no nível da organização interna dos *media*, no nível interinstitucional e no nível social. Há, ainda, de acordo com os autores, determinados aspectos da prática jornalística – como o valor notícia e a utilização de fontes confiáveis – que restringem as escolhas das vozes convidadas a expressar suas opiniões (p. 2).

Sob o prisma do público, os *media* funcionariam como uma pré-estruturação da esfera pública, uma vez que os produtos veiculados nos meios de comunicação de massa operam para atender a uma fatia não simultânea de ouvintes, leitores e espectadores, isto é, a mensagem é enviada a um público difuso e diversificado, que a decodificará de acordo com seus valores e com sua subjetividade¹⁹ (MAIA, 2008b, p. 173). Além disso, há um volume variado de informações presentes na mídia que o usuário utiliza e administra como deseja. Sendo assim, o material

¹⁹ A posição do receptor, de acordo com as teorias da comunicação, passa da passividade no recebimento de conteúdos para uma decodificação ativa da mensagem. Contribuem para esta nova perspectiva a teoria dos meios e mediações, que tem como expoente Martín Barbero, e os estudos culturais, introduzidos por Stuart Hall. Este, por exemplo, sugere três posições hipotéticas para a decodificação de uma mensagem: código dominante, que aponta para a posição hegemônica do discurso, em que o sentido conotado é apropriado de maneira integral; código negociado: que operam por meio de lógicas específicas ou localizadas, num processo de adaptação e oposição; código de oposição: em que receptor decodifica a mensagem de forma contrária, de acordo com algum referencial alternativo (HALL, 2003, p. 401).

veiculado nos meios de comunicação de massa também cumpre a função de retroalimentar a esfera pública política que se passa longe da visibilidade midiática, constituída não só por instâncias formais de deliberação, mas por encontros informais e episódicos ou fóruns de discussão que abarcam diferentes setores da sociedade (p. 174). Na visão de Page (apud BOHMAN, 2004, p. 142), a comunicação mediada forma não uma massa de *cultural dopes*, mas um público racional no sentido de que, como um todo, consegue formar preferências políticas, que refletem as informações disponíveis.

Ora, se a mídia exerce um papel constituidor da esfera pública política como *locus* de argumentação e se tem potencial para se tornar um fórum para o debate cívico, é necessário pensar quais são os posicionamentos representados na deliberação nela ocorrida. Em tese, de acordo com o pluralismo democrático, todas as vozes deveriam ter igual espaço e, ainda, de acordo com a perspectiva de Dahl, a poliarquia²⁰, que, segundo o autor, seria o estágio máximo de uma democracia, requer um Estado competitivo e inclusivo, com alto grau de participação cidadã nas decisões e abertura à contestação pública (DAHL, 1997, p. 30). Acredita-se que, pelo processo infinito de barganha entre inúmeros grupos (incluindo organizações comerciais, sindicatos, partidos políticos, grupos étnicos, estudantes, grupos religiosos, ou seja, representantes de diferentes interesses), pode-se chegar às melhores decisões (e representações) (NOBRE, 2004, p. 32). Embora os pluralistas percebam o papel dos media como “porta-vozes diretos de interesses particulares” (MAIA, 2008b, p. 175), não costumam considerar as desigualdades deliberativas de ingresso e participação nas discussões públicas que se apresentam neste cenário. Apesar de admitir que quanto maior a participação de diferentes vozes e pontos de vista, por meio de uma competição justa, nos debates, melhor para a qualidade da democracia, a corrente pluralista não se preocupa especificamente com a parcela de cidadãos (ou de grupos) excluída da cena política, prática que credita algumas críticas de que praticariam um estilo de elitismo democrático (p. 175). De acordo com Maia (2008b, p. 178), “a perspectiva pluralista mostra-se inadequada para lidar com situações correntes de desigualdade política entre os atores sociais e as respectivas oportunidades de

²⁰ Para Dahl, “nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado”, por isso seria preferível chamar os que mais se aproximam do caráter democrático de poliarquia (DAHL, 1997, p. 31).

acesso aos fóruns de discussão” e não aponta caminhos para a condução do debate público nesses termos da assimetria de poder das vozes. Além disso, para Maia (2008b), os meios de comunicação de massa deveriam garantir uma competição equilibrada entre representantes e representados, o que, na prática, não necessariamente ocorre: se há o favorecimento de um ou poucos atores políticos, excluindo do processo partidos menores e perspectivas dissonantes, reduz-se o ambiente informativo e perde-se em termos de qualidade democrática.

Nessa perspectiva da desigualdade e dos diferentes espaços de visibilidade oferecidos às diferentes vozes, Fraser (1992, p. 134) distingue dois grupos: o que compõe o "público forte", do qual fazem parte os representantes do sistema político e as elites, e o "público fraco", sujeito da opinião pública, que é composto por participantes das arenas informais de discussão²¹. Maia (2008b, p. 180) problematiza os conceitos desenvolvidos pela autora norte-americana, indicando que o último grupo, embora distante das decisões tomadas nas arenas políticas formais e da visibilidade midiática (ao menos no que diz respeito a aparições programadas em pauta para representar as vozes dissonantes), tem tentado, por meio de movimentos sociais e associações, reivindicar seu espaço e suas demandas, buscando atingir o interesse de toda a população para suas questões. Essa mobilização dos cidadãos em torno da obtenção de uma opinião pública favorável às suas causas é também uma forma de estar presente na mídia e fazer notícias "mediante produção de fatos noticiosos, passeatas e demonstrações públicas" que, pelo fator surpresa e choque, podem romper as barreiras impostas pelos *media* e angariar a atenção desejada, driblando a invisibilidade (p. 181). Espera-se, dessa forma, trazer à tona problemas sociais e realidades ainda não reconhecidas, na tentativa de angariar aceitação pública sobre os temas, direcionar novos debates e influenciar representantes do sistema político. No entanto, esses espaços ainda são mínimos, ainda mais ao considerar o grande destaque destinado aos representantes profissionais/elites, e esporádicos, não se configurando um equilíbrio de exposição pública de diferentes vozes. Os representantes profissionais/elites, cada vez mais especializados e profissionalizados em pautar a mídia com suas agendas, permanecem com o domínio do espaço de exibição da esfera midiática, enquanto os cidadãos carregam as desvantagens da assimetria de

²¹ Esta pesquisa prefere utilizar as noções de representante profissional/elite e de cidadão, para não hierarquizar a partir do discurso.

poder, que minam sua oportunidade de acesso ao espaço de visibilidade midiática. Há, portanto, por parte dos cidadãos, um cenário de desigualdade comunicativa, ou seja, a falta de retórica e de vocabulário específicos que os permita acessar a gramática dos veículos e de pobreza política, isto é, a dificuldade de articular argumentos aceitos pelos demais (p. 183).

Essa desigualdade entre públicos não é percebida somente nas esferas formais de decisões políticas ou nos espaços de visibilidade midiáticos, mas nos próprios processos de deliberação, em que, de acordo com Maia (2008b, p. 182), são necessárias duas capacidades sociais para que se estabeleça cooperação dialógica. São elas: a *accountability* dos atores participantes do debate, ou seja, sua capacidade de apresentar argumentos de forma compreensiva a todos e de ser responsivo, justificando suas ideias, caso seja interpelado ou indagado pelos demais; e o reconhecimento da pluralidade de interlocutores e da legitimidade dos diversos interesses envolvidos, inclusive quando isso significar a exposição de ideias contrárias e de pontos controversos. Os recursos de cada participante dos processos de deliberação e sua posição social são, portanto, desiguais, o que reduz tanto a eficácia e influência dos interlocutores menos favorecidos, quanto sua predisposição a apresentar publicamente suas propostas e ideias (MAIA, 2008b, p. 183). Albrecht (2006, p. 75-76) destaca um modelo teórico da deliberação online, em que identifica quatro grupos de fatores que interferem e influenciam na definição de quem participa dos debates e no que é comunicado: o primeiro grupo contém determinantes da participação política, tais quais, recursos econômicos e culturais dos cidadãos, bem como o ambiente social em que estão inseridos; o segundo grupo engloba os determinantes do uso da internet que caracterizarão o tipo de acesso, como idade, gênero, habilidades de navegação e orientação de valores. Ambos os grupos estão diretamente relacionados ao terceiro, que traz a mediação como um fator, isto é, é preciso levar em consideração as práticas culturais de uso da tecnologia e o contexto político em que se inserem. Por fim, o quarto grupo destaca a deliberação online como comunicação em larga escala, englobando fatores que envolvem as notícias, a tradição comunicativa, as formas retóricas de conversação, que resultarão no conteúdo que será comunicado.

A disputa pelos espaços midiáticos e de deliberação, portanto, pode ser desigual ao levar em conta os fatores acima mencionados. No entanto, a falta de habilidade de alguns cidadãos em estabelecer e manter uma interlocução pode ser

amenizada ao deslizar da noção de público para a de atores coletivos, que inclui associações voluntárias, movimentos sociais, entre outros (MAIA, 2008b, p. 184). Tais grupos são capazes de desenvolver essas habilidades cognitivas requeridas e motivação necessária para a ação, já que o fato de o indivíduo se associar a uma causa comum pode funcionar como uma injeção de vontade de aprender sobre o assunto, fazendo com que esteja mais bem informado e seja capaz de superar as desigualdades deliberativas. Esse poderia ser, de acordo com Maia (2008b, p. 184), um modelo realista de participação, já que, diante da complexidade das sociedades contemporâneas e do escasso tempo do indivíduo, dificilmente haveria um alto nível de participação cívica em torno de todos os temas. Sendo assim, a mobilização do cidadão em torno de algumas causas já o tiraria da inércia e apatia.

Ainda que grupos coletivos consigam superar mais facilmente a barreira das desigualdades, há obstáculos a serem enfrentados. Para divulgar suas causas, estes atores precisam articular redes de comunicação informal entre os grupos sociais, além de estruturas de oportunidades (p. 187). Sua luta é angariar reconhecimento do restante da sociedade em prol de suas causas e, para isso, é preciso se municiar de competências comunicativas e criatividade cultural, buscando, pela crítica social com efeito contextual, reorganizar e reorientar novos entendimentos sobre as questões propostas (p. 188). Segundo Maia:

[...] os atores plurais da sociedade civil - exatamente por não terem como impor seus interesses nem exercer influência direta sobre as instâncias políticas formais de tomadas de decisão - precisam estabelecer o diálogo e construir possíveis consensos como procedimentos de negociação (MAIA, 2008b, p. 193).

Para a autora, ainda, a inserção dos atores críticos da sociedade civil nos debates públicos pode gerar benefícios para a ação conjunta de deliberação, uma vez que suas questões trazem considerações éticas e morais para a discussão, apresentando não somente números e estatísticas, como fazem especialistas, mas seus valores apreendidos em comunidade. Essa visão ampliaria a definição do problema, apresentando diferentes perspectivas, algumas, até, conflitivas, permitindo "alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de temas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva" (p. 191). Nesse sentido, ainda que seja difícil dirimir conflitos, especialmente os mais intensos, o resultado gerado por um processo de deliberação ampliado, que comporta ideias conflitantes, pode ser mais positivo, no que diz respeito à sua

qualidade (p. 192), contribuindo na definição de agendas públicas ou de modos alternativos de governança (p. 166).

Outro obstáculo enfrentado pelos grupos sociais diz respeito à articulação e mobilização de indivíduos que compartilhem e participem de suas causas. Nesse sentido, Putnam (1995; 1996) destaca o conceito de capital social e as mudanças em sua formação, decorrentes da incessante presença que os meios eletrônicos de comunicação passaram a ter na vida comum. Gomes (2008e, p. 221-274) percorre a obra do autor indicando que, para Putnam, o êxito do indivíduo e da comunidade diante das instituições políticas e sociais será possível se houver um alto grau de conexões intensas, cooperação dos indivíduos em busca de benefícios mútuos, confiança recíproca e partilhamento de valores sociais, normas e princípios.

Putnam aponta para uma relação estabelecida entre capital social, engajamento cívico e uma melhora na qualidade da democracia, de acordo com a perspectiva participacionista, uma vez que, nesse caso, a política passa a ser praticada a partir da esfera civil, sendo seus princípios estabelecidos no domínio da cidadania (p. 228). A noção de Putnam sobre engajamento cívico, portanto, engloba não só a dimensão política, mas social, esta última caracterizada pelas conexões estabelecidas pelas pessoas com os outros e com a comunidade, incluindo atividades que vão desde filiação a igrejas e a associações voluntárias, que constituem um nível maior de compromisso e dedicação, até jantares e festas com amigos e vizinhos e doações a instituições de caridade, que são ações mais informais e descomprometidas (p. 229). Tal engajamento - seja político ou social - pode desencadear o que Putnam chama de ciclo virtuoso, com a ressalva de que nem toda participação política cria capital social e nem toda criação de capital social é necessariamente uma forma de participação política (p. 230).

Ao longo das décadas, Putnam (1995, p. 67-70) percebe um declínio nos níveis de participação política e engajamento cívico, hipótese que pode ser comprovada, para o autor, pela queda no comparecimento às urnas; pelo declínio do conhecimento político e interesse nos assuntos públicos, decorrente, também, de uma mudança geracional; pela falta de engajamento em militâncias e em outras formas de associação voluntárias e pela pouca quantidade de atividades políticas de alcance comunitário. Com o declínio das associações coletivas e a ascensão da atomização do sujeito, perde-se algo que, para Putnam, é fundamental para a qualidade da democracia: os encontros face a face e a verdadeira deliberação, que

só seria autêntica ao ocorrer na presença física e não à distância (GOMES, 2008e, p. 242).

O cientista político norte-americano credita a perda de capital social e do engajamento cívico a uma série de fatores, entre eles – e, para o autor, o mais grave - a ascensão da televisão e a conseqüente transformação tecnológica do lazer e do tempo livre, deslocados para os lares, o que prejudicaria as conexões sociais (PUTNAM, 1996). Gomes (2008e, p. 251) parece rechaçar esta ideia e, na tentativa de absolver a televisão da acusação de ser perturbadora do engajamento cívico, ressalta que o que poderia causar apatia é o entretenimento televisivo, mas há programas informativos e noticiosos, que oferecem ao usuário um maior conhecimento sobre o mundo²². Além disso, há outra gama de produtos eletrônicos que, juntamente com a televisão, competem pelo tempo livre do cidadão, como os computadores, por exemplo. Neste caso, porém, admite-se a possibilidade de renascimento das redes cívicas, isto é, um aparelho que também ocupa o “tempo de tela” pode ser potencialmente usado para o engajamento cívico, ideia rechaçada por Putnam, para quem somente encontros face a face funcionariam como espaços deliberativos, mas exaltada por parte da academia, que aponta para novas formas de participação e deliberação online.

A aversão à televisão presente na obra Putnam e sua culpabilidade no declínio do capital social e do engajamento cívico também são contestadas por outros autores. Para Schudson (1996), por exemplo, há formas de mobilização não somente coletivas, isto é, para o autor, política também pode ser feita individualmente. Além disso, a televisão pode significar não um afastamento da política, mas uma nova forma de engajamento, já que seus conteúdos vêm sendo, desde a década de 60, cada vez mais politizados. Este ponto, aliás, parece ser crucial para Schudson: a contemporaneidade carrega consigo ganhos políticos e democráticos, como a revolução feminista; a luta por liberdade dos homossexuais e minorias; e os movimentos sociais e ambientais, atividades geradas, por vezes, fora dos partidos políticos ou de instituições estatais. Sendo assim, frente aos ganhos obtidos, o declínio do capital social não deveria ser tão lamentado.

Sobre a centralidade da televisão na contemporaneidade e seus efeitos na vida política e social, Gomes (2008e, p. 265) ressalta que, diferentemente do

²² Putnam chega a admitir, posteriormente, que há uma programação pró-cívica na televisão e que nem toda ela é anti-social (GOMES, 2008e, p. 254).

diagnóstico feito por Putnam, é preciso pensar "a subsistência" - e a convivência - "da democracia e da política em um mundo no qual a centralidade da televisão não pode ser dispensada e ao qual a esperança no retorno de altas taxas de capital social não encontra plausibilidade". Para além, é preciso considerar as mudanças culturais nas sociedades contemporâneas, não só creditadas à penetração dos novos meios de comunicação, mas a uma série de fatores, como as mudanças na formação das famílias, na relação do indivíduo com o tempo, espaço e trabalho, que acarretam em novas atitudes, opiniões e, até mesmo, uma diferente disponibilidade de engajamento e/ou participação cívica (p. 267). Em vez de se prender ao sonho restaurador de Putnam, de eliminar a televisão em busca de maiores índices de confiança nos outros, redes de relação e valores cívicos, Gomes traz uma possibilidade mais realista de adaptação à nova realidade social e cultural, que oferece novos tipos de engajamento e participação, sem menosprezar as novas formas de mobilização popular, que, embora não contem com enorme dedicação ou hiper-engajamento coletivos, não são menos verdadeiras ou genuínas do que as reuniões e encontros face a face, tão exaltados por Putnam (p. 269).

Nesse sentido, Fuchs (2014, p. 66) percebe a comunicação como uma relação social, na qual humanos interagem mutuamente, com a ajuda de símbolos, criando sentido para o mundo que dividem. Para o autor, a comunicação requer (e não seria possível existir sem) a mídia, seja ela de informação e armazenamento, como papel, rolos de filme, *hardwares*, DVDs; de comunicação, como telefone, televisão, rádio, e-mail; ou colaborativa, como *wikis* e comunidades online. A mídia cria informações públicas que confrontam os cidadãos nos mais variados aspectos, fazendo com que eles deem sentido para o mundo, de acordo com o material acessível (p. 66). É questionável, porém, a relação que os *media* estabelecem com os poderes econômico e político, oferecendo seu espaço de visibilidade de acordo com as demandas destes (p. 66). Para Splichal (apud FUCHS, p. 69-70), a mídia somente se constitui como esfera pública ao abandonar seu caráter comercial, uma vez que os interesses privados das empresas de comunicação podem prejudicar o acesso público a este espaço de visibilidade e a atenção oferecida às vozes cidadãs.

Sendo assim, a internet se apresentaria, de fato, como espaço alternativo, que comportaria vozes dissonantes e excluídas dos debates ocorridos nas mídias de

mainstream? Seriam as novas tecnologias responsáveis pela formação de uma nova esfera pública, a digital?

Ora, como novo ambiente de deliberação em redes digitais, a internet desponta na academia, ainda mais ao levar em conta sua importância para a formação e desenvolvimento de uma (ou várias) esfera(s) pública(s). Para Castells (2003, p. 135) as novas tecnologias teriam o potencial de transformar a dimensão política, tornando-se o espaço propício para que os cidadãos expressem seus direitos e se comuniquem com outros, compartilhando valores e questões. A possibilidade de se ter um público ampliado é uma das vantagens apontadas pelos que enxergam a internet como a nova ágora pública: o diálogo e a troca de argumentos prescindem dos encontros face a face, transcendendo as fronteiras do Estado-nação para uma participação em escala global, expandindo os fóruns conversacionais (MAIA, 2008a, p. 283).

Para muitos a internet apresenta condições e potencial de se tornar o novo espaço de discussão pública extensa, oferecendo uma nova qualidade à democracia (GOMES, 2008b, p. 304). Há que se considerar uma série de ciberfacilidades, como produção de informação a baixo custo, potencial de atingir um público extenso e espaço ilimitado para postagem de dados (e armazenamento dos mesmos), que, somadas a características intrínsecas às redes, como acesso universal, comunicação não-coercitiva, liberdade de expressão e agenda irrestrita, podem fazer da internet uma ferramenta fundamental para se ter uma nova qualidade na democracia e nas decisões e discussões públicas (p. 304-305).

Vale ressaltar, ainda, que, ao se contrapor ao eixo de comunicação vertical, que obedece ao modelo Um-Todos, adotado pelos meios de comunicação de massa, para uma comunicação de mão-dupla, horizontal, ou Todos-Todos, a internet retira o cidadão do polo da recepção, tornando-o produtor e receptor de conteúdos online (p. 311). Essa nova interação, de acordo com Gomes (2008b, p. 311), produz um importante efeito na constituição da cultura política, uma vez que contribui para recompor a sensação tanto de efetividade política da esfera civil, quanto de que os agentes devem ser mais responsivos à cidadania, prestando conta de suas decisões políticas.

Nessa linha, Dahlgren (2005, p. 151) localiza a internet como o ambiente em que se encontra a vanguarda da esfera pública, onde intensos desenvolvimentos e *cyber* transformações estão acontecendo. O autor relativiza, porém, o lugar que a

Web ocupa nos processos de conscientização e participação política: o uso da internet para fins políticos ainda é pequeno, especialmente se for comparado com o espaço dedicado ao consumo e ao entretenimento, ou seja, a esfera pública digital e os processos deliberativos ainda estão longe do que se considera ideal para a formação da vontade política. No entanto, as novas tecnologias da comunicação oferecem abertura para diversas formas de iniciativas e associações civis e o problema da exclusão de parte de cidadãos das redes digitais vem diminuindo ao longo dos anos nas democracias contemporâneas. Além disso, a internet vem sendo usada cada vez mais como força contrária e desafiadora às estruturas de poder já estabelecidas e, embora não possa ser encarada como um rápido antídoto contra a crise democrática atual, é preciso ressaltar sua importância no que diz respeito à oferta de possibilidades para a interação e o engajamento cívico (p. 151).

Há, ainda, os que encaram as redes como uma nova forma de conexão coletiva, que comporta desde usuários comuns a grupos de ativistas já mobilizados fora das redes e com grande interesse político (MAIA, 2008c, p. 332). De acordo com Maia:

[...] algumas associações com propósitos democráticos contribuem para que as pessoas possam informar-se sobre determinadas questões e aperfeiçoar capacidades críticas, nutrir virtudes cívicas, adquirir autoconfiança e o sentimento de eficácia; adquirir habilidades políticas, tais como a competência para expressar e negociar os próprios interesses com outros atores (MAIA, 2008c, p. 332-333).

O associativismo, portanto, contribui para a representação de interesses de indivíduos e grupos, que podem, em alguns casos, inserir suas demandas na agenda política ou, ao menos, debatê-las a fim de exercer pressão sobre os governantes (p. 333). Outro aspecto positivo é a entrada de vozes minoritárias e não ouvidas que, conectadas em redes, tornam-se percebidas neste novo espaço discursivo (p. 337). Para Gerards e Schäfer (2010, p. 3), uma das expectativas que a internet traz é justamente essa inclusão de múltiplos atores ao debate, especialmente os da sociedade civil que não têm acesso ao espaço de visibilidade midiático. Sendo assim, espera-se que interpretações alternativas estejam presentes na Web, servindo como um impulso para a democratização da esfera pública, para o fortalecimento do interesse pelos aspectos políticos e para a participação cidadã. No entanto, como os próprios atores destacam, tal expectativa

ainda engatinha: em pesquisa realizada por ambos sobre a discussão em torno do tema genoma humano na mídia impressa alemã e americana e em mecanismos de busca dos dois países, Gerard e Schäfer (2010, p. 148) percebem que a comunicação na internet, no que diz respeito às fontes, não é mais igualitária do que na mídia impressa, não havendo uma extensa inclusão popular de atores da sociedade civil na discussão ocorrida no ambiente digital. Os autores percebem, ainda, que na internet há a recorrência de vozes de especialistas, especialmente cientistas e pesquisadores da área, enquanto outros grupos como políticos ou os da sociedade civil, tais quais igreja, ONGs, artistas ou cidadãos individuais, aparecem com menor recorrência. Vale notar, também, que, em relação ao posicionamento dos atores frente ao debate sobre as pesquisas com genoma humano, foram encontradas posições mais neutras na Web do que na mídia impressa, não confirmando a expectativa de que a internet comportaria posições mais plurais (contra, a favor ou neutra).

De acordo com Maia (2008a, p. 278), é preciso ter uma percepção das novas tecnologias não só no que diz respeito às suas potencialidades estruturais e instrumentais, mas a partir das suas formas de uso, verificando as motivações e os interesses que as rodeiam, já que a presença de determinadas empresas, governos e grupos sociais na internet pode significar, também, formas extremas e antidemocráticas de centralização de poder. Faz-se necessário, ainda, pensar as redes de maneira articulada com os contextos históricos e sociais dos seus usuários (MAIA, 2008a, p. 278). Maia aponta para o fato de que a internet, em si, não pode ser tomada como esfera pública e a topografia das redes, suas funcionalidades e tecnologias, e a interação comunicativa são elementos interdependentes no que diz respeito a seus efeitos (p. 279).

Habermas (1997, p. 107) propõe os três tipos de esfera pública vistos acima – episódica; de presença organizada e abstrata – mas não tematiza o que seria a esfera pública virtual, o que é feito por Maia (2008a). A autora aponta que o ambiente digital pode ser vantajoso para o debate crítico-racional, uma vez que é um espaço livre de coerções e que usuários têm possibilidades de se associar e se engajar em diferentes causas, fóruns e comunidades virtuais (p. 286). Além disso, há uma relação dialógica estabelecida, em que interlocutores podem prescindir da presença física e do diálogo em tempo real e realizar trocas irrestritas de ideias, numa comunicação multidirigida, sem que haja a necessidade de se manter

parceiros fixos ou autorizados (MAIA, 2008a, p. 286). Vale ressaltar ainda que, prescindindo dos encontros face a face e munidos do anonimato propiciado pelas redes, cidadãos podem estabelecer diálogos e debates de forma mais paritária, uma vez que, diante deste quadro, as desigualdades sociais sofrem um apagamento: “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa”. Sendo assim, há uma possibilidade maior de que os melhores argumentos predominem durante um debate virtual, fato que pode não ocorrer nas discussões presenciais, por serem mais propícias às interferências e influências das posições sociais e hierárquicas de seus participantes (p. 287).

O debate genuíno depende ainda da livre motivação de seus participantes, que devem buscar, nas palavras da autora, “um entendimento partilhado sobre uma matéria em comum”, não só expressando seus argumentos, mas ouvindo as posições alheias e respondendo aos outros debatedores, quando questionados, numa atitude de respeito mútuo (p. 287). Há quem aponte, porém, para as fragilidades das redes no que diz respeito aos seus usos: há um elevado número de participantes de discussões online que, embora registre sua opinião ou busque informações, não se vincula ao debate contínuo, reduzindo a prática argumentativa, composta pela argumentação e contestação (p. 288).

Parte da academia indica, ainda, que o alcance da internet não é total e o acesso dos cidadãos às redes permanece desigual. Sendo assim, uma parcela da população é excluída dos debates que ocorrem em fóruns virtuais (p. 284), não sendo possível considerar o ambiente digital, de acordo com os que enxergam a internet com ressalvas, uma nova esfera pública, já que as discussões, embora abertas, não possibilitam a participação de todos. A reversão deste problema e das barreiras digitais ocorreria, de acordo com Maia (2008a, p. 285), com ações realizadas em dois caminhos: o primeiro se enquadra nas iniciativas governamentais, possivelmente estabelecidas em parceria com o setor privado, que gerem políticas públicas de implementação de equipamentos conectados à rede em espaços públicos de utilização, como escolas, bibliotecas e outros pontos da cidade, sanando a questão do acesso físico às novas tecnologias; o segundo seria oferecer recursos cognitivos e educativos, buscando capacitar os cidadãos para que estes possam participar mais dos processos políticos e sociais. Estes caminhos esbarram, porém, na questão da cultura política e na vontade (ou na

falta de vontade) do cidadão de se engajar em processos de deliberação e participação: não basta oferecer acesso às tecnologias e capacitação, se o usuário não está imbuído de interesse político, permanecendo apático e à margem dos processos de decisões concernentes à esfera política (MAIA, 2008a, p. 285).

Outro ponto questionado pelos críticos, que coloca em xeque a via do diálogo e o caráter de comunicação mão dupla da internet, é a “clonagem digital” (GOMES, 2008b, p. 319) dos meios de comunicação de massa, isto é, a transposição dos produtos midiáticos para as redes, ação que replica não só o conteúdo, mas o fluxo comunicativo unidirecional, que não abre espaço para o debate. Nesse sentido, questiona-se o pouco espaço e visibilidade das fontes alternativas que surgem nas redes, como blogs, fóruns e sites de redes sociais, se comparados com o alto fluxo de acesso que têm os portais e sites que se configuram como meio de massa (p. 320).

Ainda há que se considerar que, se por um lado a internet e suas diversas funcionalidades, como grupos de discussão, chats, fóruns e jornalismo alternativo, oferecem um espaço comunicativo e alternativo para o engajamento cívico, facilitando a comunicação entre grupos heterogêneos, por outro gera a fragmentação, isto é, as diferentes esferas públicas que podem ser constituídas na Web não necessariamente se integram às outras, podendo permanecer como ilhas isoladas ou como o que Dahlgren (2005, p. 152) chama de *ciberguetos*.

Também, por ser um livre espaço para expressão, a internet possibilita, de acordo com Gomes, (2008b, p. 322), a ocorrência de manifestações racistas, xenófobas e conservadoras, podendo “levar à irresponsabilidade, ao *hate speech* e ao declínio de uma cultura do debate”. Nesse sentido, há ainda os riscos da *ciberameaça*, isto é, há um ativismo e recrutamento de grupos de terroristas, traficantes de drogas, espões, pessoas vinculadas ao crime organizado, facilitado pelo uso das redes (p. 323). Para Fuchs (2004, p.65), entretanto, tais fenômenos, que se constituem por princípios autoritários, não formariam uma esfera pública, uma vez que esta deve ser permeada de ações políticas conjuntas, sempre baseadas nos princípios democráticos.

Alguns autores (FRASER, 2007; GOLDBERG, 2011) também ressaltam problemas de legitimidade e eficácia em relação às discussões realizadas na internet. O primeiro ponto indica uma questão de inclusividade, particularmente no que diz respeito a grupos historicamente excluídos das instituições de poder, e

a segunda ressalta a inabilidade dos cidadãos de comunicarem suas demandas e desejos às instituições, bem como das instituições de ouvirem e quiçá atenderem as reivindicações. Nesse contexto, de acordo com a obra de Benkler (2006), mencionada por Goldberg (2011, p. 742), as críticas à esfera pública virtual podem ser divididas nas seguintes categorias: a questão babélica, isto é, a internet percebida como um ambiente sobrecarregado de informações, o que gera a fragmentação, a polarização do discurso e a perda da comunidade política; a questão da potência, já que poucos sites detêm a maior parte do tráfego; o controle ao acesso à informação pelos estados autoritários; e, por fim, o *digital divide*, isto é, a exclusão de parte dos cidadãos das redes digitais.

Nessa mesma linha, Newman (2001, p. 304) salienta quatro conceitos que envolvem a esfera pública, a distribuição de informação política e os valores e comportamentos: a coesão social, que envolve as leis, a ordem, as normas sociais, normalmente conservadoras, e a preocupação legítima e prática, não ideológica, do processo democrático nas sociedades industriais e desenvolvidas; a fragmentação, que seria a distribuição horizontal de crenças e preferências em uma sociedade, de acordo com as diferentes comunidades regionais, étnicas e ideológicas, resultando na dispersão de valores; a estratificação, que engloba as diferenças verticais entre elites e massas no que diz respeito à obtenção de informações políticas; e, por fim, a polarização, envolvendo não só a distribuição das crenças e opiniões, mas a atuação frente às diferenças sociais e comportamentais percebidas. De acordo com o autor, a redução de custos em se adquirir e em disponibilizar informações políticas na internet pode significar, em algum grau, um aumento da participação do cidadão na esfera política, mas não altera nem iguala, em larga escala, os níveis de polarização e estratificação das crenças e opiniões políticas (p. 317). Dyson (apud DEAN, 2003, p. 100) sinaliza outro problema na concepção da internet como esfera pública: o excesso de falantes. Por ser aberta, todos podem estar incluídos, mesmo os ignorantes, os mal informados, ou desautorizados, constituindo muitas ideias e opiniões diferentes na Web.

Nesse aspecto, Dahlgren (2005, p. 156) ressalta que pesquisas recentes têm mostrado que as discussões online não seguem, necessariamente, os preceitos normativos dos processos deliberativos que pressupõem que as discussões abertas tenham como objetivo a formação de um consenso, motivado racionalmente: na

internet os discursos nem sempre são racionais, os usuários não demonstram tanta tolerância em torno de ideias opostas às suas e as formas de interação podem não ser civilizadas. No entanto, o autor sugere que a vida política *offline* também comporta estes percalços, não havendo por que esperar um cenário diferente ou uma transformação ontológica nos processos deliberativos com a transposição das discussões públicas para o ciberespaço.

Sobre a dimensão estrutural da deliberação na internet, Dahlgren (2005, p. 52) exemplifica setores que a compõem, como, a) as versões de *e-government*, que propiciam interação entre representante e representado, além da disponibilização de informações e serviços para cidadãos; b) o ativismo, em que as discussões baseiam-se nas posições e nos valores de determinados grupos, que lutam por intervenções políticas, como ocorre com os movimentos sociais; c) os fóruns civis, onde usuários trocam suas ideias e a deliberação, de fato, pode ocorrer, ou seja, o espaço genuíno da esfera pública na Web, que será, em sua estrutura mais informal, campo desta pesquisa; d) o domínio parapolítico, que diz respeito aos interesses comuns e às identidades coletivas, que apesar de não terem sentido político direto, desenvolvem uma discursividade negociada; e, por fim, e) o domínio jornalístico, que inclui as grandes mídias que transpõem seus conteúdos para a Web, as iniciativas desenvolvidas exclusivamente para as redes digitais e as organizações de notícias alternativas.

Já Gerards e Schäfer (2010, p. 4) classificam as ferramentas de debate da internet de acordo com sua estrutura organizacional, seu grau de participação e seu impacto social. Para os autores, o correspondente na Web do encontro ocasional (primeiro nível da esfera pública, como foi visto acima) seria a troca de e-mails ou de mensagens instantâneas. Nesse caso, enquanto os pré-requisitos organizacionais para a manutenção de um diálogo online são baixos, a oportunidade de participação do cidadão nas discussões é alta. No entanto, seu impacto social ainda é pequeno, em função do baixo alcance de pessoas. Já os fóruns de discussão e blogs constituem o segundo nível da esfera pública na internet. Aqui, a estrutura requerida tem um pouco mais de sofisticação e há uma relativa seleção de participantes que concentram e selecionam determinados tópicos. Tanto o impacto social quanto o alcance aumentam nos fóruns que compõem este nível. Por fim, a grande mídia, terceiro nível da esfera pública, também está presente na Web através de seus grandes portais de notícias,

mantendo sua enorme estrutura, grande alcance e impacto social, inclusive ao considerar o peso que as mídias de *mainstream* têm nos resultados de buscas orgânica.

Especificamente sobre as redes sociais, Fuchs (2014, p. 58) problematiza a questão do que seria mídia social, na medida em que algumas recebem esta nomenclatura e outras não. O ponto de partida para o autor é definir o que é considerado socialidade. Do ponto de vista relacional e social, leva-se em conta: os pensamentos humanos moldados pela sociedade; as trocas humanas simbólicas via comunicação; o trabalho cooperativo entre pessoas, criando valores; e a formação e a manutenção de comunidades. Vista como processo informacional e relacionando à internet, a socialidade pode ser expressa de forma interconectada pela cognição, ou seja, usufruto de materiais, como livros, televisão, filmes e textos que refletem o contexto social; comunicação, que envolve as trocas comunicativas, como as feitas por e-mail, por exemplo; e cooperação, no que diz respeito às comunidades online (FUCHS, 2014, p. 58). Para o autor, a socialidade online não é nova, mas, com o tempo, houve um desenvolvimento e já existem determinadas mídias sociais, como o Facebook, que podem convergir os três modos de sociabilidade vistos acima (cognição, comunicação e cooperação), isto é, uma pessoa produz conteúdos (fase cognitiva) que podem ser comentados e compartilhados (fase comunicativa) ou até mesmo alterados e remixados (fase cooperativa) por outros. Além disso, estas mídias sociais podem abarcar, ainda, a integração de papéis sociais: pela criação de diversos perfis, sejam de cidadãos, de profissionais, de empresas ou de governos, os usuários se conectam, formando um espaço social (p. 77).

As mídias sociais teriam, então, de acordo com o autor, o potencial de ser uma esfera pública, abarcando a ação comunicativa, mas isso ainda ocorre, no atual cenário, de forma limitada, uma vez que tanto o poder político quanto o econômico podem controlar e monitorar os usuários e seus dados nestas redes (p. 89), colocando em risco a tão mencionada liberdade de expressão. Entre as soluções propostas por Fuchs (2014, p. 97) para esse aspecto, estaria a ocupação das mídias alternativas, que deveriam ser utilizadas na busca de uma maior visibilidade de assuntos comuns na era da mídia social. Seria preciso, então, transformar as mídias corporativas, com controle societário, em reais mídias

sociais e, até mesmo, em esfera pública, tornando-as meios de comunicação social a serviço do público.

Dahlgren (2005, p. 154) sintetiza a diferente percepção das duas perspectivas emergentes que divergem sobre o papel da internet na constituição da esfera pública. Uma delas admite sua contribuição para uma possível mudança na democracia, embora sua importância ainda seja modesta, se limitando a ofertar apenas formas de extensão das ações políticas e sociais que já ocorrem fora da rede, não apresentando grandes novidades ou mudanças políticas para a sociedade. A internet, de acordo com essa visão, não teria alterado o campo político no que diz respeito à sua ideologia, tampouco teria ajudado na mobilização de cidadãos em torno de uma maior participação: suas iniciativas, inclusive de *e-government*, se configurariam por decisões *top-down*, ainda sob o controle das elites. Já a outra corrente percebe um momento de transição de uma noção tradicional da democracia, que se apresenta precária nas sociedades contemporâneas, para uma nova política, na qual a internet teria um papel central (p. 154). De acordo com os defensores dessa perspectiva, o desinteresse e a apatia dos cidadãos em relação ao sistema político estabelecido não significaria, necessariamente, um descolamento da política *per se*, mas uma resignificação de seu sentido, havendo uma aproximação maior não de parlamentos e sistemas formais e institucionais da esfera política, mas de movimentos sociais genuínos (p. 155). Entre esses grupos de cidadãos, os aspectos políticos, os valores culturais e os processos identitários se tornariam mais fluídos. A política passaria a se constituir, então, não por processos decisórios, com objetivo final e específico, mas como um processo, uma atividade expressiva, uma forma de afirmação (e pertencimento) da esfera pública, de grupos sociais e de determinados valores e ideias. Nesse cenário, a internet desponta como o espaço em que há a possibilidade de uma comunicação mais horizontalizada entre os cidadãos, o que garante essa fluidez de informações, propostas, discursos e posições.

Ambas as posições vistas acima - positivas ou negativas - com relação ao potencial da internet de incremento da esfera pública, no entanto, são relativizadas quando tomamos a Web e os processos de deliberação não somente como encontro dialógico singular, em busca de uma decisão conjunta prática e profícua, mas tendo a noção de espaços de interação continuada, inserindo as discussões num contexto cultural mais abrangente, visando à formação de preferências e de

convicções (MAIA, 2008a, p. 289). Deixa-se de lado a noção do que seria uma situação ideal de discurso, calcada nas condições ideais de argumentação, admitindo-se processos de deliberação de longo prazo, não tão dependentes das condições de razoabilidade e reciprocidade que permeiam o diálogo singular. Mesmo levando em consideração que cidadãos podem estar despreparados para expor racionalmente suas ideias e preferências, embora tenham suas inclinações e desejos, o processo continuado de deliberação pode significar uma forma de aprendizagem, já que durante os debates os cidadãos podem se tornar mais críticos a respeito dos temas expostos e até mesmo das próprias opiniões, podendo, ainda, diante dos processos deliberativos, mudar suas atitudes e orientações políticas e encorajar-se a apresentar seus argumentos. Talvez seja um erro encarar a deliberação como a busca de um entendimento ou consenso final, uma vez que durante o debate determinadas opiniões podem permanecer em desacordo, devendo ser reavaliadas e amadurecidas pelos participantes nos intervalos entre um debate e outro (p. 290). Diferencia-se, assim, o discurso singular, que objetiva a obtenção de uma decisão obrigatória e final, exigindo que os participantes desses tipos de debate sejam altamente comprometidos e engajados, do discurso prático, processo comunicativo mais reflexivo que ocorre com mais ou menos intensidade em nossas vidas. Nesse último caso, defende-se que por um processo gradual e disperso, sempre aberto à revisão, o debate público pode acarretar numa interpretação coletiva e entendimento mútuo dos interesses mais importantes a respeito da vida comum dos cidadãos. E, embora este tipo de processo de deliberação não seja necessariamente dependente da condição de racionalidade argumentativa, o que se percebe é que, diante do próprio movimento das discussões e das exposições de argumentos e contra-argumentos, determinadas ideias se fortalecem e se aglutinam, enquanto outras são questionadas, se enfraquecem e até desaparecem (MAIA, 2008a, p. 291). De acordo com Sampaio *et al.* (2010, p. 449), até mesmo durante os processos deliberativos os argumentos e as possibilidades podem não se esgotar, transformando a deliberação em um processo contínuo em que as posições podem ser reavaliadas e novamente discutidas. Para os autores, ainda, a deliberação pode servir a diversos fins, não devendo se limitar a um processo com um único objetivo principal. Na visão de SAMPAIO *et al.*(2012), a deliberação pode:

[...] facilitar aos indivíduos trocarem suas preferências, aumentar a legitimidade democrática, aumentar a racionalidade para resolução de problemas, fazer a escolha coletiva mais maleável, aumentar a igualdade política, o aprendizado social e fomentar melhores cidadãos (SAMPAIO *et al.*, 2012).

Em uma crítica a Habermas, Dahlgren (p. 156) aponta que a concepção do discurso racional do filósofo alemão não assume diferentes formas de comunicação que podem ser importantes para a democracia, tais quais, a afetiva, a poética, a humorística, a irônica e assim por diante. Já na visão de Kohn (apud DAHLGREN, 2005, p. 157), essa racionalidade requerida não é mais do que uma construção social que beneficia os que já estão no poder, privilegiando as formas de comunicação que a elite detém. Para Mouffe (1999, p. 752-753), o conflito e o antagonismo estão sempre presentes nas relações políticas e, em vez de se lutar para obter o consenso ou a extinção das relações de poder, ferozmente atacadas por Habermas, a preocupação deveria ser formular formas de poder que estejam alinhadas aos valores democrático: ao invés de remover a paixão da política, deve-se mobilizá-la em torno de formulações democráticas (p. 756). Nesse sentido, a presença do ativismo em rede se dá não necessariamente para a obtenção do consenso, mas para afetar a esfera política pela mobilização e estimulação da opinião pública. Sendo assim, Dahlgren (2005, p. 157) desperta para a noção construtivista de cultura civil, isto é, a atuação de cidadãos como agentes sociais em suas vidas diárias. A ideia de cultura cívica, porém, pode representar um paradoxo: ao mesmo tempo em que tem força, é vulnerável e pode ajudar a promover o funcionamento da democracia, servindo para empoderar ou desempoderar cidadãos, dependendo dos fatores políticos e econômicos em jogo. Esse conceito de cultura cívica, embora não pressuponha uma homogeneidade entre cidadãos e admita diferentes caminhos para a cidadania e para a democracia, requer a necessidade de comprometimentos mínimos compartilhados entre a esfera civil, para que cidadãos enxerguem além dos interesses imediatos de um determinado grupo. Dahlgren (2005) propõe parâmetros de avaliação da cultura cívica, como a) valores ancorados na vida diária; b) afinidades entre os cidadãos, que fazem com que eles se sintam parte do mesmo sistema social e político, embora tenham gostos e vidas diferentes; c) conhecimento através de um referencial cognitivo compartilhado do mundo, calcado na educação e na esperança de que, pelo seu uso, ocorra a supressão das diferenças de competências

e habilidades comunicativas; d) identidades relativas à cidadania, que abarcam não só o status formal, as obrigações e os direitos dos cidadãos, mas uma dimensão subjetiva que envolve a sensação de pertencimento social e de eficácia no que diz respeito à participação política; e finalmente e) práticas, como a interação e a discussão, que resultem em sentido social e pessoal dentro dos ideais democráticos. Nesse caso, as discussões podem não tomar a forma normativa de deliberação presente em Habermas, mas têm importância no que diz respeito às dinâmicas recíprocas que podem gerar, reforçando os parâmetros da cultura cívica e o impacto que isso pode ter na atual situação política e criando, pelo espírito de cooperação e compartilhamento propiciado pelas redes digitais, um novo caminho para ser cidadão e fazer política.

Por fim, em consonância com a ideia de deliberação continuada proposta por Maia, a concepção de esfera pública para Dahlgren (2005, p. 148) passa pela circulação de informações, ideias, debates e pela formação da vontade política, todos estes aspectos facilitados e propiciados pelos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, pela internet. O próprio autor indica que, diferentemente da ideia inicial de Habermas, a esfera pública não obedece a uma forma única e singular, mas à constituição de diferentes espaços e arenas, especialmente levando-se em consideração a complexidade das sociedades contemporâneas e os efeitos do mundo globalizado. De acordo com o Dahlgren (2005, p. 152), a visão integrada, normativa e idealizada de esfera pública fracassou nas sociedades contemporâneas, que passam a se preocupar e a abarcar a pluralidade e as diferenças. Compõem as democracias atuais grupos de diferentes gêneros, etnia, capital cultural, orientação política que podem requerer espaços especializados de discussão, para trabalhar questões internas ou formar uma identidade coletiva (p. 152).

Dahlgren (2005, p. 148-149) propõe, então, três dimensões constitutivas da esfera pública: estrutural, representacional e interacional. A primeira diz respeito aos aspectos formais e institucionais que permeiam um processo deliberativo, incluindo a liberdade de expressão, o acesso e a dinâmica inclusão/exclusão. Tanto a mídia quanto as instituições políticas formam uma ecologia política que também forma e estrutura a esfera pública e a maneira como a informação circula. A terceira dimensão, interacional, requer não simplesmente um público passivo e atomizado, mas cidadãos interagindo uns com os outros, premissa fundamental

para que os processos deliberativos ocorram. Esta interação ocorre tanto no encontro de cidadãos com a mídia, uma vez que o usuário interpreta e usa os conteúdos veiculados nos meios de comunicação de massa, quanto na relação entre cidadãos, que engloba tanto uma conversa entre duas pessoas, quanto encontros maiores em escala, ou seja a comunicação em espaços da vida social. Já a segunda dimensão, a representacional, refere-se às vozes presentes na esfera pública, considerando que estas devem ser plurais, comportando variadas agendas, posições e ideias. Neste caso, a mídia assume um papel central como espaço de visibilidade e de disseminação de informações. Essa esfera abrange, portanto, 1) a produção dos meios de comunicação, inclusive a internet; 2) o espaço de visibilidade midiática; e 3) a acuidade, a precisão, a completude e a pluralidade de vozes e agendas presentes nas informações veiculadas e nos debates estabelecidos (DAHLGREN, 2005, p. 148-149).

É nesse último aspecto, a representação na esfera pública, mais cara a esta pesquisa, que a dissertação em questão se localiza, tendo em vista a ideia de interação continuada, que insere as discussões num contexto cultural mais abrangente, visando à formação de preferências e de convicções (GOMES; MAIA, 2008, p. 289). Será traçado, então, um mapeamento das vozes e temas representados no debate em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, para testar o grau de pluralidade existente nesta discussão e rede social específica.

4. Metodologia, análise e resultados

4.1. Metodologia

A partir desse ponto, o objetivo desta pesquisa é testar empiricamente que vozes e temas estiveram presentes no debate desenvolvido no Twitter sobre o Marco Civil da Internet durante o período em que a iniciativa foi pauta institucionalizada da política brasileira, desde a primeira consulta pública sobre o tema, em outubro de 2009, até o momento em que a lei foi aprovada no Senado Federal, em abril de 2014. As hipóteses são a de que H1) a conversa no Twitter, no recorte estipulado para a pesquisa, pode ter apresentado uma pluralidade relativa de fontes e de que H2) as postagens estabelecidas no espaço especificado de observação podem ter trazido uma contribuição em termos de pluralidade midiática.

Com relação ao Twitter, o Ibope Nielsen Online contabilizou 14,2 milhões de usuários no Brasil em setembro de 2011. Em julho do mesmo ano, pesquisas apontaram a marca de 200 milhões de perfis registrados na rede em todo planeta. Criado em 2006, nos Estados Unidos, o Twitter tem a característica básica de dar ao usuário um espaço de 140 caracteres para publicar mensagens curtas, os *tweets*, que são lidos pelos que optam por “seguir” determinada pessoa ou instituição, ou seja, entrar para uma determinada lista de contatos. O internauta escolhe, então, os perfis que deseja seguir e recebe em tempo real as atualizações feitas por quem ele acompanha. Caso queira retransmitir uma mensagem de alguma pessoa que segue para os seus seguidores, o usuário pode repassá-la (*retweet*) com apenas um clique. Além disso, o fato de ter à mão somente 140 caracteres não significa que o dono da conta no Twitter não possa postar diversas vezes até concluir sua argumentação, ou mesmo postar um *link* para um texto maior ou um vídeo.

De acordo com Vargo *et al.* (2014, p. 296-297), o Twitter se diferencia no mundo das mídias sociais justamente por suas mensagens curtas e públicas, isto é, mantém sua base de dados aberta. Outra característica singular são os *Trending Topics* (TT's). Essa ferramenta mapeia os assuntos mais discutidos na rede e o usuário pode optar por conferir os tópicos mais populares, em nível mundial, nacional ou mesmo regional. Há também a possibilidade de acompanhar a

repercussão de determinado assunto por meio das *hashtags*, como será visto a seguir.

Dessa forma, foram material de análise os *tweets* publicados com a *hashtag* #marcocivil (a principal entre aquelas utilizadas) em três períodos distintos: 1) o da primeira fase de consulta pública; 2) o da segunda fase de consulta pública; e 3) o da chegada da minuta, desenvolvida nas consultas anteriores, ao Congresso Nacional. Serão considerados o primeiro dia de início de cada evento e o posterior, a fim de verificar a repercussão e a amplitude do assunto Marco Civil da Internet, especialmente no que diz respeito ao calor inicial da discussão, no universo estabelecido para análise. Sendo assim, o primeiro período – que envolve a primeira consulta pública – engloba os dias 29/10 e 30/10/2009; o segundo, os dias 08/04 e 09/04/2010; e, por fim, o terceiro período, da chegada do projeto ao Congresso Nacional, comportará os dias 24/08 e 25/08/2011. Realizada a análise dos três períodos, será feita uma compilação dos dados, a fim de obter um panorama mais geral sobre o debate.

A escolha pelo mapeamento de *hashtag*, nesta pesquisa, se justifica pela tentativa de encontrar diferentes mensagens de diferentes usuários que versassem sobre um assunto específico (MARQUES *et al.*, 2013), delimitando um espaço de conversação (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015). Além disso, o próprio blog oficial de discussão do Marco Civil da Internet²³, localizado na plataforma Cultura Digital, vinculada ao Ministério da Cultura, indicava no canto superior direito o ícone “#marcocivil no Twitter”.

Com isso, o primeiro passo metodológico foi desenvolver uma busca, pela ferramenta Advanced Search do Twitter, de todos os *tweets* publicados com a marca #marcocivil nos períodos determinados, isto é, dias 29/10/2009 e 30/10/2009; 08/04/2010 e 09/04/2010; e 24/08/2011 e 25/08/2011. Priorizando a codificação manual, os dados obtidos foram organizados em uma tabela com: 1) informações de identificação (nome do perfil), sendo que na exposição dos dados os perfis serão identificados como @usuario1, @usuario2 e assim por diante, de modo a preservar a identidade dos mesmos; 2) data e hora da publicação; 3) texto do *tweet*; 4) qualidade da voz em questão e sua relação com a área; 5) tema da publicação; e, por fim, 6) tipologia da mídia replicada quando assim ocorreu,

²³ <<http://culturadigital.br/marcocivil/>>

sendo as mídias classificadas como: mídia principal (*mainstream media*), mídia complementar e NDA (nenhuma mídia ou nenhuma delas). Essa tipologia - mídia principal e complementar - será explicada mais à frente.

Coletados e organizados os 636 *tweets*, o material foi analisado, por codificação manual, tendo em vista dois eixos principais. O primeiro deles englobou a verificação e o mapeamento da qualidade das fontes que estabeleceram o diálogo em torno do tema Marco Civil da Internet pela sua "posição social ou organizacional" (cidadão, político, jornalista, mídia etc.). Para tal, foram consideradas as fontes primárias, ou seja, quem publicou o *tweet* original. No intuito de obter o mapeamento da qualidade de cada voz, levou-se em consideração a descrição disponibilizada pelo próprio usuário em sua bio do Twitter e, quando não havia nenhuma informação deste tipo disponível, foi realizada uma busca em outras redes sociais que indicassem a atividade desempenhada pela fonte em questão. Foi levantada, ainda, a afinidade do usuário com o tema da discussão, isto é, a criação de um Marco Civil para a Internet, sendo estes classificados como vozes especializadas, caso de advogados, ativistas, professores, entre outros, que detinham conhecimento em temas relacionados, tais quais, legislação para a internet, mídia e tecnologia, cibercultura, sistemas de informação, softwares livres etc; vozes não especializadas, quando o campo de atuação e interesse do usuário não englobava temáticas afins; e, por fim, usuários indefinidos, quando nenhuma informação sobre o usuário foi localizada.

Por exemplo, um dos usuários informa no descritor de sua bio no Twitter que é professor de uma Universidade estadual. Em uma busca mais detalhada, percebe-se que, além de lecionar a matéria Direito da Tecnologia da Informação, ele é diretor de um Instituto de Tecnologia e Sociedade em um determinado estado. Sendo assim, foi considerado uma voz especializada. Outro usuário, também considerado especialista, diz ser, em sua bio, *cyberlawyer*, informação confirmada em seu site, disponibilizado em seu Twitter. Em alguns casos foi possível identificar a área de atuação (e/ou interesse) dos perfis, sem que esta fosse relacionada ao tema, como é o caso de um dos usuários que se descreve, na bio do Twitter, como cantor e compositor. Já em outras situações, os usuários não incluíam no descritor nenhuma informação que levasse a sua posição social, também não sendo possível determiná-la em uma busca em outros sites e redes sociais. Sendo assim, a pesquisa os considerou usuários indefinidos.

O outro eixo comportou a análise do texto de cada *tweet*, tendo em vista, primeiramente, o tema disposto em cada postagem e a qualidade do *link* (caso houvesse) que acompanhou a publicação, de acordo com a definição de mídia principal e complementar, apresentada por Ituassu e Lifschitz (2015) e desenvolvida a partir do conceito de mídia vertical - isto é, aquela cujo fluxo de comunicação com sentido mais de cima para baixo e foco em amplas audiências - e horizontal - ou seja, aquelas de nicho, para públicos específicos ou de conteúdo produzido por indivíduos ou organizações sociais menores-, cunhado por SHAW *et al.* (2006). De acordo com os primeiros autores mencionados, os termos mídia horizontal e vertical parecem, às vezes, não dar conta devida à complexidade do ambiente midiático, dado que, por exemplo, muitos blogs e suas respectivas incursões nas mídias sociais, se constituem como verdadeiros "media", estabelecendo uma relação pouco horizontal com o cidadão. Sendo assim, ambos, Ituassu e Lifschitz (2015), desenvolveram a terminologia "mídia principal", que seriam as *mainstream media*, e "mídia complementar", aquelas fora do grupo restrito dos grandes conglomerados midiáticos, que estabelecem outro tipo de relação com o usuário, conceitos adotados por esta pesquisa.

Por exemplo, quando as mídias dispostas nos *links* de referência eram aquelas que apresentavam um fluxo de informação *top down* como é o caso do portal Terra e Uol, ou das Revistas Época e Exame, as mesmas foram consideradas mídias principais. Já as mídias de nicho ou de conteúdo produzido por indivíduos ou organizações sociais, que se colocam em uma relação mais horizontal com o cidadão, como é o caso do site e do blog do Marco Civil da Internet; do blog do Josias da Folha de S.Paulo; do site da Câmara dos Deputados, foram classificadas como mídia complementares (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015).

Para determinar o tema, foram feitas as perguntas: sobre o que versou o *tweet* e de que assunto a postagem trata? A classificação de temas pode ser melhor compreendida, por exemplo, com a postagem de @usuario1²⁴, que tinha como texto “Agora o Ministro da Justiça Tarso Genro fala no lançamento do #marcocivil”. O post se referia ao Evento de lançamento do Marco Civil da Internet, realizado na FGV, na ocasião de sua Primeira Consulta Pública. Já o *tweet* "Argumentos toscos! NÃO AO AI5Digital!! #MarcoCivil da internet!! RT

²⁴ A identidade dos usuários foi preservada para manter a privacidade dos mesmos, sendo estes chamados de @usuario1; @usuario2; e assim por diante.

@usuario84: Azeredo fala sobre Ai5-Digital ... - <http://j.mp/oAv5Fr>", postado por @usuario71, abordou a Lei de Azeredo, com a indicação de uma entrevista concedida por Eduardo Azeredo ao Portal Terra. Outro exemplo é o post do @usuario36 "Participe do #marcocivil: acesse "Consulta" em <http://bit.ly/49CwL5>, escolha um tópico e clique em "Participar dessa discussão", ou seja, uma chamada para que os usuários participassem da discussão, com esclarecimentos sobre como fazê-lo.

Realizada a análise dos três períodos, os dados foram compilados para que fosse possível ter uma visão mais geral do debate e, posteriormente, foram estabelecidas tendências e comparações.

4.2. Análise e resultados

4.2.1. Primeira Consulta Pública

Na ocasião da Primeira Consulta Pública, que ocorreu de 29 de outubro a 17 de dezembro de 2009, foi selecionado como recorte, para a viabilidade da pesquisa, o dia de início e o posterior - 29 e 30/10/2009. Esse primeiro momento de consulta, de acordo com Bragatto *et al.* (2014), consistiu em uma discussão sobre os princípios normativos desejáveis e relevantes para a construção de um projeto de marco civil para a internet. Havia um documento inicial como base dividido nos seguintes eixos: a) direitos individuais e coletivos; b) responsabilidade dos atores, no que diz respeito à disponibilização de conteúdo e à neutralidade de rede; c) e diretrizes governamentais, isto é, referências para o desenvolvimento de políticas públicas que garantissem abertura, infraestrutura e capacitação (SAMPAIO *et al.*, 2013a, p. 5). A discussão e as propostas podiam ser dispostas no blog criado na plataforma Cultura Digital, vinculada ao Ministério da Cultura. Foi criado, também, um Twitter oficial, @marcocivil, que disponibilizava informações, mobilizava os usuários para participarem do debate e divulgava o uso da *hashtag* #marcocivil. A consulta, neste primeiro momento, teve um total de 686²⁵ mensagens na plataforma Cultura Digital.

Já no Twitter obtiveram-se 388 *tweets* no período analisado referente à Primeira Consulta Pública, ou seja, os dois primeiros dias, sendo 299 das postagens feitas por usuários especializados no tema; 48 por usuários não especializados; e 41 por usuários sem definição possível sobre o grau de especialização. Em termos percentuais, 77% dos *tweets* tiveram a autoria de vozes especializadas; 12% de não especializadas; e 11% de usuários indefinidos, conforme disposto no GRÁFICO 1:

²⁵ Sampaio *et al.* (2013) ressaltam que os organizadores dos dados contabilizaram 800 contribuições. No entanto, na pesquisa realizada pelos autores, foram localizados 686 comentários.

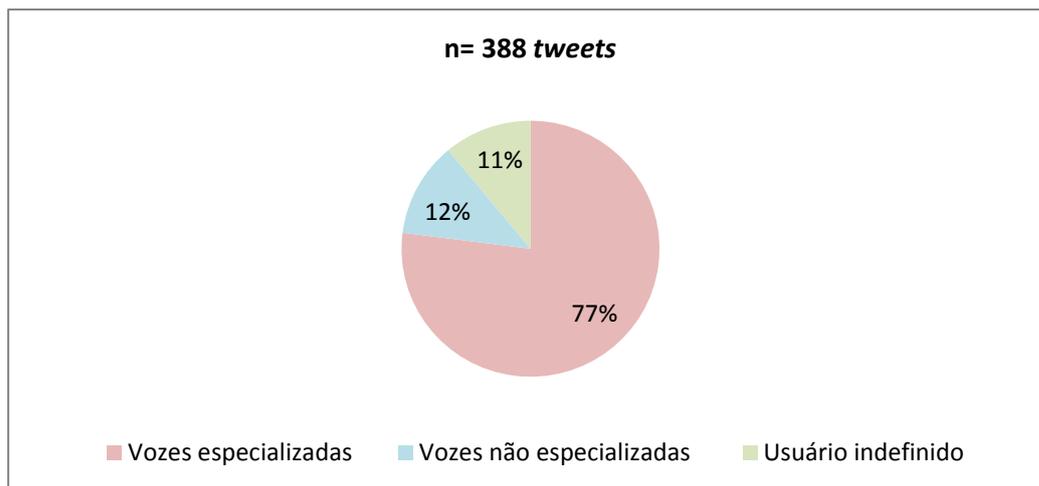


Gráfico 1: número de *Tweets* x especialização na área

Percebe-se, então, que o debate, ao menos no recorte estipulado, se constituiu, em sua maior parte, pelas postagens de usuários com algum grau de interesse ou conhecimento no tema e os *tweets* das vozes não especializadas no assunto, mesmo somados aos dos usuários indefinidos, corresponderam a pouco mais de 20% das postagens totais.

Ao mapear as 48 postagens de usuários não especializados no tema, ou seja, aqueles que não tinham algum grau de expertise no assunto, com o intuito de obter a qualidade de cada voz, foi possível perceber um predomínio de postagens de mídias complementares, jornalistas e professores. Foram exemplo de mídias complementares, nesse momento da Primeira Consulta Pública e nessa categoria de usuários não especializados, os blogs @politposition e @cacataucoletivo. Na TABELA 1 estão indicadas todas as posições sociais e organizacionais das vozes não especializadas representadas no debate, num universo de 48 *posts*:

Qualificação das vozes não especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Mídia complementar	9
Jornalista	5
Professor	5
Cantor	3
Empresa	3
Pesquisador	3
Organização social	2
Partido político	2
Político	2
Analista contábil	1
Analista de comunicação	1
Assessor de comunicação	1
Consultor	1
Diretor de criação	1
Escritor	1
Estudante	1
Físico	1
Fotógrafo	1
Advogado	1
Musico	1
Profissional de logística	1
Redator	1
Roteirista	1

Tabela 1: mapeamento da qualificação das vozes não especializadas

É possível perceber, pelos dados dispostos na TABELA 1, que houve uma predominância de determinadas qualidades de voz no debate. Ao considerar as dez primeiras posições de falantes, constata-se que, dentro do universo dos 48 *tweets* de não especialistas, 35 ou 70% das postagens foram realizadas pelos dez usuários que mais postaram, na categoria, nessa Primeira Consulta Pública. Ao aplicar um percentual para cada uma das dez principais vozes não especializadas dentro do universo total de *tweets* e dentro do universo de *tweets* da categoria, foram obtidos os seguintes dados, de acordo com a TABELA 2:

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes não especializadas (48)
Mídia complementar	9	2%	19%
Jornalista	5	1%	10%
Professor	5	1%	10%
Cantor	3	1%	6%
Empresa	3	1%	6%
Pesquisador	3	1%	6%
Organização social	2	1%	4%
Partido político	2	1%	4%
Político	2	1%	4%
Advogado	1	1%	2%

Tabela 2: representação percentual das principais vozes não especializadas

Sobre o mapeamento de vozes dos usuários especializados no tema, isto é, aqueles que possuíam expertise em áreas relacionadas ao Marco Civil da Internet, é possível perceber, nesse primeiro recorte temporal, uma predominância de postagens, respectivamente, do Twitter oficial do Marco Civil da Internet, de mídias complementares, de organizações sociais, de ciberativistas e de ativistas. São exemplos de mídias complementares, nesta categoria de usuários

especializados no tema, os blogs @arlesophia e @EduFuturo e de organização social, o @PSLBrasil e @softwarelivre. Já a mídia principal que realizou postagens foi o @EstadaoLink. Na TABELA 3 está mapeada a qualidade das vozes dos usuários especializados, num universo de 299 *posts*:

Qualificação das vozes especializadas	
Qualidade da voz	Número de tweets
Twitter oficial do MCI	51
Mídia complementar	42
Ciberativista	29
Organização social	26
Professor	23
Ativista	20
Analista de sistemas	18
Empreendedor	15
Jornalista	13
Mídia principal	10
Servidor	9
Advogado	7
Governo	6
Arquiteto	3
Gerente de Projetos	3
Movimento social	3
Antropólogo	2
Coordenador de Comunicação	2
Empresário	2
Engenheiro	2
Gerente de atendimento	2
Instituição de ensino	2
Analista de TI	1
Assessor Jurídico	1
Comunicólogo	1
Estudante ²⁶	1
Físico	1
Instrutor de Cultura digital	1
Museólogo	1
Pesquisador	1
Programador	1

Tabela 3: mapeamento da qualificação das vozes especializadas

²⁶ Houve um único caso de estudante considerado voz especializada no tema. O usuário em questão, aluno de ciências da computação, possuía um blog na área.

Nota-se, novamente, a predominância de determinadas qualidades de voz: dos 299 *tweets* postados por especialistas, 83% (ou 247) são de autoria das dez primeiras mapeadas. Entre os *tweets* totais, ou seja, os 388, as dez qualidades de vozes especialistas mais falantes foram responsáveis por mais da metade das postagens (64%), o que demonstra uma forte concentração de determinados tipos no debate. Na TABELA 4 consta a representatividade percentual das principais vozes especializadas no debate, dentro do universo de postagens da categoria e dentro do universo total de *tweets*, mapeados nesse primeiro momento de consulta pública.

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes especializadas (299)
Twitter oficial do MCI	51	13%	17%
Mídia complementar	42	11%	14%
Ciberativista	29	8%	10%
Organização social	26	7%	9%
Professor	23	6%	8%
Ativista	20	5%	7%
Analista de sistemas	18	5%	6%
Empreendedor	15	4%	5%
Jornalista	13	3%	4%
Mídia principal	10	3%	3%

Tabela 4: representação percentual das principais vozes especializadas

Percebe-se que, nesse primeiro recorte temporal, as mídias complementares tiveram uma forte presença tanto no grupo das vozes especializadas no tema,

quanto no das não especializadas, representando, respectivamente, 14% e 19% das postagens de cada categoria.

Ao deslizar da noção de qualidade de voz para a de usuário único, para testar ainda mais quão plural foi a conversa, percebe-se que 73 usuários únicos especializados postaram sobre o tema Marco Civil da Internet no Twitter, nos dois dias referentes ao momento da primeira consulta pública analisados. No entanto, houve, novamente, uma grande repetição de vozes: dez usuários, juntos, responderam por 46% das postagens totais (178 de 388 *tweets*), ou seja, quase metade da quantidade total de postagens e 60% das postagens na categoria (178 de 299 *tweets*). Na TABELA 5 estão dispostos os usuários únicos especializados com maior percentual de postagens durante a conversa nesse primeiro momento de consulta pública:

Posição social	Usuário	<i>Tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes especializadas (299)
Twitter oficial				
MCI	@usuario1	51	13%	17%
Mídia complementar	@usuario2	39	10%	13%
Ciberativista	@usuario3	20	5%	7%
Analista de sistemas	@usuario4	16	4%	5%
Organização social	@usuario5	12	3%	4%
Ativista	@usuario6	11	2%	4%
Mídia principal	@usuario7	10	2%	3%
Organização social	@usuario8	7	2%	2%
Empreendedor	@usuario9	6	2%	2%
Empreendedor	@usuario10	6	2%	2%

Tabela 5: usuários únicos especializados com maior percentual de postagens

Com base na tipologia de superparticipantes cunhada por Graham e Wright (2013), que categoriza os perfis com participação sólida em debates virtuais em *superposters*, isto é, aqueles que realizam postagens recorrentes em um determinado fórum ou canal de discussão; *agenda-setters*, ou seja, participantes que direcionam a conversa para determinados temas; e facilitadores, que seriam os moderadores ou gerenciadores do debate, a pesquisa se propôs a levantar, nesse primeiro momento, os usuários participantes do debate no Twitter sobre o Marco Civil da Internet que se encaixariam nesta primeira categoria, a de *superposters*²⁷. Sendo assim, para buscar os *outliers* (ou os *superposters*) aplicou-se a fórmula $Q^3 + 3(Q^3 - Q^1)$, que tem, como cálculo, a diferença entre o primeiro e terceiro quartil multiplicado por 3, ao valor do 3º quartil. Percebe-se, como mostra o GRÁFICO 2, que quatro usuários da categoria de vozes especializadas estão no grupo dos postadores extremos, ou seja, o dos *superposters*, no debate ocorrido no momento da Primeira Consulta Pública:

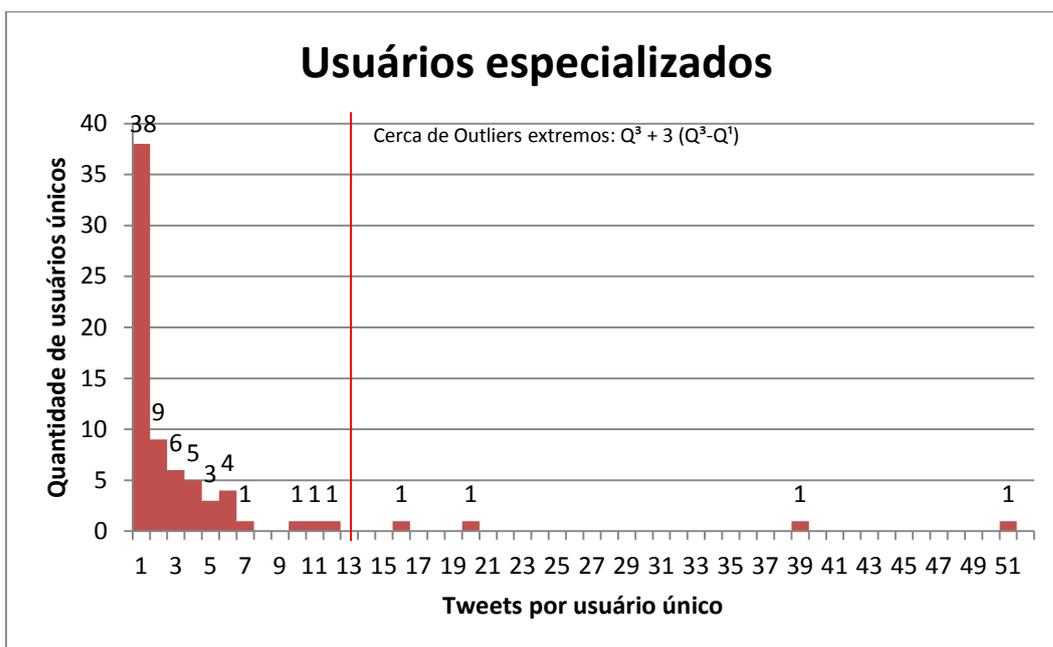


Gráfico 2: incidência de *superposters* nas vozes especializadas

²⁷ Como nesta dissertação priorizou-se testar a representação de vozes e temas na discussão sobre o Marco Civil da Internet no Twitter, a análise do debate propriamente dito, tendo em vista os princípios deliberativos, o que poderia incluir a identificação de *agenda-setters* e facilitadores, ficará para um segundo momento. Além disso, vale ressaltar que Graham e Wright (2013) aplicam a definição de superparticipantes a espaços com alto índice de postagens. Ainda assim, este estudo optou por utilizar o conceito para entender melhor a incidência dos usuários dominantes no espaço de discussão analisado.

São, portanto, *superposters*: @usuario1, Twitter oficial do MCI; @usuario2, mídia complementar; @usuario3, ciberativista; e @usuario4, analista de sistemas.

Já no caso das vozes não especializadas, o número de *tweets* por usuários únicos foi um pouco melhor distribuído: no total, participaram da discussão 36 usuários não especialistas, dentre os quais os dez perfis mais falantes foram responsáveis por 46% das postagens dentro do universo da categoria (ou 22 *tweets* em 48) e 6% das postagens totais (22 em 388 *tweets*). Na TABELA 6 estão dispostos os usuários únicos não especializados no tema com maior percentual de postagens durante a conversa ocorrida nesse primeiro momento de consulta pública:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na categoria de vozes não especializadas (48)
Professor	@usuario17	4	1%	8%
Mídia complementar	@usuario11	3	1%	6%
Mídia complementar	@usuario12	3	1%	6%
Pesquisador	@usuario13	3	1%	6%
Cantor	@usuario14	2	1%	4%
Empresa	@usuario15	2	1%	4%
Partido	@usuario16	2	1%	4%
Advogado	@usuario18	1	1%	2%
Analista de comunicação	@usuario19	1	1%	2%
Assessor de comunicação	@usuario20	1	1%	2%

Tabela 6: usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens

Percebe-se, ainda, que não há incidência de *superposters* nesta categoria, como mostra o GRÁFICO 3:



Gráfico 3: incidência de *superposters* nas vozes não especializadas

No caso de usuários indefinidos, expuseram argumentos sobre o tema 26 diferentes perfis, dentro do universo de 41 *tweets* postados por esta categoria. Os dez usuários únicos mais falantes foram responsáveis por 24 ou 59% das postagens dentro da categoria e 6% dentro do universo total de *tweets*. Na TABELA 7 estão dispostos os usuários únicos sem definição de posição social e organizacional possível com maior percentual de postagens durante o debate:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na categoria de usuários indefinidos (41)
Usuário indefinido	@usuario21	4	1%	10%
Usuário indefinido	@usuario22	3	1%	7%
Usuário indefinido	@usuario23	3	1%	7%
Usuário indefinido	@usuario24	3	1%	7%
Usuário indefinido	@usuario25	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuario26	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuario27	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuario28	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuario29	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuario30	1	0,20%	2%

Tabela 7: usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens

Somando os usuários únicos das três categorias - vozes especializadas, não especializadas e usuário indefinido - obteve-se um total de 135 diferentes perfis participantes do debate.

É importante ressaltar que o comportamento dos usuários em relação aos *retweets*, que totalizaram 160 nesse primeiro momento, isto é, 41% do total, obedeceu à mesma dinâmica: os usuários especializados no tema tanto efetuaram mais *retweets*, como também tiveram seus *tweets* mais *retweetados*. No caso das fontes primárias, ou seja, dos usuários que efetuaram o *retweet*, 74% delas eram vozes especializadas no tema, 18% vozes não especializadas e 9% vozes não

identificadas. Já no caso das fontes mencionadas, isto é, as que tiveram suas postagens *retweetadas*, 90% eram vozes especializadas no tema, 7% não especializadas e 3% não identificadas. O perfil que mais teve postagens compartilhadas por outros foi, nesse momento, o do Marco Civil da Internet.

Sobre as mídias e os temas referidos, de um total de 388 *tweets*, 125 tiveram mídias complementares incluídas; seis utilizaram mídias principais; 180 não fizeram referência a nenhuma mídia; e em 77 casos o link disponibilizado já não estava mais disponível na Web. Vale ressaltar que o alto índice de páginas não encontradas ocorreu uma vez que o *link* para acompanhamento online do evento de lançamento do Marco Civil da Internet, bastante compartilhado pelos usuários, já não estava mais disponível. Em termos percentuais, em 32% das postagens foram compartilhados *links* de mídias complementares; em 2%, de mídias principais; em 20% o *link* de referência já não estava mais disponível na Web; e em 46% dos *posts* totais não havia referência a nenhuma mídia, conforme disposto no GRÁFICO 4:

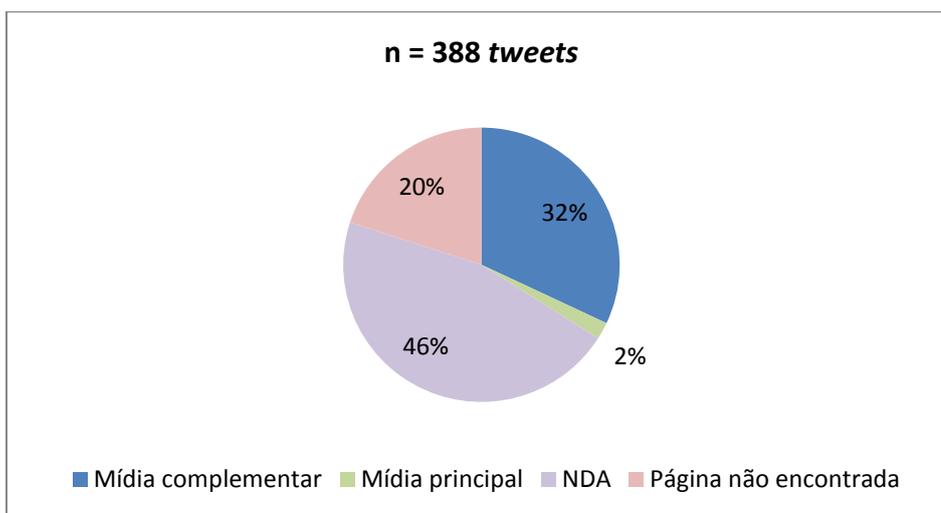


Gráfico 4: compartilhamento de mídias

Traçando um comparativo entre a mídia compartilhada e o conhecimento dos usuários no tema, obtiveram-se os resultados dispostos no GRÁFICO 5:

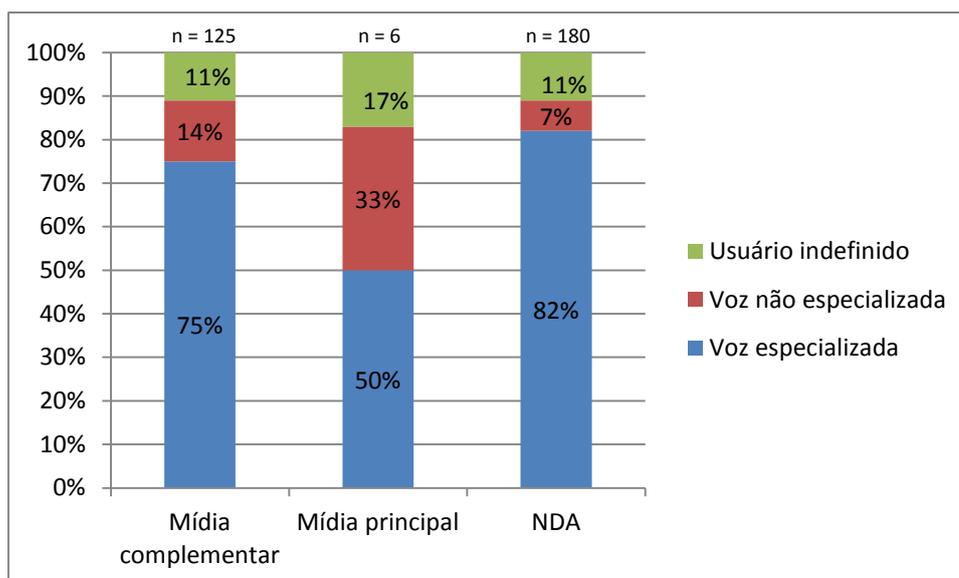


Gráfico 5: compartilhamento de mídia x grau de especialização

Houve, portanto, um grande compartilhamento de conteúdos criados por mídias complementares e um baixo número de *links* referentes às mídias principais, como visto no GRÁFICO 2, logo acima. Entre os fatores que podem ter contribuído para isso estão o grande número de compartilhamento do site do Marco Civil da Internet, local onde foi realizada a Consulta Pública e onde eram disponibilizadas as principais informações sobre o tema, e de sites de Organizações Sociais, como @PSLBrasil e @softwarelivre, em prol de uma internet livre. Além disso, pode ter contribuído para a escassez de *links* de mídias principais a possível falta de noticiamento sobre o Marco Civil da Internet pela grande mídia, ideia bastante difundida e comentada pelos usuários presentes no debate, nesse primeiro momento de análise. Outra hipótese que pode ser levantada sobre a questão é se, de fato, os perfis de mídias principais utilizaram a *hashtag* #marcocivil, parâmetro desta pesquisa, em suas postagens. Sobre a relação estabelecida entre os *links* compartilhados e a afinidade do usuário com a área, os usuários com conhecimento na temática fizeram uso com maior recorrência das referências midiáticas, o que talvez denote um maior grau de informação e localização dos espaços de discussão por estes perfis. No entanto, é curioso ainda notar que este perfil de usuário também foi responsável pela maior quantidade de *tweets* sem referência, que é o caso, em sua maioria, das postagens de cobertura da transmissão do evento de lançamento do Marco Civil da Internet, que será explicado com mais detalhes posteriormente, e de respostas às dúvidas de outros

perfis. Os usuários não especializados no tema e os indefinidos tiveram uma participação maior no compartilhamento de *links* de mídias principais do que nos *tweets* que continham referência às mídias complementares e que não tinham referência.

Sobre os principais temas compartilhados, no total foram identificados 112 diferentes durante o debate. Foram listados, abaixo, os dez com maior quantidade de postagens, que corresponderam a 54% (ou 209) das 388 postagens totais. Dentro do período estipulado, os usuários abordaram, principalmente, as temáticas expostas na TABELA 8:

Tema	Total	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% na soma dos 10 temas mais compartilhados (209)
Transmissão do evento de lançamento do MCI	54	14%	26%
Evento de lançamento do MCI	51	13%	24%
Chamada para participação no MCI	29	7%	14%
O criador da ideia de um MCI	13	3%	6%
Início da construção colaborativa do MCI	12	3%	6%
Explicações sobre o MCI	11	3%	5%
Grupo oficial de discussão do MCI	11	3%	5%
Followfriday	11	3%	5%
Divulgação do blog do MCI	9	2%	4%
Lei do Azeredo	8	2%	4%

Tabela 8: sobre o que versou o *tweet*?

No dia 29/10/2009, dia de abertura da Primeira Consulta Pública, ocorreu o lançamento do Marco Civil da Internet, evento realizado na Universidade FGV, do Rio de Janeiro, e bastante compartilhado entre os usuários, que tanto indicavam o *link* de transmissão do evento para acompanhamento em tempo real,

quanto faziam a cobertura dos acontecimentos no local. Além disso, houve uma forte corrente de mobilização de internautas, na tentativa de divulgar a abertura da Consulta Pública, o Twitter oficial do Marco Civil e o endereço eletrônico onde os grupos de discussão podiam opinar e participar da construção de um Marco Civil para a internet. Também foi pauta da discussão o Projeto de Lei apresentado pelo deputado Eduardo Azeredo (PSDB), bastante criticado na Web por internautas, que apontavam o projeto de um Marco Civil para a Internet como uma resposta a este “AI5 Digital”, nomenclatura dada pelos próprios usuários à proposta.

Relacionando os temas compartilhados à especialização dos usuários em relação ao assunto, percebe-se que os temas mais compartilhados pelas vozes especializadas na área tiveram relação com o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, que ocorreu na FGV, Rio de Janeiro. Houve, também, uma forte mobilização para a participação dos usuários em geral na discussão sobre a criação de um Marco Civil para a internet. Neste recorte, o tema “Lei do Azeredo” deu lugar à “Cobertura do Lançamento do Marco Civil da Internet”, como mostra a TABELA 9:

Tema x Especialistas	<i>Tweets</i> especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> de especialistas na quantidade total do tema
Evento de lançamento do MCI	48	51	94%
Transmissão do evento de lançamento do MCI	34	54	63%
Chamada para participação no MCI	24	29	82%
O criador da ideia de um MCI	11	13	85%
Grupo oficial de discussão do MCI	10	11	91%
Followfriday	10	11	91%
Início da construção colaborativa do MCI	9	12	75%
Explicações sobre o MCI	8	11	73%
Divulgação do blog do MCI	8	9	89%
Cobertura do lançamento do MCI	6	7	86%

Tabela 9: Temas x vozes especializadas

Entre as vozes não especialistas, dos dez temas mais compartilhados permaneceram presentes o evento de lançamento do Marco Civil da Internet e a mobilização para a participação dos usuários na construção do Marco Civil. Os temas “Cobertura do lançamento do Marco Civil da Internet” e “Divulgação do blog do Marco Civil da Internet” deram lugar à “Lei do Azeredo” e à “Divulgação do Twitter do Marco Civil da Internet”, conforme a TABELA 10:

Tema X não especialistas	<i>Tweets</i> não especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> de não especialistas na quantidade total
Transmissão do evento de lançamento do MCI	15	54	28%
Evento de lançamento do MCI	3	51	6%
Chamada para participação no MCI	3	29	10%
O criador da ideia de um MCI	2	13	15%
Início da construção colaborativa do MCI	2	12	17%
Lei do Azeredo	2	8	25%
Divulgação do Twitter do MCI	1	7	14%
Grupo oficial de discussão do MCI	1	11	9%
Followfriday	1	11	9%
Explicações sobre o MCI	1	11	9%

Tabela 10: Temas x vozes não especializadas

4.2.2. Segunda Consulta Pública

A Segunda Consulta Pública foi realizada entre os dias 08/04/2010 e 30/05/2010. Foram considerados, nesta análise, os dias 08/04 e 09/04/2010, isto é, a data de início do evento e a posterior, a fim de mapear a repercussão do assunto. Nesse momento o debate foi mais estruturado, a consulta foi organizada a partir de capítulos e artigos que seguiam um modelo de anteprojeto de lei (BRAGATTO *et al.*, 2014), e recebeu cerca de 1.168 contribuições no blog do Marco Civil da Internet, localizado na plataforma Cultura Digital.

Já a conversa no Twitter obteve, neste segundo momento de análise, 110 *tweets*. Houve, portanto, uma queda abrupta na quantidade de postagens, em comparação ao primeiro período de Consulta Pública, que obteve 388 *tweets*. Dos 110, 76 foram postagens de usuários que detinham conhecimento na área; 20 de usuários sem conhecimento na área; e 14 de usuários sem definição possível sobre o grau de especialização. Em termos percentuais, 69% dos *tweets* tiveram autoria de vozes especializadas; 18% de não especializadas; e 13% de usuários indefinidos, conforme disposto no GRÁFICO 6:

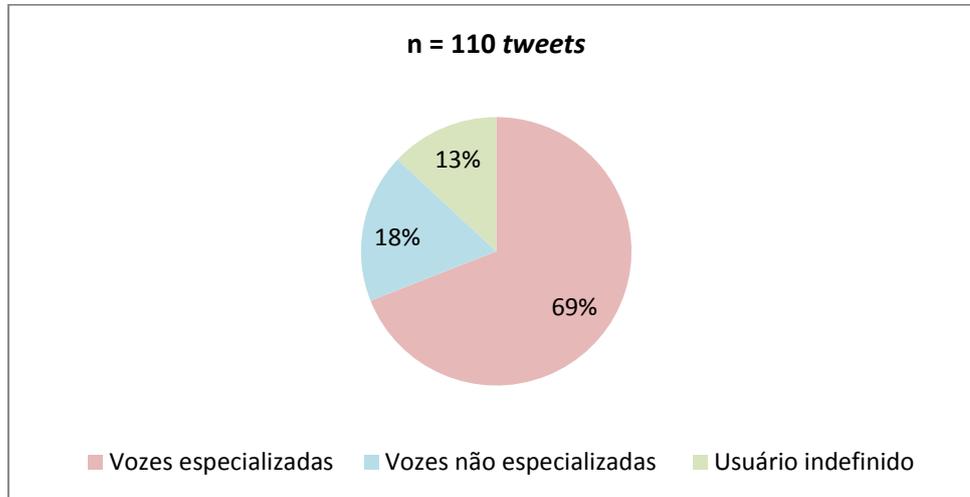


Gráfico 6: número de *Tweets* x especialização na área

Em comparação ao primeiro momento de consulta pública, houve uma queda percentual na participação de vozes especializadas no debate, uma vez que esta categoria, naquela ocasião, foi responsável por 77% das postagens, e um ligeiro crescimento percentual na participação tanto de usuários não especializados no tema, que na Primeira Consulta Pública foram responsáveis por 12% dos *tweets*

totais, quanto de usuários indefinidos, que à época representaram 11% das postagens.

Ao mapear as 20 postagens de usuários não especializados no tema, ou seja, aqueles que não tinham algum grau de expertise sobre o assunto, com o intuito de obter a qualidade de cada voz, foi possível perceber um predomínio de postagens de instituições de ensino, designers, empreendedores, entre outros. Mídias complementares, jornalistas e professores, que se destacaram no período de Primeira Consulta Pública, estiveram menos presentes nesse momento da Segunda Consulta Pública (a categoria professor sequer apareceu). A mídia complementar que realizou postagens nesse segundo período de análise foi o blog @heinpontoart. Já as vozes de movimento social e organização social foram, respectivamente, @orelhao e @MPBmusicalivre. Na TABELA 11 estão indicadas todas as posições sociais e organizacionais das vozes não especializadas representadas no debate no período da Segunda Consulta Pública, num universo de 20 *posts*:

Qualificação das vozes não especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Instituição de Ensino	2
Designer	2
Empreendedor	2
Empresa	2
Historiadora	2
Mídia complementar	2
Compositor	1
Editor	1
Filósofo	1
Governo	1
Grupo musical	1
Jornalista	1
Movimento social	1
Organização social	1

Tabela 11: mapeamento da qualificação das vozes não especializadas

Ao considerar as dez primeiras posições de falantes, a fim de perceber se a conversa ficou concentrada em determinadas posições sociais, constata-se que, dentro do universo dos 20 *tweets* de não especialistas, 16 ou 80% das postagens foram realizadas pelas dez vozes mais ativas. Ao aplicar um percentual para cada uma das dez principais vozes não especializadas dentro do universo total de *tweets*

e dentro do universo de *tweets* da categoria, obtiveram-se os seguintes dados, de acordo com a TABELA 12:

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (110)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes não especializadas (20)
Instituição de Ensino	2	2%	10%
Designer	2	2%	10%
Empreendedor	2	2%	10%
Empresa	2	2%	10%
Historiadora	2	2%	10%
Mídia complementar	2	2%	10%
Compositor	1	1%	5%
Editor	1	1%	5%
Filósofo	1	1%	5%
Governo	1	1%	5%

Tabela 12: representação percentual das principais vozes não especializadas

Nota-se, em comparação à discussão no Twitter ocorrida durante a Primeira Consulta Pública, que houve uma mudança na configuração da qualidade das vozes - e de sua representatividade - no universo de postagens das vozes não especializadas nesse segundo recorte temporal, o da Segunda Consulta Pública. A representatividade das mídias complementares, por exemplo, teve uma queda, enquanto jornalistas, segundo tipo de voz mais presente no primeiro período analisado, não aparecem nesta listagem das dez vozes mais presentes na discussão, disposta acima na TABELA 12. Já "instituição de ensino", voz predominante neste momento e nesta categoria, não apareceu, no universo das vozes não especializadas, no primeiro debate.

Em relação ao mapeamento das vozes dos usuários especializados no tema, isto é, aqueles que possuíam expertise em áreas relacionadas ao Marco Civil da Internet, foi possível perceber uma predominância de postagens, respectivamente, de ciberativistas, de advogados, de jornalistas, de ativistas, entre outros. O Twitter oficial do Marco Civil da Internet, que no período da Primeira Consulta Pública protagonizou as postagens no Twitter, realizou somente um *post* neste segundo momento. Foram exemplos de mídia complementar, aqui, os usuários @digital_cultura e @viasdefato. Já como movimento social e organização social, estiveram presentes, respectivamente, as vozes do @meganao e do @Instituto_SM. Na TABELA 13 está mapeada a qualidade das vozes dos usuários especializados, num universo de 76 *posts*:

Qualificação das vozes especializadas	
Qualidade da voz	Número de tweets
Ciberativista	16
Advogado	13
Jornalista	7
Ativista	6
Antropólogo	4
Pesquisador	4
Professor	4
Mídia complementar	3
Instituição de ensino	3
Analista de sistemas	2
Cientista da computação	2
Consultor de social media	2
Engenheiro	2
Gerente de sistemas e TI	2
Movimento social	2
Diretor de operações	1
Empreendedor	1
Organização Social	1
Twitter oficial MCI	1

Tabela 13: mapeamento da qualificação das vozes especializadas

Nessa categoria, nota-se, novamente, a predominância de determinadas qualidades de voz: dos 76 *tweets* postados por especialistas, 82% (ou 62) são de autoria das dez primeiras mapeadas. Entre os *tweets* totais, ou seja, os 110, as dez vozes especialistas mais falantes foram responsáveis por mais da metade das postagens (56%). Na TABELA 14 consta a representatividade percentual das principais vozes especializadas no debate, dentro do universo de postagens da categoria e dentro do universo total de *tweets*, postados no momento da Segunda Consulta Pública:

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (110)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes especializadas (76)
Ciberativista	16	15%	21%
Advogado	13	12%	17%
Jornalista	7	6%	9%
Ativista	6	5%	8%
Antropólogo	4	4%	5%
Pesquisador	4	4%	5%
Professor	4	4%	5%
Mídia complementar	3	3%	4%
Instituição de ensino	3	3%	4%
Analista de sistemas	2	2%	3%

Tabela 14: representação percentual das principais vozes especializadas

Novamente é possível perceber uma variação na participação de determinadas vozes, em comparação ao primeiro momento de consulta pública. As mídias principais, por exemplo, que estavam entre os dez mais postadores no debate anterior, não apareceram nesse período da Segunda Consulta Pública.

Organizações sociais, bastante presentes no primeiro momento, só realizaram, aqui, uma postagem, permanecendo fora do ranking disposto na TABELA 14. Vale ressaltar, também, que nas duas categorias, de usuários especializados e não especializados, as postagens de mídias complementares foram menos expressivas do que no primeiro momento de consulta pública.

Para testar com maior precisão o grau de pluralidade da discussão, optou-se por deslizar da noção de qualidade de voz para a de usuário único. Foi possível perceber, então, que 35 usuários únicos especializados dialogaram sobre o tema Marco Civil da Internet no Twitter, nesse segundo recorte temporal. No entanto, houve, novamente, uma grande repetição de vozes: dez usuários únicos, juntos, responderam por 44% das postagens totais (48 de 110 *tweets*) e 63% das postagens na categoria (48 de 76 *tweets*). Na TABELA 15 estão dispostos os usuários únicos especializados com maior percentual de postagens durante o debate:

Posição social	Usuário	<i>Tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (110)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes especializadas (76)
Ciberativista	@usuario31	14	13%	18%
Advogado	@usuario32	9	8%	12%
Ativista	@usuario6	5	5%	7%
Antropólogo	@usuario33	4	4%	5%
Pesquisador	@usuario34	4	4%	5%
Jornalista	@usuario35	3	3%	4%
Instituição de ensino	@usuario36	3	3%	4%
Advogado	@usuario37	2	2%	3%
Ciberativista	@usuario3	2	2%	3%
Cientista da computação	@usuario38	2	2%	3%

Tabela 15: usuários únicos especializados com maior percentual de postagens

Nota-se que dois usuários, @usuario6 e @usuario3, bastante presentes no primeiro período de análise, também realizaram postagens neste segundo momento de consulta pública, ficando, novamente, entre os dez usuários únicos que mais postaram.

Sobre a identificação de *superposters* nesta categoria, de vozes especializadas, obteve-se um total de dois usuários, o @usuario31, ciberativista, e o @usuario32, advogado, como mostra o GRÁFICO 7:



Gráfico 7: incidência de *superposters* nas vozes especializadas

Já no caso das vozes não especializadas, participaram da discussão 17 usuários únicos, dentre os quais os dez perfis mais falantes foram responsáveis por 65% das postagens dentro do universo da categoria (ou 13 *tweets* em 20) e 12% das postagens totais (13 em 110 *tweets*). Na TABELA 16 estão dispostos os usuários únicos não especializados no tema com maior percentual de postagens durante a conversa ocorrida no momento da Segunda Consulta Pública:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (110)	% dos tweets na categoria de vozes não especializadas (20)
Instituição de Ensino	@usuario39	2	2%	10%
Designer	@usuario40	2	2%	10%
Historiadora	@usuario41	2	2%	10%
Compositor	@usuario42	1	1%	5%
Editor	@usuario43	1	1%	5%
Empreendedor	@usuario44	1	1%	5%
Empreendedor	@usuario45	1	1%	5%
Empresa	@usuario15	1	1%	5%
Empresa	@usuario46	1	1%	5%
Filósofo	@usuario47	1	1%	5%

Tabela 16: usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens

Nessa categoria, de usuários não especializados, o @usuario15 esteve presente entre os dez principais usuários únicos que mais postaram no primeiro e neste segundo momento de análise. Já o @usuario46, embora não estivesse no ranking dos dez principais postadores no primeiro período, também realizou uma postagem na ocasião, repetindo a participação neste segundo momento. Houve, ainda, outro usuário único, o @usuario85, classificado como mídia complementar, participante do primeiro e do segundo momento de consulta pública, que não esteve neste recorte dos dez principais usuários em nenhum dos dois períodos.

Novamente não houve incidência de *superposters* na categoria de usuários não especializados, como já havia ocorrido no primeiro momento de consulta pública, conforme o GRÁFICO 8:

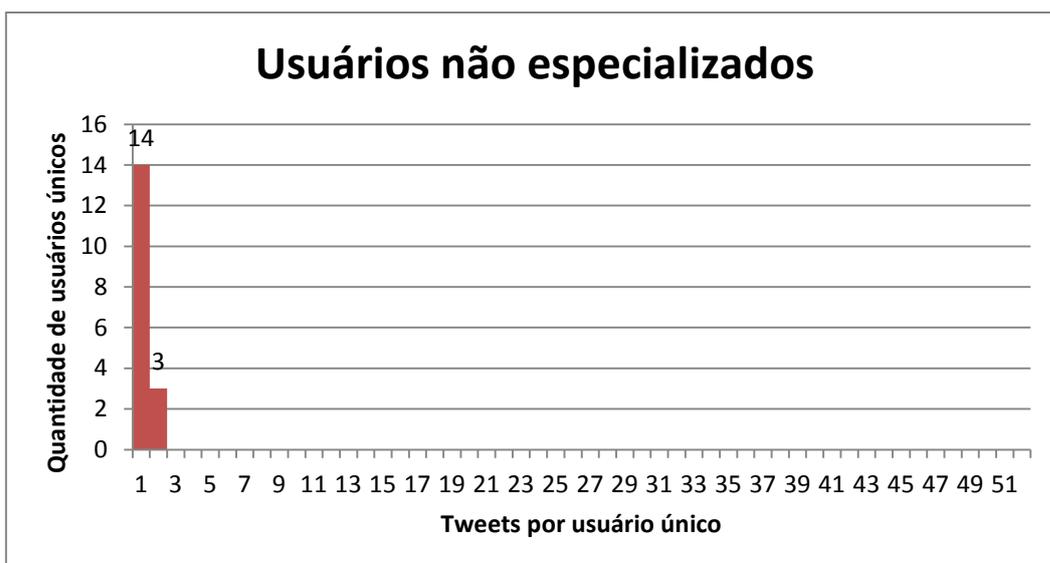


Gráfico 8: incidência de *superposters* nas vozes não especializadas

No caso de usuários indefinidos, dialogaram sobre o tema 10 diferentes perfis, dentro do universo de 14 *tweets* postados por esta categoria. Os dez usuários únicos mais falantes foram responsáveis por 13% (ou 14 em 110) dentro do universo total de *tweets*. Na TABELA 17 estão dispostos os usuários únicos sem definição de posição social e organizacional possível com maior percentual de postagens na categoria no período da Segunda Consulta Pública:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (110)	% dos tweets na categoria de usuários indefinidos (14)
Usuário indefinido	@usuario48	4	4%	20%
Usuário indefinido	@usuario49	2	2%	10%
Usuário indefinido	@usuario50	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario51	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario52	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario53	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario54	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario55	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario56	1	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario57	1	1%	5%

Tabela 17: usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens

Tanto o @usuario50 quanto o @usuario55 também realizaram postagens no momento da Primeira Consulta Pública, voltando a participar nesse segundo recorte temporal, o da Segunda Consulta Pública.

Somando os usuários únicos das três categorias - vozes especializadas, não especializadas e usuários indefinidos - obteve-se um total de 62 diferentes perfis participantes da conversa.

Sobre o comportamento dos usuários em relação aos *retweets*, que totalizaram 37 nesse segundo momento, isto é, 34% dos *tweets* totais, nota-se que as postagens obedeceram à mesma dinâmica: os usuários especializados no tema tanto efetuaram mais *retweets*, como também tiveram seus *tweets* mais

compartilhados. No entanto, percebe-se que, em comparação ao primeiro momento de Consulta Pública, as vozes não especializadas tiveram uma representação maior tanto como fonte que efetuou o *retweet* quanto como usuário que teve seu *tweet retweetado*, enquanto as especializadas tiveram uma considerável queda. No caso das fontes primárias, ou seja, das que efetuaram o *retweet*, 62% delas eram vozes especializadas no tema, 27% vozes não especializadas e 10% vozes não identificadas. Já no caso das fontes mencionadas, isto é, as que tiveram suas postagens *retweetadas*, 81% eram vozes especializadas no tema, 16% não especializadas e 3% não identificadas.

Em relação às mídias e aos temas referidos no debate, de um total de 110 *tweets*, 60 tiveram mídias complementares incluídas; 16 utilizaram mídias principais, o que significou um aumento de postagens com este tipo de mídia em comparação ao primeiro período de análise; 29 não fizeram referência a nenhuma mídia; e em cinco casos o *link* disponibilizado já não estava mais disponível na Web. Em termos percentuais, em 55% das postagens foram compartilhados *links* de mídias complementares; em 15%, de mídias principais; em 5% o link de referência já não estava mais disponível na Web; e em 26% dos *posts* totais não havia referência a nenhuma mídia, conforme disposto no GRÁFICO 9:

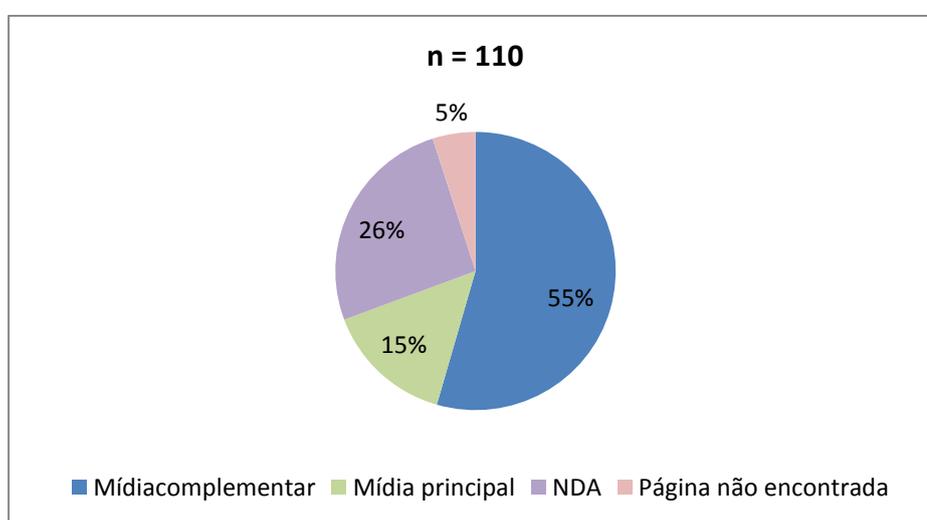


Gráfico 9: compartilhamento de mídias

Percebe-se, então, que a exposição de argumentos neste segundo momento de análise, isto é, o do segundo período de consulta pública, foi mais referenciada: 70% das postagens recorreram às referências midiáticas, ao passo que, no momento da primeira consulta pública, 34% das postagens continham referência a

algum tipo de *link*. Além da maior presença, em termos percentuais, de *links* de mídias complementares, houve uma diminuição de postagens sem nenhum tipo referência midiática. Percebe-se ainda que, embora haja um predomínio de postagens totais com *links* de mídias complementares, houve uma maior incidência, em número absoluto e percentual, de referências às mídias principais, uma vez que estas foram compartilhadas, nesse momento, em 17% das postagens e no primeiro em somente 2%. Outro fator a se considerar é a diminuição de *links* que resultaram em páginas indisponíveis.

Estabelecendo uma relação entre a mídia compartilhada e o conhecimento dos usuários no tema, obtiveram-se os resultados dispostos no GRÁFICO 10:

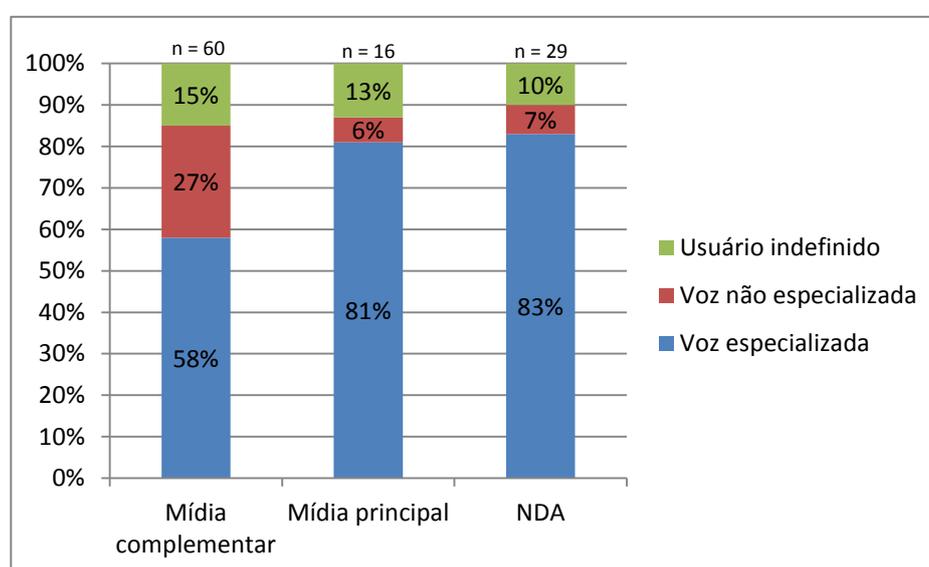


Gráfico 10: compartilhamento de mídia x grau de especialização

Nota-se, então, que houve um crescimento percentual na disponibilização de *links* de mídia complementar pelas vozes não especializadas e um decréscimo nas postagens deste mesmo tipo de voz referenciadas em mídias principais, em comparação aos resultados obtidos durante o primeiro período de análise. Já no caso das vozes especializadas no tema, houve uma queda percentual no compartilhamento de mídias complementares, visto que, no primeiro momento de análise, esse tipo de voz respondeu por 75% das postagens com estes *links*, e um aumento de sua participação no compartilhamento de mídias principais (na Primeira Consulta Pública esta categoria havia respondido por 50% das postagens com este tipo de mídia). Ainda assim, em termos absolutos e percentuais, os usuários que possuíam expertise na temática continuaram a fazer uso com mais

consistência de referências midiáticas, complementares ou principais, e de postagens sem referência a nenhuma mídia.

No segundo período de consulta pública foram observados 37 diferentes temas durante o debate. Entre os mais compartilhados estavam o início da Segunda Fase de Consulta Pública para a construção de um marco civil para a internet; a minuta dos pontos discutidos e do texto construído na primeira consulta; uma mobilização para que os usuários participassem da discussão sobre a construção de um marco civil para a internet; e uma discussão mais específica sobre os aspectos incluídos na minuta, como por exemplo a retirada de conteúdos do ar com ordem judicial. Os dez temas com maior quantidade de postagens corresponderam a 69% (ou 76) das 110 postagens totais. Na TABELA 18 estão os dez principais temas compartilhados durante o período estipulado:

Tema	Total	% dos tweets totais (110)	% na soma dos dez temas mais compartilhados (76)
Início da segunda fase de Consulta Pública	22	20%	29%
Minuta do MCI	14	13%	18%
Chamada para participação no MCI	11	10%	14%
Retirada de conteúdos do ar	8	7%	11%
Explicações sobre o MCI	5	5%	7%
MCI como uma lei versão beta	4	4%	5%
Apresentação do MCI	3	3%	4%
Fase 2 do MCI	3	3%	4%
Importância de colaborar na segunda consulta pública	3	3%	4%
Problemas técnicos no acesso ao MCI	3	3%	4%

Tabela 18: sobre o que versou o *tweet*?

Percebe-se, ainda, que os temas "Chamada para participação no MCI" e "Explicações sobre o MCI", presentes no primeiro momento de análise, também apareceram neste segundo período de consulta pública.

Relacionando os temas compartilhados à especialização dos usuários em relação ao assunto, nota-se que as temáticas se mantiveram similares: o início da Segunda Consulta Pública; a minuta obtida após o primeiro período de consulta pública; uma chamada para a participação na discussão em torno do Marco Civil da Internet, entre outros, como mostra a TABELA 19:

Tema	<i>Tweets</i> especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> especialistas na quantidade total
Início da segunda fase de Consulta Pública	13	22	59%
Minuta do MCI	10	14	71%
Chamada para participação no MCI	8	11	73%
MCI como uma lei versão beta	4	4	100%
Retirada de conteúdos do ar	3	8	38%
Explicações sobre o MCI	3	5	60%
Apresentação do MCI	3	3	100%
Fase 2 do MCI	2	3	67%
Importância de colaborar na segunda consulta pública	2	3	67%
Problemas técnicos no acesso ao MCI	2	3	67%

Tabela 19: temas x vozes especializadas

Nas postagens realizadas pelas vozes não especializadas estavam os principais temas acima mencionados. No entanto, a temática “MCI como uma lei versão beta” e “Apresentação do Marco Civil da Internet” deram lugar à “Quantidade de contribuições recebidas no fórum na Primeira Consulta Pública” e “Início da

segunda consulta pública e prazo de 45 dias para participar”, isto é, houve a inclusão da informação sobre o prazo, como mostra a TABELA 20:

Tema	<i>Tweets</i> não especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> não especialistas na quantidade total
Início da segunda fase de Consulta Pública	6	22	27%
Retirada de conteúdos do ar	5	8	63%
Minuta do MCI	3	14	21%
Chamada para participação no MCI	2	11	18%
Quantidade de contribuições recebidas no fórum na Primeira Consulta Pública	2	3	67%
Explicações sobre o MCI	1	5	20%
Importância de colaborar na segunda consulta pública	1	3	33%
Problemas técnicos no acesso ao MCI	1	3	33%
Início da segunda Consulta Pública do MCI e prazo de 45 dias para participar	1	2	50%

Tabela 20: temas x vozes não especializadas

É interessante notar que uma das polêmicas em torno do assunto, ou seja, a retirada de conteúdos do ar pelos provedores com ou sem ordem judicial, pauta que constava na minuta, foi abordada mais vezes pelas vozes não especializadas (5 *posts* em 8) do que pelas vozes especializadas (3 *posts* em 8).

4.2.3. Chegada da minuta do Marco Civil da Internet ao Congresso Nacional

O terceiro e último período analisado foi o da chegada do texto do Marco Civil da Internet, obtido após as duas consultas públicas, ao Congresso Nacional, no dia 24/08/2011. Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei, que teve o Deputado Federal Alessandro Molon (PT-RJ) como relator, permaneceu por três anos até sua aprovação, em 2014. O projeto foi colocado em pauta para votação em inúmeras ocasiões no ano de 2012, mas sofreu longas batalhas entre as diferentes bancadas que compunham a Casa, aliadas ou opositoras ao Governo, o que impediu a deliberação de ir adiante. Somou-se a isso a forte pressão contra a proposta de um Marco Civil para a Internet pelas empresas de comunicação e provedoras de serviço, descontentes, em especial, com a questão da neutralidade de rede. O cenário se reconfigura em 2013, com as denúncias de que o governo americano estaria espionando diversos países, incluindo o Brasil. O governo brasileiro decide, a partir daí, pedir urgência na votação do Projeto de Lei do Marco Civil da Internet, tornando a pauta da Câmara passível de trancamento, caso o projeto em questão não fosse votado em 45 dias. Inicia-se uma nova saga e o Marco Civil passa a ser colocado e retirado de pauta, tendo em vista a falta de consenso em torno do texto e de determinados pontos que o constituíam. Após forte pressão de grupos da sociedade civil para a aprovação do projeto e um longo processo de barganha política, o Marco Civil da Internet foi aprovado, quase unanimemente, em 25 de março de 2014. No Senado Federal, a trajetória do projeto foi mais curta, sendo este aprovado no dia 22 de abril de 2014.

No dia 24/08 e 25/08/2011, momento da chegada da minuta ao Congresso Nacional, foram postados 138 *tweets*, dos quais 79 por usuários que tinham alguma expertise no tema; 41 por usuários não relacionados à área; e 18 por usuários que não tiveram seus campos de interesses identificados. Em termos percentuais, 57% dos *tweets* tiveram autoria de vozes especializadas; 30% de vozes não especializadas; e 13% de usuários indefinidos, conforme disposto no GRÁFICO 11:

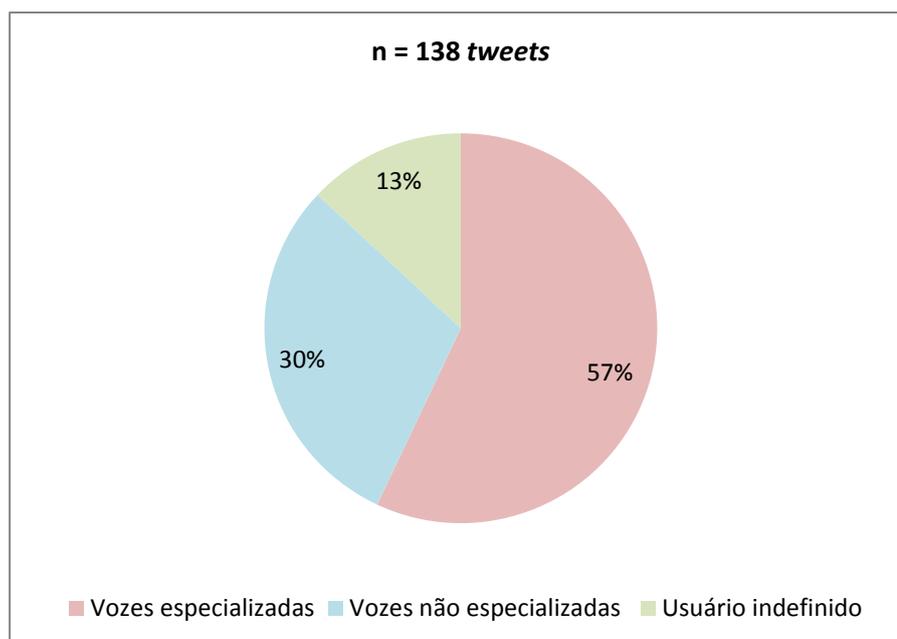


Gráfico 11: número de tweets x especialização na área

É interessante notar que dos três períodos analisados este foi o que teve um maior equilíbrio em relação à classificação das vozes. Ainda que as especializadas tenham dominado o espaço do debate, com mais da metade das postagens, a participação das vozes não especializadas e das não identificadas cresceu, dos dois períodos para este, em termos percentuais. Uma hipótese levantada que poderia explicar esse fator é a possibilidade do tema Marco Civil da Internet ter se tornado mais conhecido pelo grande público, após a realização das duas consultas públicas.

Ao qualificar as vozes não especializadas presentes na conversa neste recorte temporal, o da chegada da minuta ao Congresso Nacional, foi possível perceber que as funções sociais e organizacionais predominantes foram mídias complementares; advogados; professores; especialista em relações internacionais (RI); entre outros. São exemplos de mídias complementares os blogs @falajoinville e @itajainarede e de movimento social o @militanciadoPT. Na TABELA 21 estão listados os tipos de vozes não especializadas participantes da discussão no período:

Qualificação das vozes não especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Mídia complementar	6
Advogado	4
Professor	4
Especialista em RI	3
Movimento social	3
Político	3
Diretor	2
Militante	2
Servidor	2
Arquiteto	1
Assessor de marketing	1
Cantor	1
Comunicólogo	1
Consultor	1
Defensor público	1
Designer	1
Diretor de criação	1
Empresa	1
Estudante	1
Historiador	1
Produtor executivo	1

Tabela 21: mapeamento da qualificação das vozes não especializadas

Ao considerar as dez primeiras posições de falantes, a fim de perceber se a exposição de argumentos ficou concentrada em determinadas posições sociais, constata-se que dentro do universo dos 41 *tweets* de não especialistas, 30 ou 73% das postagens foram realizadas pelos dez tipos de vozes que mais realizaram

posts. Ao aplicar um percentual para cada uma das dez principais vozes não especializadas dentro do universo total de *tweets* e dentro do universo de *tweets* da categoria, obtiveram-se os seguintes dados, de acordo com a TABELA 22:

Qualidade da voz	Número de tweets	% dos tweets totais (138)	% dos tweets na categoria de vozes não especializadas (41)
Mídia complementar	6	4%	15%
Advogado	4	2%	10%
Professor	4	2%	10%
Especialista em RI	3	2%	7%
Movimento social	3	2%	7%
Político	3	2%	7%
Diretor	2	1%	5%
Militante	2	1%	5%
Servidor	2	1%	5%
Arquiteto	1	1%	2%

Tabela 22: representação percentual das principais vozes não especializadas

Percebe-se, em comparação aos outros dois períodos de análise, que as mídias complementares voltaram a dominar o espaço na categoria de vozes não especializadas. Já as organizações sociais e os jornalistas, importantes nos dois primeiros momentos, não estiveram presentes neste terceiro recorte temporal, o da chegada da minuta ao Congresso Nacional.

Sobre a qualidade das vozes dos usuários especializados no assunto, houve, no momento da chegada da minuta ao Congresso Nacional, um predomínio de ciberativistas; advogados; professores; mídias complementares; e movimentos sociais. São exemplos de mídias complementares os blogs @trezentos e @edufuturo e de movimentos sociais o @megasim e o @meganao. O Twitter oficial do Marco Civil da Internet, voz predominante no primeiro período de análise, não apareceu neste momento. Na TABELA 23, abaixo, estão relacionadas todas as posições sociais e organizacionais dos usuários participantes da conversação no Twitter, que detinham expertise no tema:

Qualificação das vozes especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Ciberativista	20
Advogado	10
Professor	10
Mídia complementar	6
Movimento social	6
Ativista	4
Empreendedor	3
Governo	3
Pesquisador	3
Produtor cultural	3
Analista de métricas	2
Engenheiro	2
Estrategista digital	2
Instituição de ensino	2
Analista de sistemas	1
Assessor político	1
Historiador	1

Tabela 23: mapeamento da qualificação das vozes especializadas

É possível notar, novamente, a predominância de determinadas qualidades de vozes nesta categoria: dos 79 *tweets* postados por especialistas, 86% (ou 68) são de autoria das dez primeiras mapeadas. Entre os *tweets* totais, ou seja, 138, as dez vozes especialistas mais falantes foram responsáveis por quase metade das postagens (49%). Na TABELA 24 consta a representatividade percentual das principais vozes especializadas na exposição de argumentos, dentro do universo de postagens da categoria e dentro do universo total de *tweets*:

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (138)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes especializadas (79)
Ciberativista	20	14%	25%
Advogado	10	7%	13%
Professor	10	7%	13%
Mídia complementar	6	4%	8%
Movimento social	6	4%	8%
Ativista	4	3%	5%
Empreendedor	3	2%	4%
Governo	3	2%	4%
Pesquisador	3	2%	4%
Produtor cultural	3	2%	4%

Tabela 24: representação percentual das principais vozes especializadas

Vale ressaltar que as mídias complementares, nas duas categorias - usuários especializados e não especializados - estiveram mais presentes nesse terceiro momento de análise, o da chegada do projeto ao Congresso Nacional, do que no período da Segunda Consulta Pública. Ainda assim, a representatividade deste tipo de voz - de mídia complementar - foi maior na ocasião da Primeira Consulta Pública. Já as mídias principais, neste terceiro recorte temporal, novamente não apareceram como fonte primária, ou seja, postador original do *tweet*, talvez por não utilizarem a *hashtag* #marcocivil em suas postagens, hipótese já levantada acima.

Ao deslizar da noção de qualidade de voz para a de usuário único, para testar ainda mais quão plural foi a discussão, percebe-se que 39 usuários únicos especializados expuseram seus argumentos sobre o tema Marco Civil da Internet no Twitter. Houve, novamente, uma grande repetição de vozes: dez usuários, juntos, responderam por 30% das postagens totais (41 de 138 *tweets*) e 52% das postagens na categoria (41 de 79 *tweets*). Na TABELA 25 estão dispostos os

usuários únicos especializados com maior percentual de postagens durante a conversa ocorrida na chegada da minuta ao Congresso Nacional:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (138)	% dos tweets na categoria usuários especializados (79)
Ciberativista	@usuario3	11	8%	14%
Ciberativista	@usuario58	5	4%	6%
Advogado	@usuario59	4	3%	5%
Ciberativista	@usuario31	4	3%	5%
Advogado	@usuario60	3	2%	4%
Ativista	@usuario61	3	2%	4%
Governo	@usuario62	3	2%	4%
Produtor cultural	@usuario63	3	2%	4%
Professor	@usuario64	3	2%	4%
Empreendedor	@usuario65	2	1%	3%

Tabela 25: usuários únicos especializados com maior percentual de postagens

Vale ressaltar que o @usuario3 esteve entre os dez usuários únicos que mais postaram nos três momentos de análise. Já o @usuario31 já havia aparecido entre os dez mais assíduos no segundo período de consulta pública.

Em relação à incidência de *superposters* nesta categoria – de usuários especializados no tema, obteve-se somente um, o @usuario3, ciberativista. Isso significa que houve uma queda na presença de superparticipantes do primeiro período de análise para o último, o que talvez demonstre uma maior pulverização de usuários participantes do debate na categoria. O GRÁFICO 12 apresenta a incidência de *superposters* no terceiro período de análise, isto é, da chegada da minuta ao Congresso Nacional:

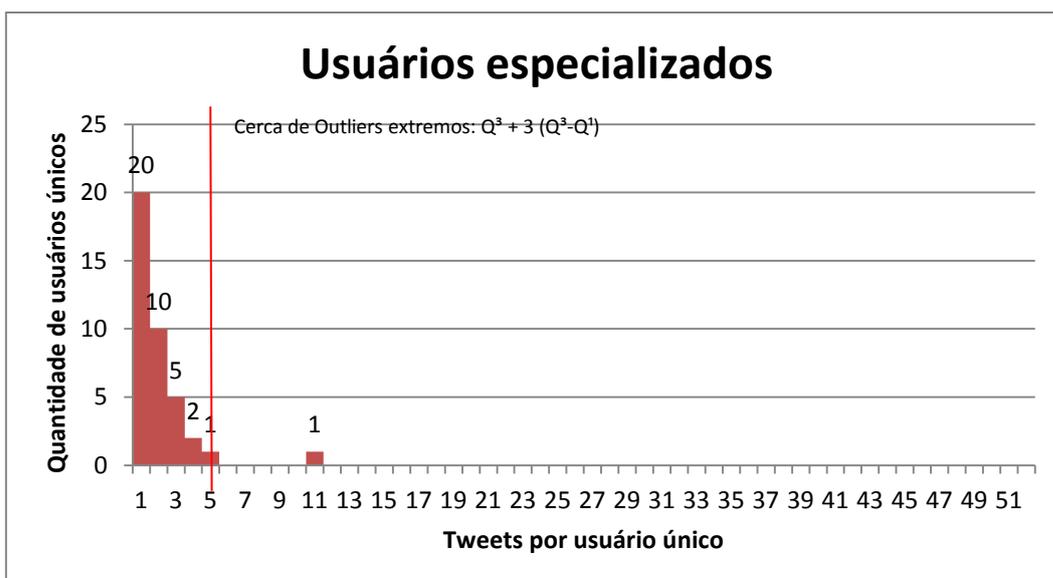


Gráfico 12: incidência de superposters nas vozes especializadas

Sobre os usuários únicos não especializados no tema, manifestaram-se sobre o assunto 32 diferentes perfis. Os dez usuários mais ativos, juntos, responderam por 14% das postagens totais (19 de 138 *tweets*) e 46% das postagens na categoria (19 de 41 *tweets*). Na TABELA 26 estão dispostos os usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens durante a exposição de argumentos ocorrida no momento da chegada da minuta ao Congresso Nacional:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (138)	% dos tweets na categoria de usuários não especializados (41)
Especialista em RI	@usuario66	3	2%	7%
Professor	@usuario67	3	2%	7%
Advogado	@usuario68	2	1%	5%
Diretor	@usuario69	2	1%	5%
Mídia complementar	@usuario70	2	1%	5%
Militante	@usuario71	2	1%	5%
Movimento social	@usuario72	2	1%	5%
Advogado	@usuario73	1	1%	2%
Advogado	@usuario74	1	1%	2%
Arquiteto	@usuario75	1	1%	2%

Tabela 26: usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens

Em relação aos *superposters*, novamente não houve nenhum na categoria de usuários não especializados no tema, como mostra o GRÁFICO 13:

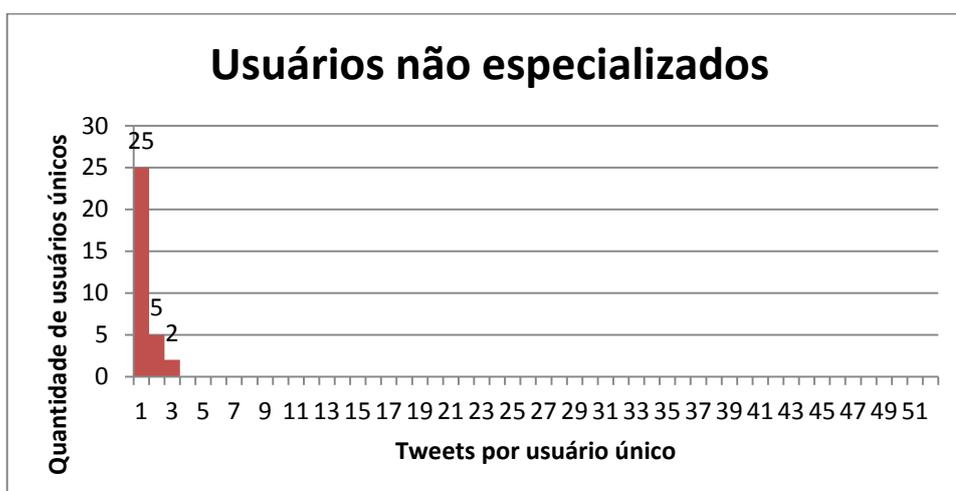


Gráfico 13: incidência de superposters nas vozes não especializadas

No caso de usuários sem definição possível, apresentaram argumentos sobre o assunto Marco Civil da Internet oito diferentes perfis, dentro do universo de 18 *tweets* postados por esta categoria. Os oito usuários únicos mais falantes foram responsáveis por 13% (ou 18 em 138) das postagens dentro do universo total de *tweets*. Na TABELA 27 estão dispostos os usuários únicos sem definição de posição social e organizacional possível com maior percentual de postagens neste terceiro período de análise:

Posição social	Usuário	<i>Tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (138)	% dos <i>tweets</i> na categoria de usuários indefinidos (18)
Usuário indefinido	@usuario76	8	6%	44%
Usuário indefinido	@usuario77	2	1%	11%
Usuário indefinido	@usuario78	2	1%	11%
Usuário indefinido	@usuario79	2	1%	11%
Usuário indefinido	@usuario80	1	1%	6%
Usuário indefinido	@usuario81	1	1%	6%
Usuário indefinido	@usuario82	1	1%	6%
Usuário indefinido	@usuario83	1	1%	6%

Tabela 27: usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens

Somando os usuários únicos das três categorias - vozes especializadas, não especializadas e usuários indefinidos - obteve-se um total de 79 diferentes perfis participantes do debate.

Em relação aos *retweets*, que totalizaram 32 nesse terceiro momento de análise, representando 23% do total de postagens, observa-se uma acentuada queda nesta ação, em comparação aos outros períodos. Sobre o comportamento dos usuários,

porém, nota-se que as postagens obedeceram à mesma dinâmica: os usuários especializados no tema tanto *retweetaram* mais, como também tiveram seus *tweets* mais *retweetados*. Ainda é possível perceber que, em comparação ao primeiro e segundo momentos de Consulta Pública, as vozes não especializadas tiveram uma representação maior entre os usuários que efetuaram o *retweet*, enquanto as especializadas tiveram uma considerável queda nesta ação. Já como usuário cuja postagem foi *retweetada*, os especializados no tema tiveram um ligeiro aumento e os não especializados um decréscimo, em comparação aos outros períodos. No caso das fontes primárias, ou seja, dos usuários que efetuaram o *retweet*, 53% delas eram vozes especializadas no tema, 31% vozes não especializadas e 16% vozes não identificadas. Já no caso das fontes mencionadas, isto é, as que tiveram suas postagens *retweetadas*, 86% eram vozes especializadas no tema, 6% não especializadas e 6% não identificadas.

Este terceiro período de análise - o da chegada do projeto ao Congresso Nacional - foi o momento de maior equilíbrio entre mensagens referenciadas e não referenciadas e entre postagens com *links* de mídias principais e complementares. De um total de 138 *tweets*, 47 continham em seu texto referência a mídias complementares, 22 a mídias principais, 58 não utilizaram referências e 11 links já não estavam mais disponíveis na Web. Embora o predomínio tenha sido novamente no uso de mídias complementares, percebe-se um aumento na quantidade de *links* de mídias principais e uma diminuição de postagens com o primeiro tipo de mídia citado, talvez em decorrência de um maior conhecimento do público, em geral, sobre o tema, conforme disposto no GRÁFICO 14:

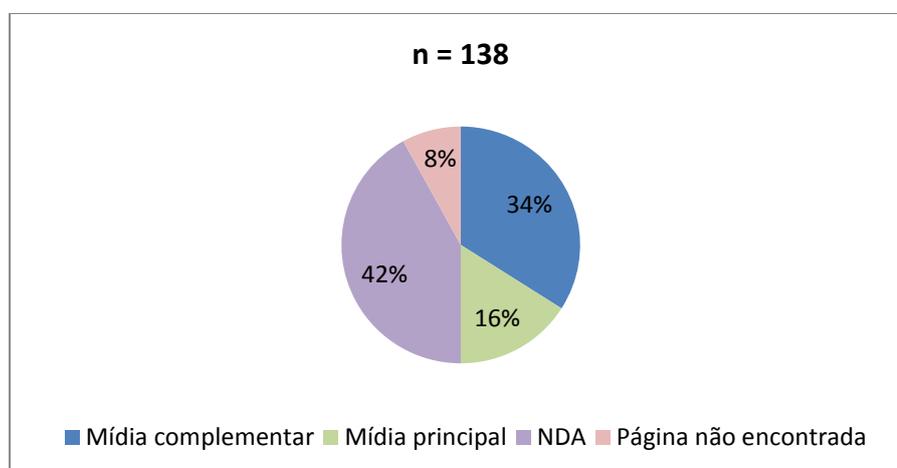


Gráfico 14: compartilhamento de mídias

Novamente, como no período da primeira consulta pública, houve um alto número de *tweets* que não recorriam a *links* de referência.

Ao relacionar o compartilhamento de mídias à afinidade dos usuários com a área, é possível notar um aumento de compartilhamentos de *links*, no geral, por parte dos usuários não especializados no tema, em comparação aos outros dois períodos. Já as postagens realizadas pelos usuários especializados se referenciaram mais em mídias complementares do que principais, ocorrendo o oposto com os *posts* de usuários não especializados. Os usuários não identificados fizeram pouco uso de *links*, tanto de mídias complementares quanto principais, em suas postagens. No caso dos *tweets* sem referência, houve um maior uso deste tipo de postagem pelos usuários não especializados e indefinidos, em comparação aos outros dois momentos de análise, e uma diminuição, no caso dos usuários especializados, conforme disposto no GRÁFICO 15:

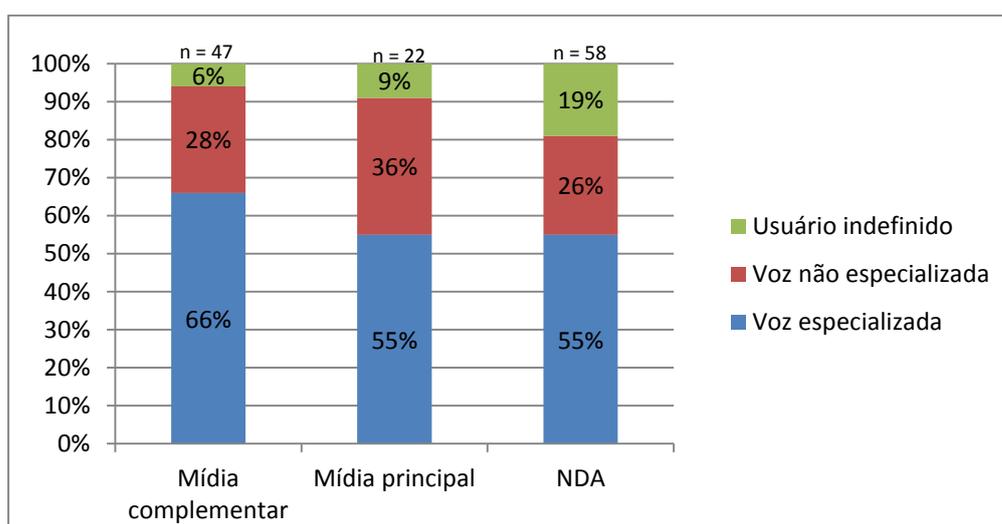


Gráfico 15: compartilhamento de mídia x afinidade com a área

No momento da chegada do projeto ao Congresso Nacional foi possível identificar a presença de 61 diferentes temas nas postagens no Twitter. Os principais compartilhados englobaram a aprovação do texto, criado após as consultas públicas, pela presidente Dilma e o envio do mesmo ao Congresso Nacional. Foi pauta de discussão, ainda, um debate sobre Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas, realizado no Auditório Ibirapuera, em São Paulo, no dia 24/08/2011, e transmitido via Web, que discutiu os temas Marco Civil da Internet e Lei do Azeredo. Esta lei, chamada pelos internautas de “AI5 Digital”, também foi pauta das postagens no Twitter durante o período: os usuários mencionaram a

expectativa de que o Marco Civil da Internet enfraqueceria o Projeto de Lei, proposto pelo Deputado Eduardo Azeredo. Na TABELA 28 estão relacionados os principais temas compartilhados durante este terceiro período de análise:

Tema	Total	% dos tweets totais (138)	% na soma dos dez temas mais compartilhados (76)
Debate Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas	13	9%	17%
Envio do MCI pelo Governo ao Congresso Nacional	10	7%	13%
Aprovação do texto do MCI por Dilma e envio ao Congresso Nacional	8	6%	11%
Lei do Azeredo	8	6%	11%
Número do PL do MCI	8	6%	11%
MCI e enfraquecimento da Lei de Azeredo	7	5%	9%
MCI na Câmara dos Deputados	7	5%	9%
Encaminhamento do MCI ao parlamento	7	5%	9%
Aprovação do texto do MCI por Dilma	4	3%	5%
Minuta e projeto do MCI	4	3%	5%

Tabela 28: sobre o que versou o *tweet*?

Ao relacionar os temas compartilhados ao grau de especialização dos usuários, percebe-se, no caso das vozes especializadas, uma repetição dos principais temas já mencionados, com exceção do assunto "Envio do Marco Civil da Internet pelo Governo ao Congresso Nacional", que deu lugar à "Marco Civil da Internet e a falta de noticiamento nas mídias tradicionais", como mostra a TABELA 29:

Tema	<i>Tweets</i> especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> especialistas na quantidade total
Debate Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas	9	13	69%
Número do PL do MCI	6	8	75%
MCI e enfraquecimento da Lei de Azeredo	6	7	86%
Aprovação do texto do MCI por Dilma e envio ao Congresso Nacional	4	8	50%
Lei do Azeredo	4	8	50%
MCI na Câmara dos Deputados	4	7	57%
Encaminhamento do MCI ao parlamento	4	7	57%
Minuta e projeto do MCI	4	4	100%
Aprovação do texto do MCI por Dilma	2	4	50%
MCI e a falta de noticiamento nas mídias tradicionais	2	3	67%

Tabela 29: temas x vozes especializadas

Entre as vozes não especializadas, saiu de pauta o tema "Minuta e projeto do Marco Civil da Internet", que deu lugar à "Marco Civil da Internet como legislação fundamental" que regulamentará a Web, como mostra a TABELA 30:

Tema	<i>Tweets</i> não especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> não especialistas na quantidade total
Envio do MCI pelo Governo ao Congresso Nacional	9	10	90%
Lei do Azeredo	4	8	50%
Debate Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas	3	13	23%
Aprovação do texto do MCI por Dilma e envio ao Congresso Nacional	3	8	38%
MCI na Câmara dos Deputados	3	7	43%
Encaminhamento do MCI ao parlamento	3	7	43%
MCI como legislação fundamental	1	2	50%
Número do PL do MCI	1	8	13%
MCI e enfraquecimento da Lei de Azeredo	1	7	14%
Aprovação do texto do MCI por Dilma	1	4	25%

Tabela 30: temas x vozes não especializadas

4.2.4 Compilação e tendências dos três períodos

Compilando os dados dos três períodos, isto é, as postagens realizadas na ocasião da Primeira Consulta Pública, nos dias 29 e 30/10/2009; as realizadas nos dois primeiros dias da Segunda Consulta Pública, 08 e 09/04/2010; e, por fim, as realizadas no momento da chegada do projeto ao Congresso Nacional, nos dias 24 e 25/08/2011, obteve-se um total de 636 *tweets*. Deste total, percebeu-se um alto índice de postagens, no primeiro período de consulta pública, em comparação aos outros dois momentos, como mostra o GRÁFICO 16:

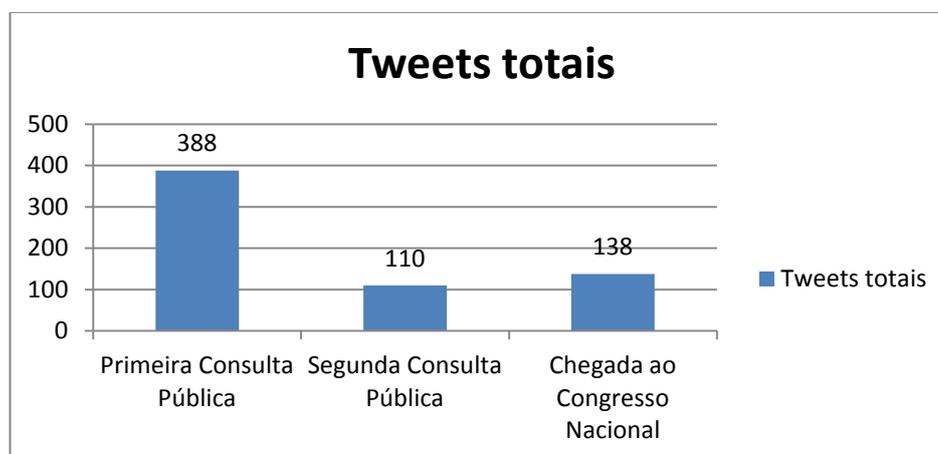


Gráfico 16: quantidade total de *tweets*

Somando os dados dos três períodos e segmentando os 636 *tweets* em categorias de especialização no tema, foram obtidos os seguintes resultados: 454 *tweets* foram postados por usuários com alguma especialização na área, 109 por usuários sem especialização na área e 73 por usuários cuja área de interesse e/ou atuação não foi identificada. Em termos percentuais, as vozes especializadas foram responsáveis por 71% das postagens totais; as não especializadas por 17%; e as indefinidas por 12%, como mostra o GRÁFICO 17:

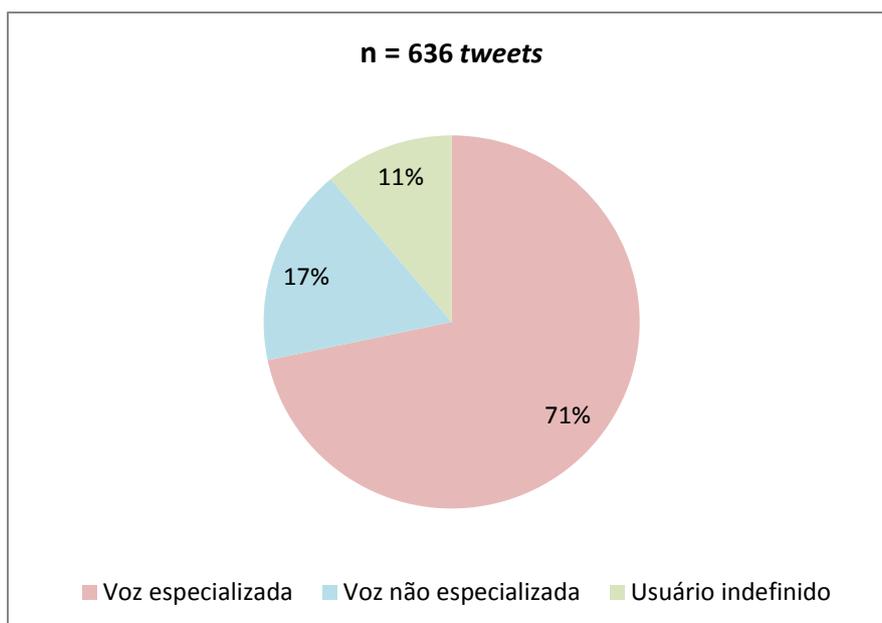


Gráfico 17: número de tweets x especialização na área

Acompanhando a tendência de postagens das vozes especializadas, não especializadas e dos usuários indefinidos foi possível notar que o primeiro tipo – as especialistas - perdeu espaço no segundo e no terceiro momentos de análise, enquanto o segundo – as não especialistas – cresceu nestes mesmos espaços. Já as vozes não identificadas mantiveram-se constantes nos três períodos de análise, conforme o GRÁFICO 18:

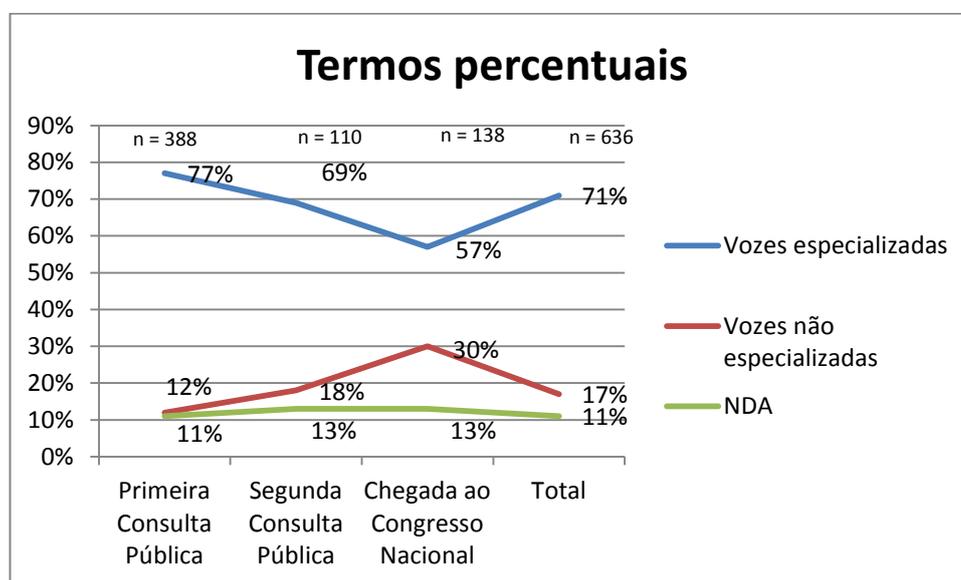
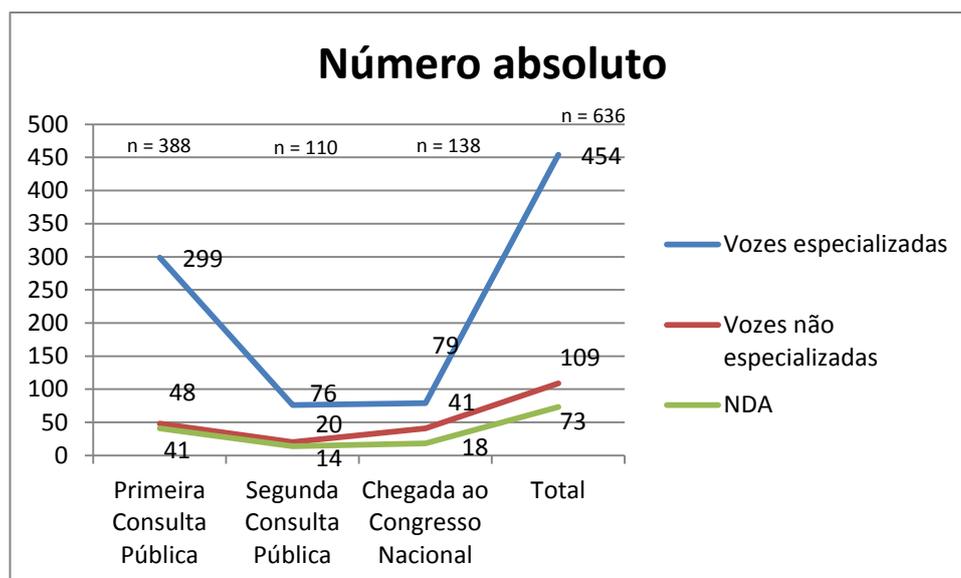


Gráfico 18: tendência dos tipos de vozes nos três períodos de análise em número absoluto e em termos percentuais

Essa configuração da participação das categorias de vozes especializadas e não especializadas ao longo do debate levanta a hipótese de que, ao longo dos três períodos, com a disseminação das informações sobre o Marco Civil da Internet, a representação das vozes não especializadas se encorpou, o que pode significar que os primeiros debates, embora dominados por especialistas no tema, talvez tenham contribuído no compartilhamento e divulgação do assunto. Outro fator que pode ter levado a esse resultado é um possível aumento do noticiamento do tema nas mídias principais. Indício disso seria a maior participação deste tipo de mídia no compartilhamento de *links* durante a discussão no Twitter, ao longo dos três períodos analisados. No entanto, para confirmar a hipótese levantada, seria

necessário realizar outra pesquisa, incluindo, como parâmetro, a cobertura noticiosa do Marco Civil da Internet nas mídias principais.

Em relação às posições sociais das vozes sem especialização na área, predominaram no debate dos três períodos as mídias complementares, os professores, os jornalistas, as empresas, os políticos, entre outras. Vale ressaltar que nem todas as categorias apareceram em todos os períodos. Embora haja algumas interseções, isto é, posições sociais e organizacionais não especializadas no tema que se manifestaram nos três períodos, como por exemplo, mídias complementares, professores, jornalistas, advogados, entre outras, em outros casos certas categorias só apareceram em uma ocasião, como por exemplo instituição de ensino, empreendedor, compositor, filósofo, governo, grupo musical, que só participaram do debate no momento da Segunda Consulta Pública. Como a tabela abaixo apresenta uma compilação dos três períodos, as posições sociais e organizacionais que nela constam já foram apresentadas nas seções anteriores. Sendo assim, para facilitar a visualização, serão exibidos na TABELA 31, logo abaixo, os tipos de vozes participantes da conversa nos três períodos analisados que realizaram três postagens ou mais. As posições sociais e organizacionais que postaram uma ou duas vezes serão apresentadas textualmente. Na categoria de vozes não especializadas, realizaram duas postagens: Partido político; Instituição de ensino; Empreendedor; Consultor; Diretor; Militante; Servidor; Diretor de criação; e Estudante, e uma postagem: Analista contábil; Analista de comunicação; Assessor de comunicação; Compositor; Editor; Filósofo; Governo; Grupo musical; Arquiteto; Assessor de marketing; Comunicólogo; Defensor público; Produtor executivo; Escritor; Físico; Fotógrafo; Músico; Profissional de logística; Redator; e Roteirista. As outras posições sociais e organizacionais participantes da conversa, com três postagens ou mais, estão na TABELA 31:

Qualificação das vozes não especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Mídia complementar	17
Professor	9
Jornalista	6
Empresa	6
Político	5
Advogado	5
Cantor	4
Movimento social	4
Pesquisador	3
Organização social	3
Designer	3
Historiador	3
Especialista em RI	3

Tabela 31: mapeamento da qualificação das vozes não especializadas

Ao considerar as dez primeiras posições de falantes, a fim de perceber se o debate ficou concentrado em determinadas posições sociais, constata-se que dentro do universo das 109 postagens das vozes não especializadas, totalizadas durante os três períodos de análise, estas dez primeiras qualidades de voz foram responsáveis pela postagem de 62 ou 57% dos *tweets* da categoria. No universo total de *tweets*, isto é, os 636, as 62 postagens dos dez usuários não especializados no tema que mais postaram corresponderam a 10%. Na TABELA 32 consta o percentual de cada um desses dez principais tipos de voz dentro do universo total de *tweets* e dentro do universo de *tweets* da categoria:

Qualidade da voz	Número de tweets	% dos tweets totais (636)	% dos tweets na categoria de vozes não especializadas (109)
Mídia complementar	17	3%	16%
Professor	9	1%	8%
Jornalista	6	1%	5%
Empresa	6	1%	5%
Político	5	1%	5%
Advogado	5	1%	5%
Cantor	4	1%	4%
Movimento social	4	1%	4%
Pesquisador	3	0,40%	3%
Organização social	3	0,40%	3%

Tabela 32: representação percentual das principais vozes não especializadas

Sobre as vozes especializadas no debate na compilação dos três períodos, permaneceram em destaque os ciberativistas; o Twitter oficial do Marco Civil da Internet, embora tenha realizado 51 postagens no período da Primeira Consulta Pública, somente uma na segunda e nenhuma no momento da chegada da minuta ao Congresso Nacional; as mídias complementares; os professores, entre outros. Novamente, determinadas posições sociais ou organizacionais somente apareceram em um ou dois dos três períodos, como foi o caso de mídias principais, empresários e estudantes, que só se manifestaram durante a Primeira Consulta Pública. Houve, também, intersecções, ou seja, qualidades de voz que apareceram nos três períodos de análise, tais quais ciberativistas, mídias complementares e professores. Como a tabela abaixo apresenta uma compilação dos três períodos, as posições sociais e organizacionais que nela constam já foram apresentadas nas seções anteriores. Sendo assim, para facilitar a visualização, serão exibidos na TABELA 33, logo abaixo, os tipos de vozes participantes da conversa nos três períodos analisados que realizaram três postagens ou mais. As

posições sociais e organizacionais que postaram uma ou duas vezes serão apresentadas textualmente. Na categoria de vozes especializadas, realizaram duas postagens: Coordenador de Comunicação; Empresário; Gerente de atendimento; Cientista da computação; Consultor de social media; Gerente de sistemas e TI; Analista de métricas; e Estrategista digital, e uma postagem: Diretor de operações; Assessor político; Historiador; Analista de TI; Assessor jurídico; Comunicólogo; Estudante; Físico; Instrutor de Cultura Digital; Museólogo; e Programador. As outras posições sociais e organizacionais participantes da conversa, com três postagens ou mais, estão na TABELA 33:

Qualificação das vozes especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Ciberativista	65
Twitter oficial do MCI	52
Mídia complementar	51
Professor	37
Ativista	30
Advogado	30
Organização social	27
Analista de sistemas	21
Jornalista	20
Empreendedor	19
Movimento social	11
Mídia principal	10
Servidor	9
Governo	9
Pesquisador	8
Instituição de ensino	7
Antropólogo	6
Engenheiro	6
Arquiteto	3
Gerente de Projetos	3
Produtor cultural	3

Tabela 33: mapeamento da qualificação das vozes especializadas

É possível notar, novamente, a predominância de determinadas qualidades de voz nesta categoria: dos 454 *tweets* postados por especialistas, 78% (ou 352) são

de autoria das dez primeiras mapeadas. Entre os *tweets* totais, ou seja, os 636, as dez vozes especialistas mais falantes foram responsáveis por mais da metade das postagens (55%). Na TABELA 34 consta a representatividade percentual das principais vozes especializadas no debate, dentro do universo de postagens da categoria e dentro do universo total de *tweets*:

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (636)	% dos <i>tweets</i> na categoria de vozes especializadas (454)
Ciberativista	65	10%	14%
Twitter oficial do MCI	52	8%	11%
Mídia complementar	51	8%	11%
Professor	37	6%	8%
Ativista	30	5%	7%
Advogado	30	5%	7%
Organização social	27	4%	6%
Analista de sistemas	21	3%	5%
Jornalista	20	3%	4%
Empreendedor	19	3%	4%

Tabela 34: representação percentual das principais vozes especializadas

Ao deslizar da noção de qualidade de voz para a de usuário único, para testar ainda mais quão plural foi a discussão, percebe-se que 116 usuários únicos especializados apresentaram argumentos sobre o tema Marco Civil da Internet no Twitter, durante os três períodos analisados. Vale ressaltar que para obter tal cálculo foram considerados os usuários únicos repetidos, que, na categoria de vozes especializadas, totalizaram 25. Novamente houve uma grande repetição de vozes: dez usuários, juntos, responderam por 34% das postagens totais (218 de 636 *tweets*) e 48% das postagens na categoria (218 de 454 *tweets*). Na TABELA

35 estão dispostos os usuários únicos especializados com maior percentual de postagens durante o debate:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (636)	% dos tweets na categoria de vozes especializadas (454)
Twitter oficial MCI	@usuario1	52	8%	11%
Mídia complementar	@usuario2	40	6%	9%
Ciberativista	@usuario3	33	3%	4%
Ciberativista	@usuario31	19	2%	3%
Analista de sistemas	@usuario4	18	3%	4%
Ativista	@usuario6	16	2%	2%
Organização social	@usuario5	13	2%	3%
Mídia principal	@usuario7	10	2%	2%
Advogado	@usuario32	9	1%	2%
Professor	@usuario64	8	1%	2%

Tabela 35: usuários únicos especializados com maior percentual de postagens

Vale ressaltar, ainda, que do total de usuários únicos especializados, seis perfis participaram do debate nos três períodos; 19 realizaram postagens em dois dos três períodos e 91 só estiveram presentes em um deles.

Sobre a incidência de *superposters* na categoria de usuários especializados no tema, obteve-se um total de seis perfis superparticipantes, como mostra o GRÁFICO 19:



Gráfico 19: incidência de superposters nas vozes especializadas

Isso significa que os usuários especializados no tema que postaram mais de treze vezes foram considerados *superposters*, como indica a TABELA 35, vista logo acima. São eles o @usuario1, Twitter oficial do MCI; o @usuario2, mídia complementar; o @usuario3, ciberativista; o @usuario31, também ciberativista; o @usuario4, analista de sistemas; e o @usuario6, ativista.

Já no caso das vozes não especializadas, o número de *tweets* por usuários únicos foi melhor distribuído: no total, participaram da discussão 82 usuários não especialistas, dentre os quais os dez perfis mais falantes foram responsáveis por 24% das postagens no universo da categoria (ou 26 *tweets* em 109) e 4% das postagens totais (26 em 636 *tweets*). Vale ressaltar que nesta categoria nenhum dos usuários esteve presente nos três períodos e somente três, o @usuario15, o @usuario46 e o @usuario85, realizaram postagens em dois dos três momentos. Na TABELA 36 estão dispostos os usuários únicos não especializados no tema com maior percentual de postagens durante o debate:

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (636)	% dos tweets na categoria de vozes não especializadas (109)
Mídia complementar	@usuario11	3	0,50%	3%
Mídia complementar	@usuario12	3	0,50%	3%
Pesquisador	@usuario13	3	0,50%	3%
Especialista em RI	@usuario66	3	0,50%	3%
Professor	@usuario67	3	0,50%	3%
Empresa	@usuario15	3	0,30%	2%
Cantor	@usuario14	2	0,30%	2%
Partido	@usuario16	2	0,30%	2%
Professor	@usuario17	2	0,30%	2%
Instituição de Ensino	@usuario39	2	0,30%	2%

Tabela 36: usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens

No caso de usuários sem definição possível, apresentaram argumentos sobre o tema 42 diferentes perfis, dentro do universo de 73 *tweets* postados por esta categoria. Os dez usuários únicos mais falantes foram responsáveis por 33 ou 45% das postagens dentro da categoria e 5% dentro do universo total de *tweets*. Vale notar que dentro deste recorte dos dez usuários únicos que mais realizaram postagens, houve uma quantidade maior de postagens, em termos absolutos e percentuais, na categoria de usuários indefinidos do que na categoria de usuários não especializados. Além disso, dois usuários, o @usuario50 e o @usuario55, participaram do debate em mais de um período. Na TABELA 37 estão dispostos os usuários únicos sem definição de posição social e organizacional possível com maior percentual de postagens durante o debate:

Posição social	Usuário	<i>Tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (636)	% dos <i>tweets</i> na categoria de usuários indefinidos (73)
Usuário indefinido	@usuario76	8	1%	11%
Usuário indefinido	@usuario21	4	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario48	4	1%	5%
Usuário indefinido	@usuario22	3	0,40%	4%
Usuário indefinido	@usuario23	3	0,40%	4%
Usuário indefinido	@usuario24	3	0,40%	4%
Usuário indefinido	@usuario25	2	0,30%	3%
Usuário indefinido	@usuario26	2	0,30%	3%
Usuário indefinido	@usuario27	2	0,30%	3%
Usuário indefinido	@usuario49	2	0,30%	3%

Tabela 37: usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens

Somando os usuários únicos das três categorias - vozes especializadas, não especializadas e usuários indefinidos - obteve-se um total de 240 diferentes perfis participantes do debate. Vale ressaltar que houve repetição de usuários únicos nos períodos analisados, o que foi levado em conta para obter este cálculo.

Sobre a incidência de *superposters* na contagem total de *tweets*, isto é, os 636, figuraram nesta categoria 20 participantes. Destes, 19 usuários estavam na categoria de vozes especializadas. São eles: @usuario1, Twitter oficial do MCI; o @usuario2, mídia complementar; o @usuario3, ciberativista; o @usuario31, também ciberativista; o @usuario4, analista de sistemas; o @usuario6, ativista; o

@usuario5, organização social; o @usuario7, mídia principal; o @usuario32, advogado; o @usuario64, professor; o @usuario8, organização social; o @usuario36, instituição de ensino; o @usuario59, advogado; o @usuario9 e o @usuario10, empreendedores; o @usuario58, ciberativista; o @usuario33, antropólogo; o @usuario86, governo; e o @usuario87, servidor. Percebe-se que há três ciberativistas, duas organizações sociais e um ativista entre os *superposters* identificados, o que demonstra que houve uma forte mobilização e engajamento em torno da construção de um Marco Civil para a Internet por parte destas categorias. Entre os superparticipantes, ainda, há somente um usuário, o @usuario76, cuja posição social / organizacional não foi possível definir, sendo ele pertencente à categoria usuário indefinido. Este perfil realizou oito postagens, ficando acima da linha de corte de seis ou mais *posts* por usuário para se obter um *superposter*. No GRÁFICO 20 está a incidência de *superposters* no universo total de *tweets*.

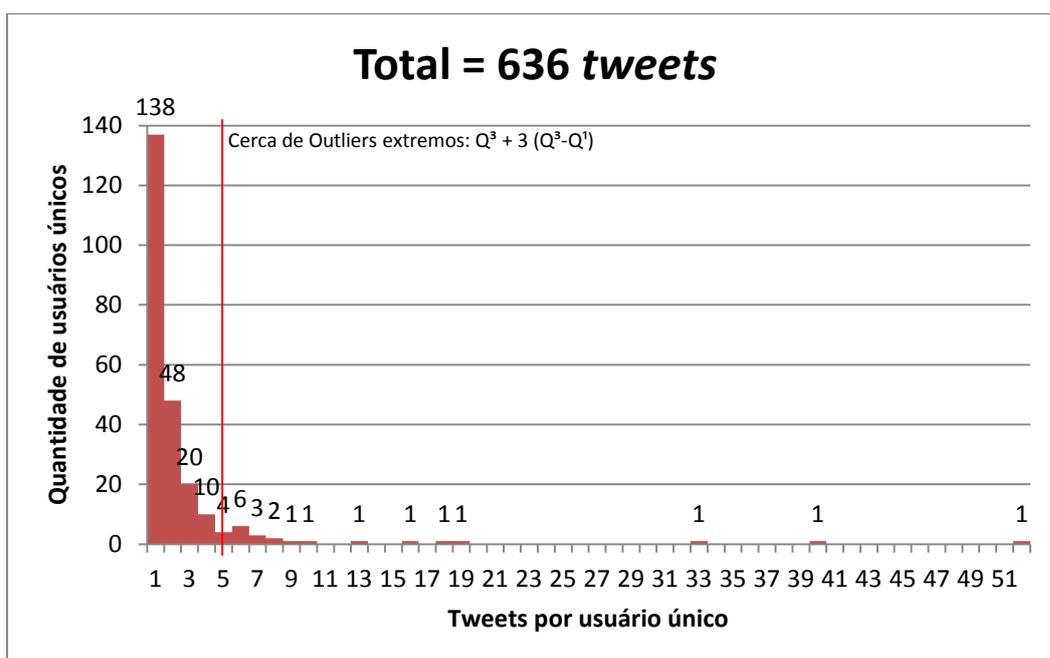


Gráfico 20: incidência de *superposters* nas postagens totais

Em relação aos *retweets*, que totalizaram 229 na compilação dos três períodos de análise, correspondendo a 36% das 636 postagens totais, observa-se que os usuários especializados no tema tanto *retweetaram* mais, como também tiveram seus *tweets* mais *retweetados*. No caso das fontes primárias, ou seja, dos usuários que efetuaram o *retweet*, 69% delas eram vozes especializadas no tema, 21%

vozes não especializadas e 10% vozes não identificadas. Já no caso das fontes mencionadas, isto é, as que tiveram suas postagens *retweetadas*, 88% eram vozes especializadas no tema, 8% não especializadas e 4% não identificadas.

Sobre as mídias e os temas referidos, de um total de 636 *tweets*, 232 tiveram mídias complementares incluídas; 44 utilizaram mídias principais; 267 não fizeram referência a nenhuma mídia; e em 93 casos o *link* disponibilizado já não estava mais disponível na Web. Em termos percentuais, em 36% das postagens foram compartilhados *links* de mídias complementares; em 7%, de mídias principais; em 15% o *link* de referência já não estava mais disponível na Web; e em 42% dos *posts* totais não havia referência a nenhuma mídia, conforme disposto no GRÁFICO 21:

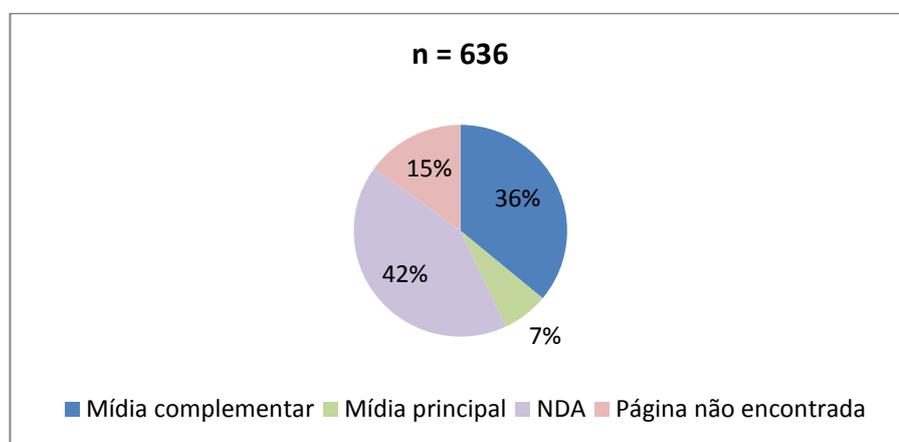


Gráfico 21: compartilhamento de mídias

Percebe-se, então, que, no somatório dos três períodos, predominaram os *posts* sem referência a nenhuma mídia e, em seguida, os que continham *links* de mídias complementares compartilhados. Em relação à tendência de compartilhamento de mídia nos três períodos, percebeu-se um aumento da incidência de mídias principais na exposição de argumentos. Já as complementares tiveram um aumento no período da Segunda Consulta Pública e um decréscimo no terceiro momento. Essa tendência (decrécimo e recuperação) foi invertida nas postagens que não continham *links*: no momento da segunda consulta pública esse tipo de postagem teve uma representação menor, se recuperando no terceiro momento, como mostra o GRÁFICO 22:

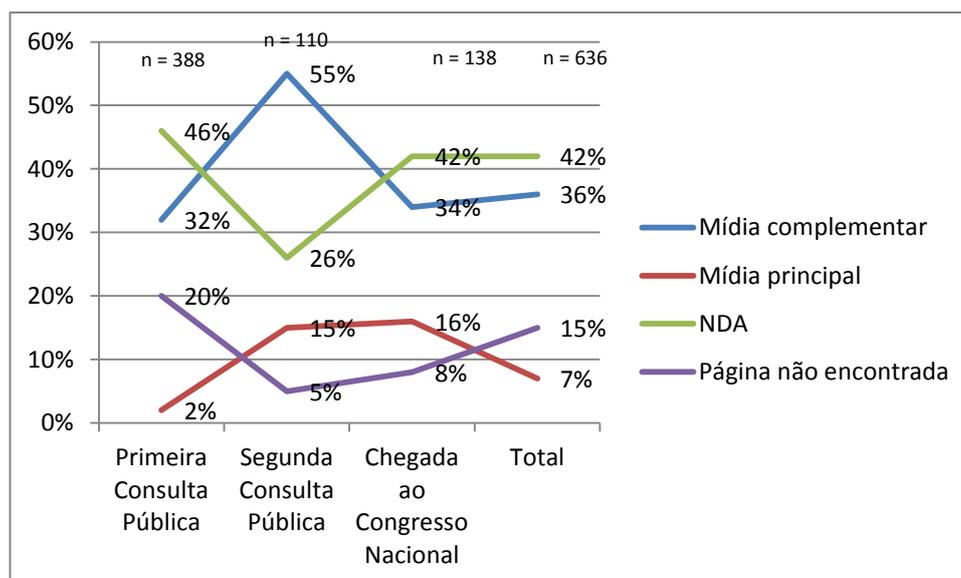


Gráfico 22: tendência de compartilhamento de mídias

Percebe-se, ainda, que o debate mais referenciado em mídias foi o do segundo período de consulta pública, que teve 70% dos seus *tweets* totais referenciados seja em mídias complementares ou principais. No terceiro momento de análise, da chegada do projeto ao Congresso Nacional, 50% das postagens continham referência a algum *link* e, por fim, o debate na ocasião da Primeira Consulta Pública contou com 34% das postagens totais referenciadas.

Ao relacionar o compartilhamento de mídias com a afinidade dos usuários com a área, percebe-se que os usuários especializados no tema fizeram uso com mais consistência de mídias complementares, representando 69% das postagens que continham este tipo de *link*. As postagens deste grupo, no total, também foram mais referenciadas do que as realizadas pelos usuários sem especialização no assunto, já que este tipo de voz também dominou as postagens de mídias principais. Os usuários não especializados no tema tiveram uma representação levemente maior nas postagens que continham mídias principais (25%) do que nas referenciadas em mídias complementares (20%). Em relação aos *tweets* sem referência, percebe-se que 77% deste tipo de postagem foi realizada por especialistas na área, enquanto somente 11% por usuários não especializados no tema, o que levanta a hipótese de que, talvez, este último tipo de usuário recorra a fontes de referência para embasar as informações compartilhadas. Outra hipótese que esta configuração suscita é a de que os usuários especializados podem ter tido a função de guias durante o debate, respondendo às dúvidas e estabelecendo diálogos sobre o tema. Sobre os usuários indefinidos, nota-se que houve um

equilíbrio no tipo de compartilhamento deste grupo, como mostra o GRÁFICO 23:

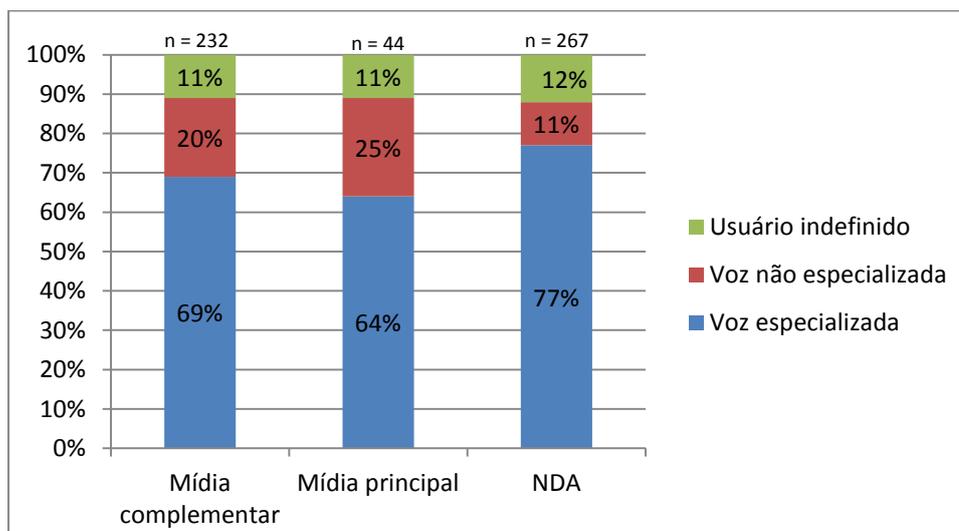


Gráfico 23: compartilhamento de mídia x afinidade com a área

Os principais temas compartilhados, na compilação dos três períodos analisados, englobaram a transmissão e a cobertura do evento de lançamento da Primeira Consulta do Marco Civil da Internet, que ocorreu no Rio de Janeiro, na FGV; a chamada para que os usuários participassem da primeira e segunda consulta públicas – que apareceu nos dois primeiros períodos; o início da segunda fase de consulta pública e algumas explicações sobre o Marco Civil da Internet – tema presente nos três períodos de análise, como mostra a TABELA 38:

Tema	Total	% dos tweets totais (636)	% na soma dos dez temas mais compartilhados (253)
Transmissão do evento de lançamento do MCI	54	8%	21%
Evento de lançamento do MCI	51	8%	21%
Chamada para participação no MCI	40	6%	16%
Início da segunda fase de Consulta Pública	22	3%	9%
Explicações sobre MCI	18	3%	7%
Lei do Azeredo	16	3%	6%
Minuta do MCI	14	2%	6%
Criador da ideia de um MCI	13	2%	5%
Debate Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas	13	2%	5%
Início da construção colaborativa do MCI	12	2%	5%

Tabela 38: sobre o que versou o *tweet*?

Relacionando os temas compartilhados ao grau de especialização dos usuários, percebe-se que o evento de lançamento do Marco Civil da Internet foi um dos assuntos predominantes na categoria das vozes especializadas. O tema “Lei de Azeredo” deu lugar à “Grupo oficial de discussão do Marco Civil da Internet”, como mostra a TABELA 39:

Tema	<i>Tweets</i> especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> não especialistas na quantidade total
Evento de lançamento do MCI	48	51	94%
Transmissão do evento de lançamento do MCI	34	54	63%
Chamada para participação no MCI	32	40	80%
Início da segunda fase de Consulta Pública	13	22	59%
Explicações sobre MCI	13	18	72%
Criador da ideia de um MCI	12	13	92%
Minuta do MCI	10	14	71%
Grupo oficial de discussão do MCI	10	11	91%
Debate Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas	9	13	69%
Início da construção colaborativa do MCI	9	12	75%

Tabela 39: temas x vozes especializadas

Já em relação aos temas compartilhados pelos usuários não especializados, a transmissão do evento de lançamento do Marco Civil da Internet permaneceu no debate, assim como o início da segunda fase de consulta pública. O tema “Chamada para participação no Marco Civil da Internet” deu lugar à “Retiradas de conteúdo do ar”. Já o “Ideia para o Marco Civil da Internet veio de Lula” foi substituído por “Marco Civil da Internet na Câmara” e o “Início da construção colaborativa” por “Marco Civil da Internet segue para o parlamento”, como mostra a TABELA 40:

Tema	<i>Tweets</i> não especialistas	<i>Tweets</i> totais	% dos <i>tweets</i> especialistas na quantidade total
Transmissão do evento de lançamento do MCI	15	54	28%
Início da segunda fase de Consulta Pública	6	22	27%
Lei do Azeredo	6	16	38%
Retirada de conteúdos do ar	5	8	63%
Chamada para participação no MCI	5	40	13%
Explicações sobre MCI	4	18	22%
Evento de lançamento do MCI	3	51	6%
Minuta do MCI	3	14	21%
Debate Criatividade Tecnologia e Políticas Públicas	3	13	23%
MCI na Câmara	3	7	43%

Tabela 40: temas x vezes não especializadas

5. Considerações finais

As hipóteses, antes de iniciar a pesquisa, eram a de que H1) a Web poderia trazer uma diversidade relativa de fontes ao debate e de que H2) a discussão no Twitter traria uma contribuição da mídia complementar não em relação aos temas, mas às vozes presentes na "conversa".

A primeira delas, H1, se confirmou: embora fique nítida a repetição de determinadas fontes, foi visto, no debate, a participação de usuários de diversas áreas, o que pode contribuir para uma visão mais abrangente do tema. É preciso ressaltar, porém, que houve uma predominância das vozes especializadas, que representaram 71% das postagens totais, ao menos no recorte estipulado, talvez pela especificidade do assunto Marco Civil da Internet. Esse aspecto leva a sugerir um possível problema representacional no espaço analisado no que diz respeito à desigualdade de acesso e de consideração sobre o tema. Porém, ainda que no caso analisado a discussão não tenha sido tão plural quanto parte da teoria imagina ou deseja, é preciso considerar o contexto informacional que envolveu o tema, isto é, o grau de informação disponível para que os usuários pudessem se inteirar sobre o assunto e, então, participar do debate. No entanto, para medir o grau de publicização do tema e estabelecer uma correlação com os resultados obtidos nesta pesquisa seria necessário realizar outro estudo.

Vale ressaltar, ainda, que, ao longo dos três períodos, os usuários sem especialização na área tiveram um crescimento em sua representação no debate, enquanto os especializados tiveram um decréscimo de presença, o que permite levantar a hipótese de que realizada a discussão sobre o tema e, possivelmente, havendo um aumento de noticiamento do assunto nas mídias principais, os cidadãos sem expertise na temática Marco Civil da Internet podem ter se sentido mais confortáveis, munidos de mais informações, em participar do debate. Tal hipótese, no entanto, suscita a realização de nova pesquisa para que possa ser confirmada.

Sobre a quantidade de usuários únicos participantes da discussão, houve pouca variedade de perfis expondo suas posições, se considerarmos que a consulta pública sobre o Marco Civil da Internet era aberta a todos os interessados, e uma grande repetição de vozes, ou seja, um alto número de postagens concentradas em

poucas pessoas, situação recorrente durante os três períodos analisados. Sampaio *et al.* (2013a) e Bragatto *et al.* (2014) já haviam chegado a conclusões semelhantes em análises realizadas no fórum online que hospedou a consulta pública do Marco Civil da Internet. De acordo com os autores, a discussão realizada na ferramenta mencionada foi limitada, no que diz respeito à adesão e ao pluralismo de vozes. Houve alta concentração de mensagens postadas por um baixo número de usuários, que eram, em sua maioria, indivíduos com alto interesse na questão e com algum conhecimento na área. Na pesquisa realizada para esta dissertação, foram encontrados, no total, 20 *superposters*, isto é, usuários que tiveram número de postagens bastante acima da média. Vale ressaltar, porém, que alguns estudos relativizam e destacam aspectos positivos na participação de *superposters* durante os debates virtuais (GRAHAM; WRIGHT, 2013; ALBRECHT, 2006). Graham e Wright (2013) ressaltam que determinadas pesquisas apontam para a concentração de participação e a consequente falta de igualdade nos debates online, enquadrando a superparticipação de forma negativa. Para os autores, é necessário analisar de forma mais contundente a participação de *superposters*, isto é, participantes com postagens frequentes em fóruns de discussão, problematizando os aspectos positivos que este tipo de participação pode trazer para o debate, como os próprios autores encontraram durante uma pesquisa realizada no fórum de discussão do site www.moneysavingexpert.com (MSE).

Apesar da discrepância na representação das vozes especializadas, que predominaram durante o debate, e as não especializadas, responsáveis por uma parcela pequena das postagens, as temáticas abordadas pelos dois grupos manteve-se similar: ambos abordaram o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, realizado pela FGV; o início da segunda fase de consulta pública; dados sobre o Marco Civil da Internet, como a minuta ou número do Projeto de Lei. Além disso, usuários especializados e não especializados no tema conclamaram os usuários em geral a participarem da Consulta Pública para a construção deste marco civil, ainda que os primeiros tenham expressado essa tentativa de mobilização com mais consistência.

As mídias complementares, que compõem a segunda hipótese, H2, estiveram muito presentes no debate como fonte primária, ou seja, pela postagem de *tweets*, e como fonte de referência em postagens de outros usuários. Houve um expressivo

número de compartilhamento de *links* deste tipo de mídia, aspecto que pode ser em parte explicado pelo fato de que grande quantidade dos *tweets* indicavam o site do Marco Civil da Internet (<http://culturadigital.br/marcocivil/>), ambiente em que as discussões e as consultas foram feitas, considerado, por esta pesquisa, mídia complementar. Além disso, houve um grande movimento de organizações sociais em prol de uma internet livre que realizavam muitas postagens em seus blogs e sites e as difundiam no Twitter. O comportamento das mídias complementares, como fonte primária, ou seja, o usuário que realizou o *post*, e como mídia de referência, isto é, o *link*, quando havia, indicado no *tweet*, variou ao longo dos três períodos: como fonte, foi forte a presença deste tipo de mídia no primeiro período de consulta pública e na chegada da minuta ao Congresso Nacional. No momento da Segunda Consulta Pública, as mídias complementares, como fonte primária, realizaram poucas postagens. Já como mídia de referência, o momento de predomínio foi o da Segunda Consulta Pública, quando atingiu 55% do total de postagens. No primeiro recorte temporal e no terceiro, este percentual ficou em 32% e 34% respectivamente. Já o compartilhamento de mídias principais, embora crescente ao longo dos três períodos, não foi expressivo, talvez por um fraco espaço disponibilizado por este tipo de mídia ao tema do Marco Civil da Internet. Seu baixo número de postagens como fonte primária também pode ter ocorrido pela falta de uso da *hashtag*. O comportamento de compartilhamento de mídias, no geral, também variou ao longo dos três períodos. O debate do segundo momento de consulta pública foi o mais referenciado, tendo 70% dos *tweets* algum tipo de referência midiática, seja complementar ou principal. No período da Primeira Consulta Pública e da chegada da minuta ao Congresso Nacional, 34% e 50% das postagens, respectivamente, continham algum *link* de referência. Em relação ao cruzamento entre compartilhamento de mídias e especialização na área, no geral, os usuários especialistas realizaram um debate mais referenciado do que os não especialistas e os indefinidos.

Sobre os temas, no debate estabelecido no Twitter predominaram as postagens que abordaram o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, bem como o início da primeira e da segunda consultas públicas, ficando de fora as polêmicas que envolviam o assunto, assim como a discussão sobre o teor e as diretrizes que um marco civil para a internet deveria conter. O recorte estabelecido pode ter interferido nesses resultados, sendo necessário realizar uma coleta mais ampla dos

tweets, talvez durante todo o período da primeira e segunda consultas públicas, a fim de verificar se o diálogo englobou estes aspectos. Já no momento da chegada da minuta ao Congresso Nacional, as postagens ressaltavam a aprovação da presidente Dilma e o encaminhamento da mesma ao parlamento, indicando, muitas vezes, dados sobre o documento e o número do Projeto de Lei, informação importante para que os usuários, em geral, pudessem acompanhar o processo de votação no parlamento.

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa, talvez pelo recorte temporal tão distante, foi a indisponibilidade de muitos *links* compartilhados, o que foi sendo minimizado ao longo dos três períodos de análise. Em muitos casos, ao tentar acessar o endereço online, especialmente no momento da Primeira Consulta Pública, a página já não existia mais ou o *link* curto era redirecionado para outra matéria.

Ainda que a discussão em torno do Marco Civil da Internet, no período estipulado, não tenha trazido uma contribuição expressiva e representativa de grande parte da sociedade, o debate no Twitter pode ser considerado positivo, no que diz respeito à contribuição das mídias complementares, que dominaram o espaço de visibilidade naquele momento. Além disso, mesmo que a discussão tenha ficado mais restrita às vozes especialistas, os mesmos podem ter sido referências informativas e divulgadoras do tema para os usuários em geral, agindo como guias ou facilitadores do debate (GRAHAM; WRIGHT, 2013).

6. Referências Bibliográficas

ALBRECHT, S. Whose voice is heard in online deliberation? In: *Information, Deliberation & Society*, v. 9, n.1, p. 62-82, 2006.

ALMADA, M. P. *Participação política e transparência online: um panorama sobre a democracia digital no Brasil a partir de iniciativas da sociedade civil*. Salvador: Ed. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

ALVES, N. T. T.. Da formação de redes à Esfera Pública na Internet: Uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise. In: *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero*, Volume 2, número 1, Junho 2010. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo/article/viewFile/6903/6479>. Acesso em 12/06/2015, às 15:15.

AMORIM, P.K.D.F. Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador, 2012.

ASSIS, M. P. F. Deliberação, diferença e reconhecimento: da esfera pública “neutra” à participação paritária. Trabalho apresentado na Sessão Coordenada Temas em Comunicação e Democracia I, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

BARBERÁ, P. How social media reduces mass political polarization. Evidence from Germany, Spain and the U.S. Working paper from New York University, 2014.

BENKLER, J. *The wealth of networks: how social production transform markets and freedom*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

BENNET, L.M.; ENTMAN, R. (eds.). *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BOHMAN, J. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

_____. Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. *The Sociological Review*, 52, p. 131–155, 2004. doi:10.1111/j.1467- 954X.2004.00477.x

BOTELHO, J. S., MAIA, R. C. M., MUNDIM, P. S. O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar. IV

Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2011.

BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C.; NICOLAS, M. A. O Marco Civil da Internet: como foi construído, quem participou e quais os impactos. Trabalho apresentado no V Seminário Nacional Sociologia & Política, de 14 a 16 de maio de 2014, Curitiba. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24778_1397848930.pdf Acessado em: 18/03/2015.

BRASIL, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Dispõe sobre o Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 27/07/2015.

CAREY, J. *Communication as Culture*. Nova York: Routledge, 1989.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHADWICK, A. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. *I/S: Journal of Law and Policy for the Information Society*, v. 5, n1, p. 9–41, 2009.

CHADWICK, A.; HOWARD, P.N. Introduction: new directions in internet politics research. In CHADWICK, A.; HOWARD, P.N. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Nova York: Routledge, 2009, p.1-10.

COLEMAN, S.; BLUMLER, J.G. *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CORREIA, J. C. Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo». In: *Cidadania Digital*. LabCom Books, 2010. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-morgado_rosas_cidadania_2010.pdf

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHLGREN, P. The Public Sphere and the Net: Structure, Space, and Communication. In BENNETT, W.L.; ENTMAN, R.M. *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 33-55.

_____ The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication*, vol. 22, n.2, p.147-162, 2005.

DEAN, J. Why the Net is not a Public Sphere. In: *Constellations*, v. 10, n.1, 95–112, 2003. doi:10.1111/1467-8675.00315

EL-NAWAWI, M.; KHAMIS, S. Political Blogging and (Re)Envisioning the Virtual Public Sphere: Muslim-Christian Discourses in two Egyptian blogs. *International Journal of Press/Politics* v. 16, n. 2, p. 234-253, 2011.

ENTMAN, R. M.; HERBST, S. Reframing Public Opinion as We Have Known It. In: BENNET, L.M.; ENTMAN, R. (eds.). *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FARIA, C. F. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. In: *Lua Nova*, número 49, 2000.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua Nova* (Impresso), v. 84, 2011, p. 65-94.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1992, p. 109-142.

FUCHS, C. Social media and the public sphere. tripleC: Communication, Capitalism & Critique. *Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, v. 12, n.1, p. 57-101, 2014.

GENTZKOW, M., SHAPIRO, J. M. Ideological segregation online and offline. Cambridge: NBER Working Paper, 2011.

GERHARDS, J., SCHAFER, M.S. Is the internet a better public sphere? Comparing old and new media in the USA and Germany. *New Media & Society*, v. 12, n 1, p. 143-160, 2010. doi:10.1177/1461444809341444

GOLDBERG, G. Rethinking the Public/Virtual Sphere: The Problem with Participation. *New Media and Society* vol 13, no. 5: 739-754, 2011.

GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo, Paulus, 2004.

_____ Esfera pública política e comunicação em *Mudança estrutural da esfera pública* de Jürgen Habermas. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008a.

_____ Internet e participação política. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008b.

_____ Esfera pública política e comunicação em *Direito e democracia* de Jürgen Habermas. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008c.

_____ Da discussão à visibilidade. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008d.

_____ Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008e.

_____ Democracia Digital: que democracia? In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 241-259.

GOMES, W.; MAIA, R.C.M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W.; MARQUES, P. J. A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GRAHAM, T., WRIGHT, S. Discursive equality and everyday talk online: the impact of “Superparticipants”. In: *Journal of Computer-Mediated Communication* 19, p. 625-642, 2013.

GUAZINA, L. S. Quando cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. XXIII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. O que significa democracia deliberativa. In: *Why deliberative democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1989.

_____ *The structural transformation of the public sphere*. Massachusetts, The MIT Press, 1991.

_____ Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1992, p.421-461

_____ *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, S. Codificar/Decodificar. In: *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003.

HELD, D. *Models of Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2003.

ITUASSU, A. O enquadramento (ou preconceito) da descrença: uma análise das seções de Opinião de o Globo e da Folha de S. Paulo durante a campanha eleitoral de 2010. XX Encontro anual da Compós, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

_____ Representação como teoria política: comunicação social, internet e democracia representativa. XXIII Encontro Anual da Compós, 2014, Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

ITUASSU, A.; AZEVEDO, D. Repolitizando a representação: uma teoria para iniciativas digitais em prol dos processos políticos representativos no Brasil. In: *Revista Compólitica*, n. 3, vol. 2, ed. jul-dez, ano 2013.

ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S. Opinião Pública e Comunicação política em #ELEIÇÕES2014: uma análise preliminar. XXIV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Brasília, Brasília, de 09 a 12 de junho de 2015.

LIPOVETSKY, G. *O Império do efêmero*. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições de deliberação. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008a.

MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (org). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, R. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008b.

_____ Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008c.

_____ *Deliberation, the Media, and Political Talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MARQUES, F. P. J. A. Internet e transparência política. XXIII Encontro Anual da Compós, 2014, Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014a.

_____ Democracia online e o problema da exclusão digital. In: *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul., 2014b.

MARQUES, F.P.J.A.; SAMPAIO, R.C. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. In MARQUES, F.P.J.A.; SAMPAIO, R.C.; AGGIO, C. (Orgs.). *Do clique à urna: Internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARQUES, F.P.J.A.; SAMPAIO, R.C.; AGGIO, C. (orgs.). *Do clique à urna: Internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A. A. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb. Artigo apresentado no IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte – Brasil, 2011. Disponível em <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Ricardo.pdf> Acessado em 24/03/2015, às 15:20.

MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism? *Social Research*, 66, 1999, p. 745–758

NEUMAN, W.R. The impact of the New Media. In BENNETT, W.L.; ENTMAN, R.M. *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 299-322.

NEVES, B.B. Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica. In: *Cidadania Digital*. LabCom Books, 2010. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-morgado_rosas_cidadania_2010.pdf

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (orgs). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

O'DONNELL, G.. *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PUTNAM, R. Bowling alone: america's declining social capital. *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, 1995, p. 65-78.

_____ The strange disappearance of civic America. *The American Prospect*, v. 24, n. 7, 1996, p. 34-48.

PRZEWORSKY, A. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1995.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase de consulta online sobre o Marco Civil da Internet. Trabalho apresentado no V Congresso da Compolitica, de 08 a 10 de maio de 2013a em Curitiba. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-04-%C3%94%C3%87%C3%B4-Internet-e-Pol+%C2%A1tica-Rafael-Cardoso-Sampaio.pdf> Acessado em: 27/03/2015, às 12:00.

SAMPAIO, R.; AZEVEDO, D.; ALMADA, M. P. Esfera civil e eleições 2010: uma análise de iniciativas on-line para maior controle por parte da sociedade. In

MARQUES, F.P.J.A.; SAMPAIO, R.C.; AGGIO, C. (orgs.). *Do clique à urna: Internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013b.

SAMPAIO, R.C., BARROS, S.A.R, MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, vol.18 no.2, Campinas, 2012.

SAMPAIO, R.C; MAIA, R.C.M.; MARQUES, F.P.J.A. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, vol. 16, nº 2, Campinas, 2010, p.446-477.

SHAW, D., BRADLEY, J.H.; TERRY, T.C. Vertical Versus Horizontal Media: Using Agenda-setting and Audience Agenda-melding to Create Public Information Strategies in The Emerging Papyrus Society. *Military Review*, November-December, 2006, p. 13-25.

SCHUDSON, M. A. Unsolved mysteries. The Tocqueville files: what if civic life didn't die? *The American Prospect*, v. 7, n. 25, 1996.

SILVA, S. P. Esfera pública, visibilidade midiática, deliberação, identidade coletiva e novas tecnologias da comunicação: analisando contribuições para o debate. In: *Contemporanea*, Vol.4 nº1 p.197-206, 2006.

TEWKSBURY, D.; RITTENBERG, J. Online news creation and consumption: implications for modern democracies. In CHADWICK, A.; HOWARD, P.N. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Nova York: Routledge, 2009, p. 186-200.

VARGO, C.J.; GUO, L.; MCCOMBS, M.E.; SHAW, D. Network Issue Agendas on Twitter During the 2012 U.S. Presidential Election. *Journal of Communication*, 2014. DOI: 10.1111/jcom.12089.